



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ**  
**CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO TOCANTINS/CAMETÁ**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E CULTURA**  
**MESTRADO EM EDUCAÇÃO E CULTURA**

**ROSIANE MORAIS PEIXOTO**

**A PARTICIPAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO NA**  
**CONSTRUÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE**  
**ABAETETUBA-PA**

**CAMETÁ – PARÁ**

**2017**

**ROSIANE MORAIS PEIXOTO**

**A PARTICIPAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO NA  
CONSTRUÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE  
ABAETETUBA (PA)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura do Campus Universitário do Tocantins/Cametá da Universidade Federal do Pará como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação e Cultura.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Mara Rita Duarte de Oliveira

CAMETÁ - PARÁ

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará  
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

PEIXOTO, Rosiane Moraes

A Participação dos Movimentos Sociais do Campo na Construção do Plano Municipal de Educação de Abaetetuba (PA): A Participação dos Movimentos Sociais do Campo na Construção do Plano Municipal de Educação de Abaetetuba (PA) / Rosiane Moraes  
PEIXOTO. - 2017.

152 f. : il.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Educação e Cultura (PPGEDUC), Campus Universitário de Cametá, Universidade Federal do Pará, Cametá, 2017.

Orientação: Profa. Dra. Mara Rita Duarte de. OLIVEIRA

1. Movimentos Sociais. 2. Participação. 3. Educação. 4. Cultura. I. OLIVEIRA, Mara Rita Duarte de.

---

, orient. II. Título

CDD 370

**PARTICIPAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO NA  
CONSTRUÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE  
ABAETETUBA - PA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura do Campus Universitário do Tocantins/Cametá da Universidade Federal do Pará como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação e Cultura.  
Linha de Pesquisa: Educação, Cultura e Linguagem.

BANCA EXAMINADORA

---

**Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Mara Rita Duarte de Oliveira**

PPGEDUC/CUTINS/UFPA

(Orientadora)

---

**Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Odete da Cruz Mendes**

PPGEDUC/CUTINS/UFPA

(Membro Interno)

---

**Prof. Dr. Flávio Bezerra de Barros**

PPGAA/NCADR/UFPA

(Membro Externo)

## **AGRADECIMENTOS**

À professora Mara Rita pelo grande apoio neste processo de aprimoramento pessoal, acadêmico e profissional.

À minha família, em especial às minhas queridas sobrinhas, que muito amenizaram o meu cansaço na labuta do dia a dia, com o carinho que a mim manifestaram.

Aos queridos amigos que vêm contribuindo grandemente nesta trajetória acadêmica, em especial ao Professor Msc. Marcos Formigosa, Msc. José Luiz Franco e, principalmente, àqueles que, com carinho, acolheram-me e auxiliaram-me no município de Cametá, Marcos Luis Fonseca, Tom e Raquel Almeida.

A educação deve ser sob nosso enfoque no interesse da emancipação plena da classe trabalhadora (...). A educação deve ir além da educação tecnocrática atual, limitada ao sistema escolar, é preciso articular educação com outros processos sociais, com trabalho, movimentos sociais e subjetividade (...). Tendo como eixo uma ética humanista radical e o desenvolvimento do senso estético geral acerca do mundo e da existência Humana (...). A estruturação de tal práxis educacional é absolutamente possível. (ARRAIS, NETO, 2006).

## RESUMO

O presente trabalho analisou as contribuições da participação dos movimentos sociais do Campo no processo de construção do Plano Municipal de Educação – PME, do município de Abaetetuba - PA, dando ênfase às formas de organização do plano, assim como apontando as contribuições culturais dos Movimentos Sociais atuantes na Educação do Campo. Nesse sentido, define-se como objetivo geral analisar as contribuições da participação dos Movimentos Sociais do Campo no processo de construção do Plano Municipal de Educação, no município de Abaetetuba, com foco no progresso do Sistema Educacional. Assim, os objetivos específicos deste estudo foram: a) Compreender de que maneira foi construído o Plano Municipal de Educação de Abaetetuba; b) Analisar como se deu o processo de participação dos Movimentos Sociais do Campo na construção do PME; e, c) Identificar as contribuições culturais dos Movimentos Sociais do Campo e como são entendidos no processo de construção do PME. A metodologia proposta foi a pesquisa participante, que priorizou os métodos de dados por meio da realização de entrevistas e análise documental, assim como levantamento bibliográfico sobre a temática. Os principais autores utilizados foram, vale destacar: Arantes (2006), Dagnino (2002), Pereira (2003), Fenelon (1993), Hall (2003), Paoli (1991, 2003), Penteado (1991), Gohn (2005, 2006), Santos (1996), Silva (2006), Cardoso (2004), Brandão (1998, 2007) e Oliveira (2010 e 2003). Sendo assim, a partir desta pesquisa, compreendeu-se que a participação dos Movimentos sociais do campo, na construção do referido plano se deu de maneira ativa e propositiva, e em muito contribuiu para ações, metas e estratégias apresentadas no documento final do PME.

**Palavras-chave:** Movimentos Sociais – Participação – Educação - Cultura.

## ABSTRACT

The present work analyzed the contributions of the participation of the social movements of Campo in the process of construction of the Municipal Plan of Education - PME of the municipality of Abaetetuba - PA, emphasizing the forms of organization of the plan, as well as pointing out the cultural contribution of the active Social Movements in Field Education. In this sense it is defined as a general objective to analyze the contributions of the participation of the Social Movements of the Field in the process of construction of the Municipal Plan of Education in the municipality of Abaetetuba focusing on the progress of the Educational System. Thus, the specific objectives of this study were to: a) Understand how the Abaetetuba Municipal Education Plan was constructed; B) To analyze how the Social Movements of the Field took part in the construction of the SME and c) To identify the cultural contributions of the Social Movements of the Field and how they are understood in the process of construction of the SME. The proposed methodology was the participant research, which prioritized the data methods through interviews, documentary analysis, as well as a bibliographic survey on the subject. The main authors were: Arantes (2006), Dagnino (2002), Pereira (2003), Fenelon (1993), Hall (2003), Paoli (1991, 2003), Penteado (2006), Santos (1996), Silva (2006), Cardoso (2004), Brandão (1998, 2007) and Oliveira (2010 and 2003). Thus, from this research it was understood that participation of the social Movements of the field in the construction of said plan was active, propositive participation and in much contribution to actions, goals and strategies presented in the final document of the PME.

**Keyword:** Social Movements - Participation - Education - Culture.



## LISTA DE ABREVIACÕES

**AMIA** - Associação de Moradores das Ilhas de Abaetetuba.

**AMAV** - Associação Amazônia Alegre e Verde.

**ASAMAB** - Associação de Brinquedo e Artesanato de Miriti de Abaetetuba.

**ARQUIA** - Associação dos Remanescentes dos Quilombolas das Ilhas de Abaetetuba.

**ASAMAB** - Associação dos Artesãos de Brinquedos e Artesanato de Miriti de Abaetetuba.

**ARQUITUBA** - Associação dos Remanescentes Quilombolas do Piratuba.

**BRALF** - Programa Brasil Alfabetizado.

**CM** - Conferências Municipais.

**CMA** - Câmara Municipal de Abaetetuba.

**CME** - Conselho Municipal de Educação.

**CMDCA** - Conselho do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Conselhos de Direitos das Crianças e Adolescentes.

**DA** - Diocese de Abaetetuba.

**FPEC** - Fórum Paraense de Educação do Campo.

**FORECAT** - Fórum Regional de Educação do Campo Tocantina II.

**FME** - Fórum Municipal de Educação do Município de Abaetetuba.

**FEC** - Fórum de Educação do Campo.

**GEPSSED** - Grupos de Pesquisa, Sociedade e Extensão – Educação do Campo com ênfase nos Governos Municipais.

**IDEB** - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

**IFPA** - Instituto Federal do Pará.

**IDEB** - Índice de Desenvolvimento de Educação.

**LSE** - Levantamento da Situação Educacional.

**MORIVA** - Movimento dos Ribeirinhos das Ilhas e Várzeas de Abaetetuba.

**OBEDUC** - Observatório Superior de Educação do Campo.

**PME** - Plano Municipal de Educação.

**FUNDEB** - Profissionais da Educação.

**PM** - Pastoral do Menor.

**PDDE/Campo** - Programa Dinheiro Direto na Escola.

**PNPS** - Programa de Política Nacional de Participação Social.

**PPP** - Projeto Político Pedagógico.

**SEMEC** - Secretaria Municipal de Educação.

**SENAI** - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial.

**SINTEPP** - Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado do Pará.

**STTR** - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais.

**SNPS** - Sistema Nacional de Participação Social.

**STR** - Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

**STRA** - Trabalhadores Rurais de Abaetetuba.

**UFPA** - Universidade Federal do Pará.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Mapa 1:</b> Localização de Abaetetuba .....	18
<b>Tabela 1:</b> Cronograma de atividades do PME - Proposta da SEMEC .....	31
<b>Tabela 2:</b> Comissão de Monitoramento e Sistematização Inicial do PME .....	32
<b>Figura 1:</b> Pré-conferência de Educação – Público .....	37
<b>Figura 2:</b> Pré-conferência de Educação – Expositor .....	37
<b>Gráfico 1:</b> IDEB do município de Abaetetuba do 5º Ano .....	78
<b>Gráfico 2:</b> IDEB do município de Abaetetuba referente ao 9º Ano .....	79
<b>Tabela 3:</b> Quantitativo de Escolas que Ofertam Educação Infantil na Rede Municipal que possuem Coordenação Pedagógica – Ano de 2014.....	81
<b>Gráfico 3:</b> Resultado do IDEB – Zona Rural 2013 I.....	84
<b>Gráfico 4:</b> Resultado do IDEB – Zona Rural 2013 II .....	85
<b>Gráfico 5:</b> Resultado IDEB municipal – Zona Urbana 2013 .....	85
<b>Tabela 4:</b> Demonstrativo de lotação de escolas que possui um número reduzido de alunos .....	87
<b>Figura 3:</b> Escola Santo Antônio no rio Moju-mirim .....	90
<b>Figura 4:</b> Ponte da Escola Santo Antônio no rio Moju-mirim. ....	91
<b>Figura 5:</b> Banheiro da Escola Santo Antônio no rio Moju-miri.....	91
<b>Figura 6:</b> Interior da Escola Santo Antônio no rio Moju-mirim .....	92
<b>Figura 7:</b> Corredor da Escola Santo Antônio no rio Moju-mirim.....	92
<b>Figura 8:</b> Interior da Escola Santo Antônio no rio Moju-mirim .....	93
<b>Figura 9:</b> Escola Santo Antônio no rio Moju-miri .....	94

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>13</b>
<b>CAPÍTULO I</b> .....	<b>17</b>
<b>SITUANDO ELEMENTOS IMPORTANTES DO PERCURSO DE PESQUISA</b> .....	<b>17</b>
1.1 MOTIVAÇÕES.....	17
1.2 LÓCUS DA PESQUISA .....	18
1.3 OS CAMINHOS DA PESQUISA .....	25
1.4 O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ABAETETUBA: CONCEPÇÕES DE PLANEJAMENTO E PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. ....	29
<b>CAPÍTULO II</b> .....	<b>41</b>
<b>A PARTICIPAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO NA CONSTRUÇÃO DO PME</b> .....	<b>41</b>
2 MODELOS DE PARTICIPAÇÃO .....	41
2.1.1 Participação Ativa.....	41
2.1.2 Participação Outorgada.....	47
2.2 A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E ATIVA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO NA CONSTRUÇÃO DO PME .....	49
2.3 A PARTICIPAÇÃO OUTORGADA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO.....	57
2.4 A FORÇA POLÍTICA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA DEFESA DE DIREITOS E DE CIDADANIA .....	62
<b>CAPÍTULO III</b> .....	<b>72</b>
<b>AS CONTRIBUIÇÕES CULTURAIS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO NA CONSTRUÇÃO DO PME</b> .....	<b>72</b>
3.1. UMA ANÁLISE HISTÓRICA SOBRE A TRAJETÓRIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS .....	72
3.2 AS DIFICULDADES PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NA VISÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS .....	74
3.3 AS CONTRIBUIÇÕES CULTURAIS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO NA IMPLEMENTAÇÃO DE PROCESSOS POLÍTICOS E DE PARTICIPAÇÃO .....	96
3.4 CONCEPÇÕES DA EDUCAÇÃO DO CAMPO COMO UM MOVIMENTO SOCIAL .....	103
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>106</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>109</b>
<b>APÊNDICES</b> .....	<b>114</b>

## INTRODUÇÃO

A presente pesquisa se propõe a compreender de que forma ocorreu a participação dos movimentos sociais do campo na construção do Plano Municipal de Educação de Abaetetuba, no Estado do Pará. E foi elaborada a partir de questionamentos e inquietações, despertadas nas experiências de participação nos encontros realizados pela Secretaria Municipal de Educação de Abaetetuba – SEMEC, Conselho Municipal de Educação, sociedade civil organizada, instituições de ensino e pesquisa, órgãos e entidades ligadas à educação e pesquisa e, principalmente, pelos Movimentos Sociais do campo que, de forma coletiva, se organizaram para a elaboração do Plano Municipal de Educação de Abaetetuba, a partir de 2009. Assim, esse plano tem sua vigência de 2015 a 2025 e norteará, por dez anos, todas as ações educacionais desenvolvidas no município de Abaetetuba, de acordo com a lei nº 437, que dispõe sobre o documento do Plano Municipal de Educação, passando este a ser lei no município.

Para a realização do processo de construção coletiva do PME, foi necessária a criação de uma comissão organizadora e de uma equipe de sistematização e monitoramento. Ressalta-se que essa comissão foi constituída por profissionais de educação, técnicos, gestores públicos e membros dos movimentos sociais.

Essa experiência possibilitou minha aproximação com os vários segmentos da sociedade civil organizada, oportunizando-me, assim, um maior envolvimento com os movimentos sociais do campo e fortalecendo uma relação estabelecida com as representatividades destes movimentos, por meio da Coordenação de Educação do Campo da SEMEC – Abaetetuba, Pará, a qual estive mais à frente durante a elaboração e aprovação do referido plano.

O trabalho desenvolvido nessa coordenação possibilitou-me a representatividade na “Equipe de Sistematização e Organização das pré-conferências” e Conferências Municipais de Educação que tinham inicialmente, mais especificamente nas primeiras reuniões, a finalidade de realizar um Diagnóstico Educacional do Município de Abaetetuba para a elaboração de seu Plano Municipal de Educação (PME), que veio a ser iniciada a partir da deliberação realizada na I Conferência Municipal de Educação de Abaetetuba, ocorrida nos dias 25 e 26 de agosto de 2009.

Em relação ao documento do PME<sup>1</sup>, é importante salientar que, exatamente na plenária dessa Conferência ocorreu a composição de uma “Comissão Executiva”, que tinha a incumbência de estruturar o documento do Plano Municipal de Educação – PME, de acordo com as diretrizes que foram estabelecidas no Plano Nacional de Educação, Lei 10.172/2001, sendo o norteador no sentido de padronização no que diz respeito a elaboração dos planos construídos em consonância com as requisições da LDB, Nº 9394/96. Nessa comissão, foi possível a vinculação de representantes das entidades, como: Secretaria Municipal de Educação – SEMEC, Conselho Municipal de Educação – CME, Conselho do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, Conselho de Direitos das Crianças e Adolescentes – CMDCA, Câmara Municipal de Abaetetuba – CMA, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STTR, Fórum de Educação do Campo – FEC, Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado do Pará – SINTEPP subsele de Abaetetuba, Universidade Federal do Pará – UFPA, Instituto Federal do Pará – IFPA, Associação de Moradores das Ilhas de Abaetetuba – AMIA, Diocese de Abaetetuba – DA e Pastoral do Menor – PM. (PME, 2015).

A participação da Coordenação de Educação do Campo da Secretaria Municipal de Educação – SEMEC, na construção deste plano, fortaleceu as relações com os movimentos sociais, sendo possível estabelecer novas reflexões sobre a relevância que esse segmento da sociedade tem na construção de políticas públicas educacionais para as demandas que residem e atuam nas regiões camponesas, principalmente na área da educação, considerando as suas especificidades e diversidades.

No decorrer das conferências, reuniões de monitoramento e sistematização, foram apontadas algumas dificuldades que foram surgindo nesse processo de construção coletiva do Plano Municipal de Educação – PME, como o modelo de participação dos movimentos sociais e as relações no espaço público, e as definições das metas educacionais e os vínculos com a realidade camponesa.

Nesse cenário, faz-se necessário compreender a representatividade dos Movimentos Sociais do campo, que conforme estabelece Brasil (2010), por meio do Decreto nº 7.352, são: ribeirinhos, quilombolas, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, agricultores, pescadores, assentados, etc., para assim contribuírem com uma proposta educacional dirigida especificamente para esta demanda.

---

<sup>1</sup> A partir daqui usaremos a sigla PME para nos referirmos ao Plano Municipal de Educação.

De outra forma, é preciso lançar outros olhares sobre a construção coletiva desse importante documento normativo das políticas educacionais na esfera municipal. Diante dessa importante questão que se refere à participação dos movimentos sociais na esfera pública<sup>2</sup>, definiu-se como pergunta de pesquisa: Como se deu a contribuição dos Movimentos Sociais do Campo na construção do Plano Municipal de Educação de Abaetetuba? E norteados por esta indagação, definiu-se como objetivo geral, analisar as contribuições da participação dos Movimentos Sociais do Campo no processo de construção do Plano Municipal de Educação, no município de Abaetetuba, com foco no progresso do Sistema Educacional do território.

Assim, apresentamos como objetivos específicos: a) Compreender de que maneira foi construído o Plano Municipal de Educação de Abaetetuba; b) Analisar como se deu o processo de participação dos Movimentos Sociais do Campo na construção do PME; e, c) Identificar as contribuições culturais dos Movimentos Sociais do Campo e como são entendidos no processo de construção do PME.

Sendo assim, a pesquisa foi fundamentada por meio do diálogo com autores importantes, entre eles, vale destacar: Arantes (2006), Bolemê (1998), Canclini (1997), Dagnino (2002), Demo (1984), Pereira (2003), Felon (1993), Hall (2003), Paoli (1991, 2003), Penteadó (1991), Gohn (2005, 2006), Santos (1996), Silva (2006), Cardoso (2004), Thompson (1998), Brandão (1998, 2007), entre outros.

Deste modo, na realização desta investigação, optei pela pesquisa participante, por considerar que seria este o caminho teórico-metodológico que me possibilitaria a construção de uma pesquisa acadêmico-científica, com todo o rigor exigido para sua elaboração, permitindo-me, também, um auto reconhecimento como participante do processo de pesquisa, na função de interlocutora importante.

Ao mesmo tempo, esse procedimento possibilitou-me levar em consideração o conjunto das representações das diferentes experiências e vivências dos sujeitos sociais envolvidos na pesquisa. Ainda, essa opção metodológica contribuiu para a compreensão da realidade pesquisada, em que, através da pesquisa participante, tive a oportunidade de registrar as concepções, visões e percepções minhas e dos entrevistados acerca do tema. E, como sujeito de todo o processo investigado, faço parte daquilo que também vai sendo escrito; reconhecendo, porém, que o maior desafio foi saber trabalhar o envolvimento e a

---

<sup>2</sup> Compreende-se nesse estudo como a esfera pública como espaço do bem comum e a serviço de todos, como forma de valorização e resgate dos direitos sociais em defesa de interesses comuns da coletividade. Tal esforço deve ter como objetivo a retomada de direitos sociais usurpados historicamente, a humanização e o exercício da cidadania em todos os setores da vida social (OLIVEIRA, 2010, p. 28).

subjetividade, enquanto pesquisadora-pesquisada, e manter um necessário distanciamento que requer qualquer trabalho acadêmico.

À vista disso, o referido trabalho de pesquisa foi estruturado da seguinte forma: no primeiro capítulo, apresentarei o lócus e o percurso da pesquisa, em que discutir-se-á o Plano Municipal de Educação de Abaetetuba – PME e de que maneira esse documento foi construído, apresentando suas principais metas e estratégias; no segundo capítulo, analisarei o processo de participação dos Movimentos Sociais do Campo na construção do PME, discutindo como ocorreu o processo de organização e construção do Plano Municipal de Educação – PME e as formas de participação; no terceiro capítulo, discutirei as contribuições culturais dos Movimentos Sociais e como elas são entendidas na construção do PME, compreendendo a importância e a relação da cultura dos sujeitos sociais do campo na construção das políticas públicas, inclusive as influências do Plano Municipal de Educação do município.

Foi possível analisar a forma em que os movimentos sociais do campo participaram da construção do Plano Municipal de Educação – PME, apontando-os como protagonistas desse momento histórico, contexto este que vem marcar a importância que esse segmento da sociedade tem na busca de políticas públicas que atendam às especificidades e necessidades dos sujeitos do campo, que historicamente vêm lutando, ao longo dos tempos, por melhores e mais adequadas condições de vida no espaço em que vivem.



# **CAPITULO I**

## **SITUANDO ELEMENTOS IMPORTANTES DO PERCURSO DE PESQUISA**

O objetivo deste capítulo é apresentar as motivações, o lócus e os caminhos da pesquisa, concepções de plano, planejamento e a constituição do Plano Municipal de Educação, dentro do marco teórico que o constitui, analisando a sua importância no contexto desta investigação.

### **1.1 MOTIVAÇÕES**

Durante minha atuação como coordenadora municipal do Setor de Educação do Campo, vinculado à Diretoria de Ensino da Secretaria Municipal de Educação, surgiram diversas inquietações acerca da importância dessa modalidade de ensino, da ausência de debates e políticas específicas para a demanda da educação dos povos do campo. Foi como gestora da educação do campo, entre os anos de 2010 a 2014, (onde me afastei para cursar o mestrado e posteriormente fui convidada novamente para assumir o trabalho em 2017) que estabeleci um diálogo mais permanente com os gestores/responsáveis, professores das escolas do campo e movimentos sociais, entendendo a importância da participação e da gestão democrática na educação, fundamentada na constituição de 1988, em seu art. 206, inciso VI (Brasil, 1988), que aponta a “gestão democrática do ensino público, na forma da lei”.

Ratificando os preceitos constitucionais e especificando os níveis de modalidade da educação nacional, a organização do sistema de ensino, os termos de funcionamento e as competências da união, estados e municípios, é aprovada, em 1996, a segunda lei de diretrizes e bases da Educação Nacional (Lei n.9493/1996), que em seu artigo 14, incisos I e II, estabelece que cabe aos sistemas de ensino público na educação básica, de acordo com suas peculiaridades e conforme os princípios de “participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola” e “participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes” (Brasil, 1996). Concretizando as disposições da constituição de 1988 e da LDB de 1996, em 2001 a gestão democrática nas redes públicas é incluída também no plano nacional de educação (PNE), que apresenta como uma de suas metas, a criação de conselhos escolares em estabelecimentos oficiais (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio). É esse conjunto de leis que estabelece as diretrizes e

normas para a organização e gestão do sistema educacional brasileiro, orientando as ações, programas e políticas nacionais.

Destaco aqui a preocupação com a questão da participação dos movimentos sociais na construção do PME, isso por compreendermos que “a participação tem sua gênese nos processos de potencializar a igualdade social, de acordo com uma filosofia sócio-política, visando à mudança na sociedade” (PENTEADO, 1991, p. 40). Ao entendermos a participação a partir dessa matriz teórica, compreendemos também o quanto é importante discutir a atuação dos movimentos sociais como um viés do processo de democracia da sociedade brasileira.

A participação requer primeiramente que tenhamos consciência da ação que praticamos ou estamos em certa medida sujeitos. Ao participar, colocamos em exercício nossa reflexão crítica e nossos interesses. Assim, a participação é um modo de manifestação da existência humana, um produto da conscientização humana (PENTEADO, 1991).

Desse modo, os Movimentos Sociais, como participação dos sujeitos do campo, se apresentam como força política na defesa de direito e de cidadania. Na luta por uma educação de qualidade eles defendem as escolas do campo como espaço de saberes e desenvolvimento de práticas voltadas à investigação da realidade, a análise e reflexão sobre dados de pesquisa, experimentação social produtiva e a elaboração de sínteses e construção de projetos. Busca-se, dessa forma, uma formação que promova autonomia intelectual e também a afirmação de sujeitos de intervenção e transformação da realidade.

É importante entender a organização do Plano Municipal de Educação por conceber que a política pública deve ser construída coletivamente; neste caso, com a participação de várias instituições e sujeitos na produção dessa política, em especial ao que se refere à educação do campo, entendida aqui também como um Movimento Social, enfatizando e reafirmando que a Educação do Campo é o próprio Movimento social neste contexto participativo.

## **1.2 LÓCUS DA PESQUISA**

A presente pesquisa foi desenvolvida na cidade de Abaetetuba, município do Estado do Pará, no Brasil, pertencente à microrregião de Cametá que, por sua vez, integra a mesorregião do nordeste paraense. É a cidade-polo da Região do Baixo Tocantins e a 7ª mais populosa do Estado.

O município de Abaetetuba encontra-se distante, em linha reta, 72 km de Belém (capital). Localizado à margem direita do rio Maratauíra, um dos afluentes do estuário do rio Tocantins, integra a Microrregião de Cametá (mesorregião do nordeste paraense). As coordenadas geográficas indicam 01°43'31" S e 48°53'31" W. Possui uma área territorial de aproximadamente 1.610,606 Km<sup>2</sup>. A população urbana é estimada em 86.614 pessoas, distribuídas em 17 bairros, em uma área de aproximadamente 17 Km<sup>2</sup>, enquanto 60.653 residem na zona rural, compreendendo a região do arquipélago (72 ilhas) e região das estradas (Distrito de Beja e 49 colônias agrícolas), conforme dados do IBGE (BRASIL/2010).

**Mapa 1: Localização de Abaetetuba**



Fonte: IBGE/2010

Há divergências quanto às primeiras incursões no território. Segundo a tradição, a primeira penetração no território de Abaetetuba foi feita por Francisco de Azevedo Monteiro, quando, em 1745, ali aportou com toda sua família, ao fugir de um temporal. Porém, segundo Palma Muniz, a fundação de Abaeté ocorreu em 1750 e as primeiras incursões foram feitas pelos antigos frades capuchos que fundaram o Convento da Una, seguindo-os, mais tarde, os Jesuítas, exploradores do rio Uraenga ou Ararenga (MACHADO, 2008).

O nome primitivo do município era "Abaeté", que, na língua tupi, significa "homem verdadeiro", através da junção dos termos *abá* (homem) e *eté* (verdadeiro). Por meio do Decreto – Lei 4.505, de 30 de dezembro de 1943, foi-lhe acrescentado o sufixo "tuba", oriundo do termo tupi *tyba* (ajuntamento), para diferenciá-lo do município homônimo no estado de Minas Gerais. Portanto, "Abaetetuba" significa, na língua tupi, "ajuntamento de homens verdadeiros" (MACHADO, 2008).

Abaetetuba, também, já foi conhecida como “Terra da Cachaça”. No início do século XX, a cachaça abaetetubense atingiu a produção de 5 milhões de litros, garantindo aos engenhistas a importação, da Inglaterra, de caldeiras, moendas e alambiques modernos, como pode ser comprovado no Engenho Pacheco. Foi então a partir da cachaça que houve o desenvolvimento do município de Abaetetuba, dando à cidade o título de “Terra da Cachaça” (FILGUEIRAS, 2010).

O município possui uma rede hidrográfica bastante vasta, navegável em quase toda a sua extensão. Existem muitas ilhas no município; cerca de setenta e cinco (75) espaços geográficos do território abaetetubense constituem a chamada Região das Ilhas. São interligadas por inúmeros rios, furos e igarapés que formam o complexo hidrográfico municipal. Dentre essas ilhas destacam-se a de Sirituba, Campompema, Pacoca, Capim, Cururu, São Francisco, Santo Antônio, São Bento e outras de menor importância. Essas ilhas conferem à parte Oeste do município o aspecto de uma colcha de retalhos, tal é a insinuação dos cursos d’água, que ainda hoje representam o principal meio de comunicação entre as pequenas povoações e aglomerados subdistritos que se formam às suas margens. O clima é comum da Amazônia, equatorial e superúmido. Registra-se no município a existência de florestas de terra firme e florestas de várzeas (MACHADO, 2008).

Abaetetuba tem um legado expressivo quanto à diversidade, cultura e sociabilidade tanto em sua geografia quanto em sua política social. Abrangendo uma extensão que designa ilhas, rios, furos, igarapés, regiões de várzeas, terra firme, estradas, ramais e florestas, que contemplam as inúmeras iguarias que satisfazem os mais diversificados gostos, fortalecendo imensamente as comercializações no universo da Agricultura Familiar e Economia Solidária como: açaí, miriti, cupuaçu, bacuri, brinquedo de miriti e a diversidade artesanal em geral.

Abaetetuba é um município que tem forte ligação com as águas, e obviamente, o termo beira faz menção ao fato de a feira estar instalada na beira do rio, mais precisamente na margem esquerda do rio Maratauíra (ou Meruí), onde muitas histórias se passam, onde muita gente é feliz, onde as relações são construídas cotidianamente entre cheiros, sabores, cores, paisagens, rostos, conflitos e uma imensa diversidade de tudo, ou quase tudo. (BEZERRA, 2009; p.02).

O autor se refere à Beira, feira livre de Abaetetuba, que é, culturalmente, como os abaetetubenses denominam a feira. E através da forma minuciosa feira/beira, é possível retratar todo o panorama cotidiano da sociedade abaetetubense, ressaltando, ainda, que é um espaço relevante para a população local e de fora.

Vários conceitos e significados são atribuídos às feiras livres, dependendo de que sujeito pensa esta feira e de que lugar está é pensada. Diante da rica diversidade cultural, biológica e das grandes redes de relações sociais que se estabelecem nesses espaços no contexto brasileiro, as feiras livres no Brasil assumem diferentes funções (BEZERRA, 2009; p. 02).

A fartura que sustenta e dá visibilidade a este município corresponde à expressão em tupi “TUBA”, ao enunciar uma peculiaridade local que significa “lugar de abundância”. No geral a palavra Abaetetuba significa “lugar de homens e mulheres fortes e valentes” e pode ser analisada de acordo com a sua estrutura e significado da seguinte forma: “Aba” (homem), “Ete” (forte, verdadeiro) e “Tuba” (lugar de abundância). Portanto, a Beira/Feira de Abaetetuba expressa esta abundância e diversidade de iguarias, artesanato, pessoas, costumes, rituais, cores, sabores, etc., em uma extensão de 1 km de feira livre, sendo esta uma das maiores feiras de toda a região. Nesse cenário de Feira Livre, à Beira de Abaetetuba, evidencia-se os renomados espaços como: A Feira do Camarão, A Feira do Açaí, a Feira da Farinha, O mercado de Carne, O Mercado de Peixe, A Feira do Agricultor, o espaço destinado a camelôs e ambulantes, bem como a extensão geral que dimensiona o comércio.

Há décadas, Abaetetuba foi pontuada nacionalmente como a “Cidade das bicicletas”, que por sua vez só perdia para a China que, em sua extensão, possuía um quantitativo maior. Por dispor de uma quantidade muito grande de bicicletas, aproximadamente 82 mil, foi apelidada de China brasileira (Pastoral do Menor de Abaetetuba, 2008). Nesse sentido, devido à extensão geográfica do município ser plana, é possível adquirir a garantia de um transporte alternativo e acessível, no que diz respeito à economia, em detrimento da distância, mais especificamente pelo fato da cidade ser pequena e principalmente pelo valor reduzido desse meio transporte.

Vale ressaltar que nesse mencionado período, a atividade do “Ofício do Batalho de bicicleta”<sup>3</sup> predominou dentre os meios de transporte neste referido município. O Ofício era, por sua vez, uma atividade que reunia, nas esquinas dos bairros que continham um maior fluxo de pessoas, cerca de cinco (5) a quinze (15) chefes de famílias ou rapazes montados em suas bicicletas à espera de uma “deixada” (condução de pessoas). Uma vez que, em determinados momentos de suas vidas ficavam desempregados, esses homens encontravam no ofício do “Batalho de bicicleta” o meio de sobrevivência de suas famílias. Vale ressaltar que para alguns batalhadores este era o único ofício. Esse transportador de pessoas e encomendas

---

<sup>3</sup> “Batalho de Bicicleta”: função exercida por alguns moradores do município de Abaetetuba que através de uma bicicleta locomoviam (deixada) pessoas, objetos ou alimentos de um local para o outro em sua garupa, cobrando assim, algum dinheiro por este serviço, o batalho era ou é um ofício do batalhador de bicicleta, também conhecido como “Taxiclista”.

era conhecido como “Batalhador de bicicleta” ou de uma forma mais moderna, era chamado de” Taxiclista”.

No entanto, com o desenvolvimento das relações de trabalho e o crescimento do Município de Abaetetuba, o ofício do “batalho de bicicleta” veio perdendo o seu espaço principalmente para os moto-taxistas. Vale ressaltar que apesar desse crescimento desordenado da cidade, a resistência cultural de pequenos grupos, mais precisamente o dos idosos, se mantém. São pessoas que tradicionalmente cultivam e valorizam o referido ofício/transporte alternativo, conservando o uso da bicicleta como principal meio de transporte; mesmo de forma tímida e de pequeno fluxo, a bicicleta ainda circula nas ruas, estradas e ramais da grande Abaetetuba.

A bicicleta foi considerada um dos principais meios de transporte em terra no município de Abaetetuba. Porém, nas águas o meio de transporte mais utilizado é a “rabeta”, uma pequena embarcação que transporta com maior velocidade, de forma cotidiana e mais informal, as iguarias extraídas e produzidas nas ilhas de Abaetetuba; assim como, também, moradores, professores da localidade ou os quais residem na cidade mas lecionam nas ilhas, bem como os turistas, os pesquisadores, os enfermos, atravessadores, compradores, etc. Atualmente, outro meio de transporte fluvial que ganhou amplo espaço para uma viagem cotidiana, passeio ou transporte de objetos pequenos predominantes nos rios, furos e igarapés, é a pequena condução denominada de “rabudo”, (bem menor que a rabeta) que também é conhecido, de acordo com cada localidade, pelos nomes de rabicasco, rabudinho, rabetinha ou rabo azedo.

Atualmente, Abaetetuba é reconhecida como “A Capital Mundial do brinquedo de miriti”, em razão da cultura dessa atividade sazonal, artística, cultural e econômica encantar os apreciadores da arte popular, crianças, comerciantes, pesquisadores desse produto cultural e as pessoas de maneira geral. Na árdua atividade para o desenvolvimento coletivo no mundo do trabalho, esses artesãos de produtos e sonhos agem por meio de seus afazeres com as mãos, fazendo com que seus produtos possam significar e ressignificar essa arte que enaltece não somente Abaetetuba, mas toda a região Amazônica. Por meio de seus brinquedos e artesanatos de miriti, os artesãos retratam as mais variadas imagens dos cenários desta terra, por meio da fauna (araras, tucanos, jacarés, peixes, cobras, tatus, pombinhas, etc.); da flora (ornamentos, quadros, flores, esculturas); de sistemas de produção (soca-socas, ribeirinhos, atravessadores, apanhadores de açaí, etc.); de paisagens (quadros e pinturas em geral); e, principalmente, no uso tradicional e moderno de utensílios e utilidades na sua diversidade de

afazeres (peneira, rolha, isopor natural, bolsas, móveis, biojoia, embalagens, construção de paredes, pontes, etc.).

Abaetetuba também é conhecida como “Terra de artistas” e “Cidade festeira”, ao popularizar e desenvolver as mais variadas expressões artísticas, desde o fazer da arte com as mãos, desenvolvida pelos mestres do miriti que se caracteriza como arte genuinamente abaetetubense, ao legado de vozes que adentram as noites entoadas pelos cantores da terra, bem como as expressões corporais dos dançarinos, atores teatrais, dentre outros artistas que demonstram com satisfação, paixão e orgulho seus saberes artísticos, criatividade e habilidades.

Por outro lado, são muitas as manifestações culturais e religiosas existentes no município, em que é possível destacar “A festividade de Nossa Senhora da Conceição” (Santa padroeira), a maior manifestação religiosa do município. Ocorre anualmente, desde 1812 até os dias atuais. Vale ressaltar que na grande maioria dos espaços que constituem o território de Abaetetuba, cada bairro, ilha, estrada ou ramal possui um santo padroeiro, e, conseqüentemente, uma festividade anual. Nesse lócus religioso, é preciso enfatizar que as igrejas evangélicas também desenvolvem diversas atividades religioso-culturais, ganhando, a cada ano, maior espaço nesse cenário.

Outro fator importante, é que para um maior acolhimento dos povos que chegam à cidade, com o intuito de usufruir das formas de lazer, entretenimento e possibilidade de comércio, ou mesmo conhecer as iguarias, os espaços e as programações, nestas perspectivas, Abaetetuba é considerada como “Terra Hospitaleira” de um povo acolhedor.

E nesse contexto cultural, social e identitário, é necessário enfatizar também o costume alimentar do povo, destacando o açaí como alimento relevante nesta região, apresenta-se com uma safra intensa no período do verão amazônico, predominante nesta região, e a proteína (carne, frango, peixe, camarão, etc.), caracteriza-se como o “apurado”, este é um conjunto de alimentação principal da grande maioria dos abaetetubenses. O açaí, para alguns, é apenas um complemento ao prato principal, porém, para muitas pessoas desta região, em razão do costume alimentar de seu meio, o açaí é considerado como o prato principal nas refeições diárias.

Para preservar a memória, a história e a diversidade cultural expressa sobre a cidade de Abaetetuba, uma significativa organização de membros de entidades (públicas, privadas, religiosas), membros de associações, historiadores, artistas e representantes de movimentos sociais se articulam (ou mesmo de forma individual) em prol do desenvolvimento e

valorização do patrimônio cultural material e imaterial de Abaetetuba por meio de seus saberes e fazeres.

Neste sentido, é possível destacar alguns nomes como os artesãos de brinquedo e artesanato de miriti: Mestre Cambota, Raimundo Peixoto (mestre Diabinho), Valdeli (Mestre Índio), Mestre Célio, Mestre Vitorino, Mestre Amadeu, Mestre Rivaildo Peixoto, Mestre Célio; a Dona Nina Mary Abreu da Silva, uma senhora encharcada do folclore amazônico, mais conhecida na cidade como Nina Abreu ou Tia Nina, o Pai de Santo e Babalorixá Paulo Cardoso, conhecido como Pai Paulo de Oxossi, o Zelador de Santo Seu Aroldo, A Senhora conhecida como Velha Ladica do Rio Maracapucu, o Pai Mário Jorge, o Seu Arivaldo; bem como, os destaques na música com os mais reconhecidos ou atuantes cantores da noite de Abaetetuba: Geba, Nei Viola, Zequinha, Sousa Filho, Alexandra Sena, Lial Bentes, Cabinho, Cici Quaresma, Pepeco, Macarrão, Livaldo dos Teclados, Cláudia Mourão, Daniela Baía, Débora Lobo; e mais os saudosos e outros nomes da contemporaneidade, entre os mais diversificados saberes e estilos manifestados por carnavalescos, estilistas, artistas-plásticos, historiadores, poetas, quadrilheiros, dançarinos dentre outros mestres artístico-culturais como: O Rei Momo Vandoca, Rivanildo Peixoto, Osni, Fernandão, Januário Sales, Adriano Crococa, Umberto Larusso, Professor Dedival Brandão, Neusa Rodrigues, Elha Quaresma, Monte Serrat, Maria Esperança, Nazaré Lobato, Jorge Machado, Luiz Reis, Duda Nereidy, Enilvan, Tanta, Ocimar dentre outros.

Na economia, Abaetetuba possui importantes produtos que congregam o sistema de produção que gira em torno do comércio local e externo, no que tange o extrativismo, a criação, a plantação, a pesca artesanal, a caça e a produção artesanal em geral, mostradas nas habilidades do povo abaetetubense por meio do mundo do trabalho. Dentre tais atividades artesanais vale destacar o manejo do açaí, a atividade do miriti e a relevância da “Carpintaria Naval”, que em sua ênfase já foi reconhecida como uma referência nacional, pela astúcia desses engenheiros do saber tradicional. São homens que, sem nenhum tipo de estudo científico, potencializam em seus estaleiros, por meio de habilidades herdadas de seus antepassados, grandiosas construções marítimas que ganham rumo para além do território abaetetubense.

Em outras formas de produção, é possível destacar os afazeres dos núcleos familiares de produções que se agregam ou não às associações/cooperativas na fabricação de utensílios, acessórios, artefatos em geral na confecção de biojoia, telhas, tijolos, paneiros, rasas, cuias, alguidares, vasos, potes, entre outros.



É nesse contexto abaetetubense que iremos realizar o estudo para alcançar os objetivos, definindo uma metodologia de pesquisa que abarque a diversidade cultural e social que encontramos ao longo da pesquisa.

### **1.3 OS CAMINHOS DA PESQUISA**

Analisar o Plano Municipal de Educação de Abaetetuba nos levou a compreender a participação coletiva dos movimentos sociais no espaço público, pois este processo envolveu várias entidades, mais especificamente a grande contribuição dos Movimentos Sociais do campo. Como plano político, o Plano Municipal de Educação (PME) torna-se fundamental para implantação das políticas públicas da Educação do campo no município de Abaetetuba.

Desta forma, a partir da minha concepção de pesquisa, utilizei como metodologia a pesquisa participante, que não se trata apenas de aplicação de técnicas e métodos de pesquisa convencionais, mas mergulha no contexto investigado. Nessa proposta é necessário, como afirma Freire (apud SILVA, 1981), estabelecer uma relação dialética entre teoria e prática, e conhecer a realidade a partir da superação da dicotomia entre sujeito e objeto. Brandão afirma que:

Durante anos pretendemos que boa parte de uma metodologia científica adequada serve para proteger o sujeito de si mesmo, de sua própria pessoa, ou seja: de sua subjetividade. Que entre quem pesquisa e quem é pesquisado não existe senão uma proximidade policiada pelo método (o sujeito dissolvido em ciência) e o objeto (o outro sujeito dissolvido em dado). “Fora do domínio de qualquer interesse que não o da própria ciência, tudo se resolve com boa teoria no princípio, uma objetividade no meio e uma rigorosa articulação com os dados no final” (BRANDÃO, 1981, p. 7).

Retomemos a reflexão de Brandão (1981) como uma reafirmação do princípio emancipador da pesquisa. A pesquisa deve se constituir em um diálogo permanente. Logo, o que proponho é dialogar com a realidade investigada, numa tentativa de compreendê-la com mais clareza.

Assim, para atender aos objetivos propostos dessa pesquisa, realizei análise documental e entrevistas. Parte das informações refere-se ao processo de discussão do Plano, por meio da análise documental das atas e outros documentos de registros das reuniões permanentes da Comissão Organizadora e Equipe de Sistematização e Monitoramento do PME, nas Conferências Municipais e também em outros momentos, em diálogo com os Movimentos Sociais do Campo e outros partícipes da elaboração do Plano Municipal de Educação.

Utilizei como procedimento de coleta de dados, roteiro de entrevistas, questionários e registros fotográficos. Foram entrevistados seis (06) participantes/representantes dos movimentos sociais do campo, que tiveram uma participação destacada na elaboração do Plano Municipal de Educação. Defini os entrevistados a partir dos seus sobrenomes, isso muito mais por uma questão didática, pois os mesmos através do termo de livre consentimento (TLC) autorizaram os usos de suas imagens e seus nomes neste estudo.

No percurso de investigação, encontrei algumas dificuldades para a coleta de dados, entre elas, destaco: a falta de tempo dos representantes dos movimentos sociais e a não disponibilidade de participar da pesquisa de representantes ou partícipes das conferências ou da Equipe de sistematização do PME.

A primeira entrevista se deu com o representante da Associação dos Moradores das Ilhas de Abaetetuba – AMIA; a segunda, com uma das representantes do SINTEPP e do Fórum Regional de Educação do Campo – FORECAT da Região Tocantina II; a terceira pessoa entrevistada foi o pesquisador do GEPSEED/UFPA, professor militante da Educação do Campo e participante dos Movimentos Sociais do Baixo Tocantins que compõem o Fórum Regional da Educação do Campo na Amazônia Tocantina II – FORECAT e membro do Observatório Superior de Educação do Campo – OBEDUC/UFPA; a quarta entrevista se deu por meio da enunciação do Coordenador da Regional SINTEPP e do Fórum Regional de Educação do Campo – FORECAT da Região Tocantina II; a quinta pessoa entrevistada foi a representante da Diocese de Abaetetuba, membro da Equipe de Monitoramento e Sistematização do Plano municipal de Educação de Abaetetuba – PME, coordenadora eleita em plenária do Fórum Municipal de Educação de Abaetetuba, membro do Fórum regional de educação do Campo – FORECAT da Região Tocantina II, membro do GEPESSED e GEPERUAZ; e, o sexto e último entrevistado foi o gestor da Escola do Campo Otoniel Tavares e Presidente da Casa Familiar Rural de Abaetetuba.

Vale ressaltar que a grande maioria dos representantes dos Movimentos Sociais do Campo se valeu da questão do pertencimento, fazendo, desta forma, questão de serem mencionados como colaboradores no desenvolvimento desta pesquisa.

Segundo Brandão e Borges (2007), na pesquisa participante é preciso considerar que o conhecimento é essencial, ele motiva a formação de representantes dos movimentos sociais ou grupos em geral. Cidadãos que estejam aptos a dialogar, propor e articular com as demais estruturas sociais, novos e melhores cenários dos quais hoje estão inseridos refletindo acerca do desenvolvimento das futuras gerações. Os saberes do senso comum são relevantes neste processo de construção do conhecimento caracterizados pela ciência do homem comum, em

contraposição de ideias e cultura dominante da ciência clássica considerando a participação em sentido mais amplo e constante na perspectiva da realidade social. E, ainda, os referidos autores ressaltam que na pesquisa participante:

Todo conhecimento competente não vocacionado ao diálogo entre os saberes e entre diferentes criadores de saberes – inclusive os situados fora do campo das ciências acadêmicas e dos saberes autoproclamados como cultos e/ou eruditos – não tem mais valor do que o de sua própria solidão (BRANDÃO e BORGES, 2007; p. 57).

No que concerne às distinções das estruturas sociais, como um alicerce que sustenta e constitui um determinado povo, estruturas estas que correspondem às demandas sociais específicas, e que se compreendem por meio de contornos da pesquisa participante e que se adequam em planos de relações recíprocas de responsabilidade e compromisso nas ações coletivas.

Desta forma, os aspectos das pesquisas participantes caracterizam-se por propiciar momentos em que os sujeitos sociais mais distintos tenham a possibilidade e o direito de dialogar de igual para igual nas ações educacionais, políticas e sociais, etc. relacionando os sujeitos com maior interação dotados de uma formação mais elevada aos que ainda não tiveram a oportunidade de escolarização. Além de haver a possibilidade de evidenciar a interação entre os representantes das esferas do governo nomeados para cargos de confiança com alto grau de remuneração ao modesto agricultor familiar representante de seu movimento social, considerando neste processo a sua participação tão importante quanto de outros sujeitos no processo de construção política.

É possível também exemplificar por meio da interação de ideias e proposições entre determinadas representatividades instruídas, como os professores mestres e doutores das instituições de ensino e pesquisa e os professores da educação básica, muitas vezes, ainda com a formação do ensino médio/magistério. Ou mesmo os agricultores familiares do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STTR, assim como também o Secretário Municipal de Educação do Município de Abaetetuba, como os professores membros do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Pará – SINTTEP e também o ribeirinho membro da Associação de Moradores das Ilhas – AMIA. As pesquisas participantes colocam face-a-face pessoas e agências sociais entre “eruditos” e “populares” (BRANDÃO e BORGES, 2007).

As experiências da pesquisa participante acontecem no contexto popular, dentro das estruturas sociais muitas vezes marginalizadas, esquecidas e que estão à mercê da sociedade,

por estarem inseridas no contexto das mazelas sociais. Porém, são estruturas que se fortalecem e se movimentam por melhorias em todos os aspectos que os envolvem de forma particular e coletiva. Considerando as necessidades de populações que compreendem operários, camponeses, agricultores e índios – as classes mais carentes nas estruturas sociais contemporâneas – levando em conta suas aspirações e potencialidades de conhecer e agir. (BORBA, 2007).

É de fundamental importância o desenvolvimento de reflexões que possibilitem um pensar crítico e participativo, no campo da educação. De um pensar que seja capaz de propor uma educação que tenha como centralidade a formação humana, social e política, possibilitando ao cidadão a oportunidade de intervir na realidade. É necessário também considerar, neste procedimento de interação e escuta a importância da alteridade no que diz respeito aos desdobramentos da investigação participante, a qual desenvolve esta produção científica. Por entender e refletir acerca do pensar do outro, considerando suas contribuições e não somente considerar o pensar de si próprio, como único e mais adequado saber. À vista disso, é pertinente considerar que:

A pesquisa serve à criação do saber, e o saber serve à interação entre saberes. A interação dialógica entre campos, planos e sistemas do conhecimento serve ao adensamento e ao alargamento da compreensão de pessoas humanas a respeito do que importa: nós-mesmos; os círculos de vida social e de cultura que nos enlaçam de maneira inevitável; a vida que compartilhamos uns com os outros; o mundo e os infinitos círculos de realização do Cosmos de que nós, os seres humanos, somos parte e partilha. (BRANDÃO e BORGES, 2007; p. 57).

Os autores reforçam a questão dos saberes e a importância destes mecanismos do senso comum para a interação de ideias adequadas ao atendimento de determinadas demandas, bem como a relevância da sensibilidade do “pensar no outro” e a “partir do outro” nesses processos de construções sociais.

E para uma análise mais eficaz sobre os desdobramentos da pesquisa, foi indispensável organizar uma tabela, em anexo, que espelham de uma forma mais didática os segmentos do levantamento bibliográfico que estabelecem: as fontes da referida pesquisa, os espaços de pesquisa e as literaturas em geral, dinamizando passo a passo todos os procedimentos desta produção; também é possível visualizar, a minha experiência, vivência, o crescimento e o reconhecimento profissional, os avanços nas trajetórias acadêmicas e as novas oportunidades ofertadas por meio do ingresso na academia, mais especificamente ao vínculo com a linha de pesquisa Educação, Cultura e Linguagem do Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura do Campus Universitário do Tocantins/Cametá da Universidade Federal

do Pará, considerando o apoio, incentivo e o suporte acadêmico de seus respectivos e qualificados profissionais e trabalhadores da Educação.

#### **1.4 O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ABAETETUBA: CONCEPÇÕES DE PLANEJAMENTO E PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.**

Neste item, proponho-me a analisar as questões sobre o PME, enquanto um planejamento no campo educacional que comporta ações importantes e que definiram as diretrizes para a educação no contexto municipal para exatamente um período de dez (10) anos. Compreendo a importância de tratar esse elemento aqui em função de ser o PME um dos elementos mais importantes de análises presentes nesta pesquisa

O planejamento interpõe-se como um instrumento que vai dinamizar tarefas a serem desenvolvidas em detrimento de prognosticar e instituir ações e metodologias futuras, propiciando uma maior interação diante das atribuições, tanto da gestão como das funções administrativas em que se pretende constituir. E este deve ser um trabalho com mais organização, segurança e eficiência em provimento de uma determinada finalidade.

Por isso, o ato de planejar no campo educacional refere-se principalmente à importância da participação e envolvimento de todos os sujeitos inseridos nesse contexto educacional, precisando ter como indicador a conscientização e atuação, que permitem ser traduzidas como a construção de uma educação em relação direta com a realidade, não apenas o resultado de legislações engessadas de estrutura e organização educacional. Assim, o autor ressalta que:

O ato de planejar, como todos os outros atos humanos, implica escolha e, por isso, está assentado numa opção axiológica. É uma "atividade-meio", que subsidia o ser humano no encaminhamento de suas ações e na obtenção de resultados desejados, e, portanto, orientada por um fim. O ato de planejar se assenta em opções filosófico-políticas; são elas que estabelecem os fins de uma determinada ação. E esses fins podem ocupar um lugar tanto no nível macro como no nível micro da sociedade. Situe-se onde se situar, ele é um ato axiologicamente comprometido (LUCKESI, 2002; p.115).

Para se compreender melhor a importância e necessidade de se planejar, seguem os conceitos básicos de planejamento na área da educação segundo BORDENAVE e PEREIRA (2005):

O planejamento educacional é o processo de abordagem racional e científica dos problemas de educação, incluindo definição de prioridades e levando em conta a relação entre os diversos níveis do contexto educacional.

O planejamento curricular é uma tarefa multidisciplinar, que tem por objeto a organização de um sistema de relações lógicas e psicológicas dentro de um ou vários campos de conhecimento, de tal modo que se favoreça ao máximo o processo ensino-aprendizagem; é a previsão de todas as atividades que o educando realiza sob a orientação da escola para atingir os fins da educação.

O planejamento do ensino é a previsão inteligente e bem articulada de todas as etapas do trabalho escolar que envolve as atividades docentes e discentes, de modo a tornar o ensino seguro, econômico e eficiente; é a previsão das situações específicas do professor com a classe; é o processo de tomada de decisões bem informadas que visam à racionalização das atividades do professor e do aluno, na situação ensino-aprendizagem, possibilitando melhores resultados e, em consequência, maior produtividade.

No caso do Plano Municipal de Educação, o mesmo situa-se no campo do planejamento educacional. Por consequência, o ato de planejar é essencial na elaboração do Plano Municipal de Educação – PME, sendo este considerado como um planejamento educacional, que foi pensado, planejado, elaborado e conseqüentemente deverá ser executado de acordo com todos os aspectos organizados e assegurados no exato período de sua vigência. Todos os direcionamentos devem ser de participação coletiva em benefício de um bem comum para que, desta forma, seja possível o acesso e o controle social.

Ao tratar a elaboração do PME como um modelo de planejamento educacional que necessita da participação da sociedade, aprecia-se o modelo de planejamento participativo, como afirma Gandin:

A principal característica do que hoje se chama Planejamento Participativo não é o fato de nele se estimular a participação das pessoas. Isto existe em quase todos os processos de planejamento: não há condições de fazer algo na realidade atual sem, pelo menos, pedir às pessoas que tragam sugestões (2001; p. 82).

Planejamento participativo é um processo de construção do conhecimento, principalmente no que diz respeito à gestão e suas práticas, em consonância e na articulação com o meio social para um trabalho colaborativo no desenvolvimento e nos atos que se propõe estabelecer. No contexto do PME, as concepções de planejamento se desdobram de acordo com o planejamento participativo, por ser uma concepção de vem desenvolver construções que dinamizam ações coletivas no contexto de participação social, para que, desta

forma, todos estes processos de construção ocorram de forma democrática, aperfeiçoada e participativa. Assim,

O Planejamento Participativo pretende ser mais do que uma ferramenta para a administração; parte da ideia que não basta uma ferramenta para “fazer bem as coisas” dentro de um paradigma instituído, mas é preciso desenvolver conceitos, modelos, técnicas, instrumentos para definir “as coisas certas” a fazer, não apenas para o crescimento e a sobrevivência da entidade planejada, mas para a construção da sociedade; neste sentido, inclui como sua tarefa contribuir para a construção de novos horizontes, entre os quais estão, necessariamente, valores que constituirão a sociedade. Nas escolas, por exemplo, não basta que os professores, isoladamente ou mesmo em conjunto, definam “como” e “com que” vão “passar” um conteúdo preestabelecido, dando, assim, um carácter de só administração ao trabalho escolar; é necessário que se organizem para definir que resultados pretendem buscar, não apenas em relação a seus alunos, mas no que diz respeito às realidades sociais, e, que, a partir disto realizem uma avaliação circunstanciada de sua prática e proponham práticas alternativas para ter influência na construção social (GANDIN, 2001, p.87).

Essa concepção de planejamento deve ser efetiva para implementar um processo contínuo que estimula a participação e os direcionamentos e percursos das ações previstas. E que também se preocupa em articular estratégias que possam viabilizar com mais exatidão os determinados direcionamentos que irão auxiliar no atendimento das necessidades engendradas em prol tanto da coletividade como também do individual. Para Garcia (2011), na história da educação brasileira passamos por um tipo de planejamento completamente hierarquizado, burocrático e normativo, elaborado de forma fragmentada por meio de políticas construídas em gabinete. E quando esse novo modelo de planejamento consistir em ser colocado em prática pela demanda da política dos autores da participação, adquire-se outra experiência, por meio de uma diferente percepção de planejamento.

De acordo com o caderno de orientações para a elaboração do PME, apresentado à Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (MEC/SASE), “o Plano Municipal de Educação é de todos que moram no município; portanto, todas as necessidades educacionais que giram em torno do cidadão, devem estar presentes no referido Plano, o que vai muito além das possibilidades de oferta educacional direta da Prefeitura” (Brasil, 2014; p.07). E considerando estes aspectos vale ressaltar que, inicialmente, a construção do PME foi direcionada pela SEMEC de Abaetetuba, entretanto, a participação dos diversificados segmentos que constituem e representam a sociedade civil organizada e demais segmentações institucionais nesse processo certamente era necessária. Essa construção não participativa que inicialmente veio organizando as ideias, logo sistematizando e encaminhando as metas e estratégias que nortearam a construção do documento do plano foi articulada a partir de um cronograma de atividades desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação, onde é

possível observar e comprovar que a grande maioria dos encaminhamentos foram delegados predominantemente pelo mencionado órgão governamental elucidado na (Tabela 1).

**Tabela 1:** Cronograma de atividades do PME - Proposta da SEMEC

<b>Nº.</b>	<b>ATIVIDADES DESENVOLVIDAS</b>	<b>LOCAL</b>	<b>DATA</b>
01	Reunião da Diretoria de Ensino e Coordenações de setores da SEMEC sobre a estrutura para a construção do PME de Abaetetuba.	SEMEC	19/01/2010
02	Reunião para levantamento de dados-SEMEC, 3ª URE, IFPA, UFPA e CME.	SEMEC	14 e 30/04/2010
03	Reunião para discussão das Equipes de coordenação Executiva - SEMEC, CME, UFPA, IFPA e SINTEPP.	SEMEC	20/05/2010
04	Apresentação do PME, definição dos eixos temáticos e equipe de Coordenação geral do PME – Abaetetuba, com apoio da Prof. <sup>a</sup> Lina Gláucia Vice Coordenadora do Campus da UFPA de Abaetetuba.	ESCOLA DR. VICENTE MAUÉS	07/06/2010
05	Discussão dos eixos temáticos do PME e divisão dos grupos para elaboração dos diagnósticos dos níveis e modalidades de ensino.	C S F X	14/06/2010
06	Reunião para discussão dos dados da Ed. Infantil, Ensino Fundamental e Educação Especial.	SEMEC	21/06/2010
07	Leitura e análise do diagnóstico do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Educação Especial.	Esc. Joaquim Mendes Contente	16/082010
08	Leitura, análise e estruturação do PME, diagnóstico da EJA, Ed. Infantil e Ensino Fundamental.	Esc. Dr. Vicente Maués	23/08/2010
09	Leitura e análise do Diagnóstico da Educação Infantil e Estruturação da Ed. do Campo.	Esc. Dr. Vicente Maués	02/09/2010
10	Diagnóstico da infraestrutura, da gestão e da Educação do Campo.	Clube de Ciências	24/11/2010
11	Conclusão do diagnóstico de Ed. Infantil, Ens. Fundamental, Ed. do Campo, Gestão e Infraestrutura.	Clube de Ciências	08/12/2010
12	Reunião de Socialização dos diagnósticos e planejamento da realização das Pré - Conferências para apresentação e discussão do Plano Municipal de Educação de Abaetetuba.	Clube de Ciências	22/12/2010
13	Estruturação do diagnóstico da Formação e Valorização dos Profissionais da Educação com base nas diretrizes do PCCR DE ABAETETUBA	Secretaria Municipal de Educação DRH	Janeiro a Agosto de 2011

**Fonte:** SEMEC/2014



Essas reuniões foram organizadas e desenvolvidas pelas coordenações pedagógicas da Secretaria Municipal de Educação, onde observa-se, inicialmente, que houve uma centralização na própria estrutura da Secretaria Municipal de Educação que, a partir de suas coordenações, fazia-se representar nas discussões sobre o PME. Essa representação estava assim organizada de acordo com a tabela 2 a seguir.

São informações que foram divulgadas para as coordenações em geral, no processo intermediário de construção do PME, para que assim pudessem organizar as propostas em seus referidos níveis ou modalidades de educação. Posteriormente, foram socializadas com os movimentos sociais e demais segmentos participantes.

**Tabela 2:** Comissão de Monitoramento e Sistematização Inicial do PME

<p><b><u>PREFEITA MUNICIPAL DE ABAETETUBA</u></b> Francinetei Maria Rodrigues Carvalho</p>
<p><b><u>VICE-PREFEITO DE ABAETETUBA</u></b> Ronald Margalho Ferreira</p>
<p><b><u>SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO</u></b> Jefferson Felgueiras de Carvalho</p>
<p><b><u>CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO</u></b> Manoel Carlos Guimarães da Silva</p>
<p><b><u>DIRETORIA DE ENSINO</u></b> Marineide Gomes Ribeiro</p>
<p><b><u>COORDENAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL</u></b> Ana Nice Lima Rodrigues</p>
<p><b><u>COORDENAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL</u></b> Maria Auxiliadora da Silva Ribeiro</p>
<p><b><u>COORDENAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL</u></b> Maria do Socorro Figueiró Guimarães</p>
<p><b><u>COORDENAÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS</u></b> Sueanne Silva Toti</p>
<p><b><u>COORDENAÇÃO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO</u></b> Rosiane Moraes Peixoto</p>
<p><b><u>COORDENAÇÃO DOS CONSELHOS ESCOLARES</u></b> Benedito Antônio Nonato Pinheiro</p>

**Fonte:** SEMEC/2014

Vale destacar que a gestão municipal era quem coordenava inicialmente este processo. Outro fato é que o nome de determinados profissionais da educação que tiveram uma participação mínima encontra-se no índice da versão atualizada do PME, enquanto que, outros partícipes que tiveram uma participação assídua e de significativas contribuições não foram considerados, contradizendo as fotos, as declarações assinadas pelo coordenador nato do Fórum Municipal de Educação – FME na época, as evidências da mencionada tabela 2 e as demais evidências, em anexo, que comprovam a participação dos referidos partícipes desde o início até o término da construção do PME, em que, posteriormente, será visto com mais ênfase.

O planejamento, em termos de orientação política, mais especificamente da política da gestão de educação, tem como norte de estudo a Administração, que para a sua organização, o planejamento é crucial. Neste sentido, o Plano Municipal de Educação apresenta-se como um plano sistêmico, por estar na lógica do sistema. O plano é decorrência do planejamento, enquanto tomada de decisão que vai perpassar pela concepção dos movimentos sociais.

Portanto, o Plano Municipal de Educação de fato se concretiza como o resultado do Planejamento Educacional do Município de Abaetetuba. Planejar se desdobra em diagnosticar a situação educacional; procurar solucionar questões e demandas sociais, que emergem a partir do diagnóstico da realidade; sugerir ações, que possibilitem satisfazer, com precisão essas demandas que emergem da realidade.

Nesta perspectiva, reafirma-se que a concepção de planejamento abordada neste trabalho está pautada no planejamento participativo. Assim, compreendo que o:

Planejamento Participativo tem uma visão própria de participação. Ele nasce a partir da análise situacional que vê uma sociedade organizada de forma injusta, injustiça esta que se caracteriza pela falta de participação. Neste contexto, participação não é simplesmente aquela presença, aquele compromisso de fazer alguma coisa, aquela colaboração, aquele vestir a camisa da empresa nem, mesmo, a possibilidade de decidir alguns pontos esparsos e de menor importância; participação é aquela possibilidade de todos usufruírem dos bens, os naturais e os produzidos pela ação humana (GANDIN, 2001; 88).

O Planejamento Participativo atua como ferramenta para que os grupos organizados, governo, instituições, etc. decidam de forma coletiva os caminhos e acertos almejados pela grande maioria dos partícipes e para todos. Este tipo de planejamento possui uma visão peculiar de participação. Com isso, o planejamento não se dá somente pelo ato de participar,

de estar presente, mas sim pelo compromisso em intervir, propor e usufruir de suas construções.

Para uma maior percepção da relação que estabelece a questão do poder e do planejamento, será pertinente fazer uma abordagem histórica no cenário brasileiro, ao analisar que a própria história demonstra que existe uma estreita relação na interação entre o poder e o planejamento, e esse processo se dá por intermédio do saber.

Portanto, é possível desenvolver reflexões acerca de um plano como um instrumento que venha efetuar dinâmicas que auxiliem as reais pretensões políticas. Reflexões que gerem inquietações, ao se pensar em um planejamento educacional pautado em ações democráticas e que visem uma concepção de educação emancipatória, que venha assegurar uma dinâmica de forma simultânea no eixo da política, em uma investida participativa; garantindo, desta forma, a coletividade no contexto educacional em relação aos aspectos que tange o planejamento, a avaliação, o financiamento, entre outros.

Desde a centralidade do poder estipulada pelo executivo na Era Vargas, ao Estado cabe a função de planejar, passando a ser um executor de maneira intervencionista. Com isso, surge o impacto da inédita, então, industrialização com, todo o seu avanço, tendo foco na valorização do ensino profissionalizante e tecnológico, com a finalidade de permanecer e expandir seu plano de desenvolvimento. Porém, muitas foram as dificuldades em estabelecer este planejamento inicial de desenvolvimento no Brasil. E para poder avançar, Getúlio Vargas procura o auxílio da Confederação Nacional da Indústria (CNI), implementada por meio do decreto lei 4.048, e do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI).

A expectativa era capacitar, instruir a mão de obra para benefício do trabalho e do desenvolvimento, por meio da influência de uma visão Taylorista de produção que o planejamento educacional desenvolvia no país. Muitas foram as críticas em relação ao planejamento educacional ou à ausência desta forma de planejamento neste período, não havendo referências que pautem a criação de um plano, para que assim este venha a ser executado. Com isso, as reais intenções do planejamento educacional se deslocam dos planos, como se observa no “Acompanhamento da execução, não existe visita para ver se efetivamente se está gastando o recurso alocado e, assim, os mais espertos conseguem desviar muitos recursos para outros interesses, muitos deles, às vezes, não muito dignos” (GARCIA, 2011, p.59).

O Plano Municipal de Educação de Abaetetuba – PME é um documento que orientará as ações educacionais do município de Abaetetuba por um período de dez anos. Este documento foi construído coletivamente por uma comissão constituída no Fórum Municipal

de Educação, pautado no decreto nº 188/2013 e corresponde à necessidade social da implementação de políticas públicas educacionais, que repercutirão significativamente no cotidiano das escolas, favorecendo práticas pedagógicas formativas, que devem ser orientadas por princípios democráticos e compromissos políticos construídos coletivamente. Sua proposta é promover reflexões acerca das pretensões do território abaetetubense em assegurar os direitos por uma educação de qualidade

O PME deve ser caracterizado como um plano de estado, distinguindo-se totalmente de um plano de governo. O referido Plano Municipal de Educação – PME, teve seu embasamento orientado na perspectiva do Plano Nacional de Educação – PNE, que sob a Lei 10.172/2001, faz alusão à construção dos planos dos referidos municípios que compõem este país, de acordo com as exigências da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB Nº 9394/96, no que constitui a educação brasileira. O PME especifica cada etapa e/ou modalidade de ensino, dá embasamento estatístico de escolas, alunos, profissionais, etc. define parcerias, repassando responsabilidades aos órgãos e entidades como, por exemplo: Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEMEC, Prefeitura Municipal de Abaetetuba – PMA, Conselho Municipal de Educação – CME, etc., visando o aprimoramento educacional.

Portanto, no período de 2011 a 2012 ocorreram as Conferências Municipais norteando a implementação das Diretrizes, Objetivos e Metas que, anteriormente, foram definidas no documento do PME.

Vale acentuar que ocorreram algumas mudanças que engendraram o PME em Metas e Estratégias, que norteiam a construção de uma educação pública de qualidade e equidade, baseada no princípio da participação popular, inclusão, autonomia, controle social, democracia e respeito à diversidade e ao meio ambiente.

A escola, portanto terá uma diretriz a seguir, podendo adequar e interagir sua proposta pedagógica, Projeto Político Pedagógico e ações educativas em geral aos contextos amplos e específicos, desde o plano nacional ao municipal; podendo, também, dialogar permanentemente em todas as suas ações significativas no âmbito educacional, político e pedagógico, para estabelecer sua autonomia e desenvolvimento, fazendo com que se cumpra tudo o que lhe foi instituído nas discussões desta construção coletiva.

Quanto à estrutura do Plano Municipal de Educação, a Conferência de Educação primeiramente foi intitulada como: PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, planejando a próxima década (MEC / SASE, 2014). Depois, a estrutura organizativa de elaboração do Plano foi assim constituída: O Plano Municipal de Educação de Abaetetuba e a Participação Popular; Histórico da Construção; Caracterização do Município; Aspectos históricos;

Aspectos demográficos; Aspectos infraestruturais; Metas, Análise Situacional e Estratégias; Educação Infantil; Ensino Fundamental; Ensino Médio; Educação Especial; Educação do Campo; Educação de Jovens e Adultos; Ensino Superior; Valorização dos Profissionais da Educação; Gestão Educacional Democrática e Financiamento da Educação; e, finalmente, as Referências Bibliográficas.

As análises a partir deste capítulo têm o objetivo de apresentar as estratégias que serão utilizadas pelo município para alcançar a meta nº. 5, referente à Educação do Campo e estabelecida no PME – 2015-2025, em que vai retratar um pouco da história, organização e estrutura da Educação do campo, propondo-se a desvelar se realmente esta participação social, a qual desenvolve os percursos do PME, está sendo realizada e quais os envolvidos nesse processo de construção de políticas públicas.

Vale salientar que a meta nº 5, do Plano Municipal de Educação de Abaetetuba – PME, é originária da meta nº 8, do Plano Nacional de Educação – PNE, em que é possível observar e fazer as devidas comparações na mencionada meta:

META 8: Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar no mínimo 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste plano, para as populações do campo da região de menor escolaridade no país e dos 25% (vinte e cinco por cento), mais pobres e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (PNE, 2014, p. 11).

Com isso, é possível analisar que, exatamente por esta referida meta nº 08, a qual tem maior aproximação com as demandas da educação do campo, foi possível desenvolver a meta de nº 05, de acordo com a sua interpretação e aproximação, visto que o Plano Nacional de Educação – PNE – não assegurou, dentre as suas metas, de forma clara e objetiva, em nenhuma delas, a titulação ou a denominação de “Educação do Campo”, nas discussões que o constitui. Com isso, os movimentos sociais do campo do território local, buscaram assegurar esta temática no documento do Plano Municipal de Educação de Abaetetuba.

Neste cenário é possível perceber a presença constante da Coordenação de Educação do Campo do Campo da Secretaria Municipal de Educação na construção do PME, ressaltando uma de suas contribuições da participação com a responsabilidade de mediar o Grupo de Trabalho – GT nº 06, juntamente com membros dos Movimentos Sociais do Campo, professores e pesquisadores da educação do campo, na Pré-Conferência, ocorrida no ano de 2011, no Colégio São Francisco Xavier.

**Figura 1:** Pré-conferência de Educação - Público



**Fonte:** Coordenação de Educação do Campo – SEMEC

Essa participação foi importante na defesa das propostas já apontadas para compor o PME, antes da reformulação e alinhamento deste ao PNE. Nesse contexto, os movimentos sociais do campo travaram uma árdua luta para assegurar a garantia da permanência das contribuições das demandas da educação do campo garantidas nas grandes conferências que dinamizaram o plano Municipal de Educação de Abaetetuba. Principalmente em razão do desconhecimento destas especificidades, pelo poder público e até mesmo de determinados profissionais da educação (técnicos de referência do PNE/PME), mais exatamente no que tange à Região Amazônica, propagadas pelas políticas educacionais a nível nacional e mesmo regionais.

**Figura 2:** Pré-conferência de Educação - Expositor



**Fonte:** Coordenação de Educação do Campo – SEMEC

E diante dessas políticas educacionais esses fatos comprovam-se, onde é possível observar o que se estabelece na seguinte meta:

META 5: Contribuir para elevar a escolaridade da população de 18 a 29 anos, de modo a alcançar no mínimo 12 anos de estudo no último ano, para as populações do campo (ilhas, estradas e ramais) de Abaetetuba e dos 87% mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (PME, 2015, p. 10).

A referida meta refere-se mais especificamente à análise situacional e adequações às escolas do campo e quilombolas, essa referida meta reestruturou-se da meta número 08 do Plano Nacional de Educação – PNE, mobilizando para a garantia da educação do campo no PME após intensas discussões, em que nela é possível interpretar os princípios da Coordenação de Educação do Campo, a Legislação e a Política do e no Campo, o número de escolas e o demonstrativo de alunos no campo, os níveis, modalidades, programas e projetos implantados no campo e as dezessete (17) estratégias que irão nortear as propostas de avanços para as políticas educacionais na educação do campo.

De acordo com a análise situacional das escolas do campo e quilombola, a qual será mais evidenciada nesta produção, é possível compreender que:

A Educação do Campo e Quilombola, no município de Abaetetuba surgiu de inquietações de alguns acadêmicos do Campus Universitário do Baixo Tocantins, situado em Abaetetuba, que perceberam a ausência dessa especificidade neste Lócus, por isso, tais profissionais decidiram constituir o GEPESEED - Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão, Sociedade, Estado e Educação: ênfase nos Governos Municipais em Educação do Campo (PME, 2015, p. 10).

Partindo do excerto, retirado do texto do PME, em 2015, observa-se que foram as inquietações que possibilitaram o movimento que originou a articulação entre as instituições de ensino e pesquisa, as secretarias municipais de educação, as Unidades Regionais de Educação e os movimentos sociais do campo, para a organização de um fórum de debate que tem como pressuposto e finalidade de discutir, ampliar, elaborar e assegurar propostas para a educação do campo, denominado então como Fórum Regional da Educação do Campo Tocantina II – FORECAT II, possibilitando, assim, uma organização coletiva para a discussão e apresentação de políticas públicas no contexto da Educação do Campo.

A partir dessas discussões pautadas, foi possível apresentar uma nova proposta de trabalho baseada nas concepções apresentadas nas Diretrizes Operacionais para a Educação

Básica nas Escolas do Campo; na Resolução CNE/CEB nº 1, de três (03) de abril de 2002; nas Diretrizes Complementares Normas e Princípios para o Desenvolvimento de Políticas; nas Instituições Públicas de Atendimento à Educação Básica do Campo e na Resolução nº 2, de vinte e oito (28) de abril de 2008.



## **CAPÍTULO II**

### **A PARTICIPAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO NA CONSTRUÇÃO DO PME**

O objetivo deste capítulo é retomar a discussão em relação aos desdobramentos do PME, com o foco na discussão que abrange a participação dos movimentos sociais do campo, no seu protagonismo de propor ações significativas para as transformações necessárias no meio em que cada sujeito social do campo está inserido, considerando os seus saberes e as suas contribuições como fontes pertinentes para o desenvolvimento de políticas capazes de dar soluções às dificuldades que abrangem estas populações. E este processo mobiliza a autonomia para participar, ao envolver a comunicação entre o pesquisador e o objeto de estudo, alicerçando nossas reflexões sobre participação.

#### **2 MODELOS DE PARTICIPAÇÃO**

##### **2.1.1 Participação Ativa**

É importante entender de que maneira ocorreu a participação dos movimentos sociais na construção do Plano Municipal de Educação, reafirmando a convicção de que a política pública deve ser construída no coletivo, no caso do PME, com a participação de várias instituições e seus sujeitos na construção de uma política educacional, em especial a que designa a Educação do Campo. Categoria esta, que também deve ser entendida como um Movimento Social neste contexto participativo. Como se vê no documento do Plano Municipal de Educação – PME, a participação social tem grande relevância nos mais amplos contextos e espaços educacionais.

Porém, o representante dos Movimentos sociais do campo, mais especificamente da Associação dos Moradores das Ilhas de Abaetetuba – AMIA, revela em sua entrevista que em relação à comunicação realizada para articular as reuniões na construção do PME, deparou com algumas dificuldades, no que se refere à mobilização e à participação dos membros dos movimentos sociais do campo pois, algumas vezes, não foram convocados para reuniões de monitoramento/conferências do PME. Afirmou que a associação não recebeu todas as devidas convocações para participar das conferências ou reuniões de Monitoramento e Sistematização. E ressalta, ainda, que:

Não! Nós não recebemos os convites. Inclusive nós questionamos numa reunião, que as reuniões eram agendadas por redes sociais e a gente, claro, tem redes sociais, mas algumas pessoas não! Então isso acaba dificultando até porque você enquanto instituição, precisa estar aí com documentos formalizando a sua participação. Então assim, em algum momento justificar a sua ausência no trabalho, inclusive esta foi uma das questões também em que a gente não acompanhou algumas atividades por não ter conhecimento da data horário, local da reunião, por falta de convocação. (...) na verdade (...) teve um período em que (...) não chegava, (...) era convocado pelo WhatsApp (Entrevistado RODRIGUES, 2016.).

O representante da Associação dos Moradores das Ilhas de Abaetetuba – AMIA, esclarece que as convocações ocorriam, porém, na maioria das vezes, não chegavam a seus destinos, que eram exatamente as sedes das associações. E ressalta que praticamente todas as associações do campo que participam da elaboração do PME, apesar de serem do campo, possuem sedes próprias localizadas na sede do município. Assim, ele comenta que não entende tais dificuldades de comunicação, e isso dificultou para que pudessem participar mais assiduamente nas atividades relacionadas ao PME. Neste sentido, é possível analisar a questão da ausência de entendimento da importância desses movimentos do campo, por parte dos profissionais da educação que compunham a equipe de sistematização e monitoramento e da gestão educacional, que, à época, era a coordenação nata deste processo de construção no Fórum Municipal de Educação – FME. Ainda, o entrevistado Rodrigues enfatiza que:

Os movimentos sociais têm vida também, eles precisam funcionar, com essa questão do Fórum de Educação, alguns profissionais de educação tem dedicação exclusiva para estarem ali, e a gente não tem todo este tempo pra tá toda a semana em reunião, todo dia em reunião, é assim ultimamente, o fórum tem tomado muito o nosso tempo, e nós enquanto movimentos, enquanto AMIA não temos acompanhado de um período para cá, isso é fato, até porque a gente não consegue! A gente convive em vários conselhos, e toda semana tem Fórum de Educação, assim, é uma visão minha mesmo enquanto entidade! Enquanto AMIA, a gente discutiu isso, inclusive na nossa entidade, é por conta de tanta reunião que gente não consegue acompanhar! As pessoas também tem vida, tem o seu trabalho, tem suas atividades, tem sua família, tem as suas coisas pessoais aí acaba que a gente não consegue acompanhar, entendeu? Então dentro dessa questão da construção nós participamos das pré conferências, das sete conferências que teve que, na verdade disso surgiu a primeira versão do plano municipal, não sei se você se lembra que saiu depois daquelas sete conferências saiu um documento [...] (Entrevistado RODRIGUES, 2016).

O representante da Associação dos Moradores das Ilhas – AMIA justifica a sua ausência nas reuniões do PME, em razão dos muitos encontros ocorridos semanalmente, estes encontros de monitoramento, geralmente aconteciam na Casa dos Conselhos, reuniões estas que eram organizadas pela comissão de monitoramento e sistematização do Plano Municipal de Educação. Ele faz uma crítica em relação às cobranças da Comissão de Monitoramento e Sistematização ao destacar, nas reuniões, a ausência dos movimentos sociais em determinados momentos. E, ainda, que os profissionais da educação, partícipes do PME, em sua grande

maioria, por serem funcionários públicos, vinculados à Secretaria Municipal de Educação – SEMEC, são geralmente indicados pela Gestão Educacional e possuem dedicação exclusiva nos momentos de participação nas comissões de monitoramento e sistematização do PME. Cada membro/funcionário público cumpre a carga horária de seu trabalho nas mencionadas reuniões do PME ou FME e recebem suas remunerações normalmente. Ao contrário da participação dos Movimentos sociais do campo, que contribuem de forma voluntária e possuem vida pessoal, profissional e social, além de serem assíduos representantes de suas entidades nos seus mais diversificados contextos de participação social.

A partir das falas dos entrevistados, compreendi a importância de discutir o conceito de participação social ativa, categoria a qual se caracterizou como um elemento de análise importante nesta pesquisa e, assim, refletir sobre a importância da participação dos representantes dos movimentos sociais do campo para o desenvolvimento das políticas educacionais no território abaetetubense. Para Maria Célia Paoli (1992), apesar de todas as dificuldades de participação, os movimentos sociais têm conseguido garantir que o público seja efetivamente público, incluindo aí a participação plural como prática e discurso fundado no significado dos direitos sociais para as camadas populares.

É necessário entender que o modelo de participação social tem influências nas formas de organização política dos movimentos sociais organizados. O modelo de participação ativa refere-se a uma forma de intervenção na sociedade. “Essa participação na esfera pública é construída, de um lado, de forma ativa e crítica, via autorreflexão; e, de outro, como uma concessão de direitos e de conhecimentos” (OLIVEIRA, 2010, p.66).

Destacamos a preocupação com a questão da participação por compreendermos que “a participação tem sua gênese nos processos de potencializar a igualdade social, de acordo com uma filosofia sócio-política, visando a mudança na sociedade” (PENTEADO, 1991, p. 40). Ao entendermos a participação a partir dessa matriz teórica, compreendemos também o quanto é importante discutir a participação na sociedade, como um viés do processo de democracia no espaço público. Desta forma, ao longo da pesquisa, articulamos o aspecto da participação social nas dimensões burocráticas e pedagógicas da construção do PME.

Nessa lógica, o ato de participar é fundamental para promover os processos de construções sociais, pautado na perspectiva de transformar ou mudar o que ainda necessita de desenvolvimento, avanços ou melhorias no que diz respeito ao coletivo. A incumbência da participação é promover uma vivência social mais igualitária, justa e de progressão. Com isso, emerge a possibilidade de tomadas de decisão de forma democrática, pois assegura aos sujeitos a possibilidade de ter opinião sobre as decisões acerca dos rumos da sociedade. E este

efeito de participar, é de grande importância para as pertinentes decisões em uma determinada vida social.

A participação ativa acerca-se como um começo na relação dos sujeitos nos múltiplos centros organizacionais, no que tange à sociedade, ao engendrar as discussões sobre assuntos que se caracterizam como em comum, situações e/ou reivindicações coletivas e pertinentes, diante do contexto social. Com a articulação através da organizada e justa distribuição da participação social, as classes denominadas menos favorecidas, adquirem o direito de opinar e decidir, participando assiduamente das tomadas de decisões de seu interesse e do bem comum, assegurando a participação da sociedade na construção dos espaços públicos. Com isso, a participação ativa se caracteriza como um instrumento essencial no que diz respeito à construção e organização de um espaço democrático, de conquistas e de oportunidades no cenário atual que pode e deve ser de direitos (OLIVEIRA, 2010).

A participação requer primeiramente que tenhamos consciência da ação que praticamos ou estamos em certa medida sujeitos. Ao participar, colocamos em exercício nossa reflexão crítica e nossos interesses. Assim, a participação é um modo de manifestação da existência humana, um produto da conscientização humana (OLIVEIRA, 2010, p.77).

Geralmente, a participação social não se dissocia das ações voluntárias para o exercício das atividades na vida sócio comunitária. O abarcamento em ações que possam promover eventos, as reuniões comunitárias, escolares, clubes, sindicatos, fórum, associações, movimentos sociais, entre outros, podem ser exemplos de participação de um indivíduo em seu meio social. E, neste contexto, as ações solidárias possuem grande relevância para uma participação produtiva e permanente. Aqueles que participam de uma comunidade solidária, sentem-se iguais frente aos valores de um determinado sistema de interesses (PENTEADO, 1991).

No que se estabelece em relação às ações solidárias, é notório que suas atividades coletivas possibilitem constantes melhorias no desenvolvimento social, apesar de não haver nenhum tipo de remuneração. Mesmo com a assiduidade no fazer participativo e, muitas vezes, atreladas ao intenso trabalho que estas ações voluntárias estabelecem ao se caracterizarem através da prestação de serviços de um determinado sujeito social, que se doa com o objetivo de satisfazer o bem comum seja em uma atividade comunitária, associação, escola, etc. E este sujeito social deve ter como princípios, a referência de que todo cidadão tem direito à participação social, ou seja, ele é um sujeito social e político, atuante e vivente nos processos de construção política, exatamente por ser considerado como um sujeito

político e, por si só, fazer parte da sociedade e nela ser incluso em fazer jus a um cidadão de direitos. A participação é relevante pelo que ela possibilita para os sujeitos que participam de processos democráticos (Penteado, 1991).

O decreto nº 8.243, que institui o Programa de Política Nacional de Participação Social – PNPS e o Sistema Nacional de Participação Social – SNPS, teve como finalidade criar uma proximidade e compartilhamento com a sociedade civil sobre as decisões de programas e políticas públicas, no que diz respeito à Política Nacional de Participação Social. A partir da Constituição Federal de 1988 se estabeleceu várias estruturas e formas de participação social no Brasil, através de ouvidorias, conselhos, audiências, conferências, processos de participação no ciclo de planejamento e orçamento público, consultas públicas, mesas de diálogo e negociação, e outros processos participativos, que objetivam na sua composição expressiva a presença de representantes da sociedade civil<sup>4</sup>.

Observa-se que é de fundamental importância fortalecer a busca constante da consolidação de espaços de diálogo e controle social, que tenham a capacidade de auxiliar o cidadão para assegurar a possibilidade de estabelecer relações efetivas e participativas com as esferas governamentais.

Essa Política Nacional de Participação Social, definida pelo decreto nº 8.243 tem a finalidade de orientar os órgãos e entidades da gerência pública federal para a mais eficiente utilização dos diversos artifícios, instâncias e estruturas de participação social existente, permitindo um maior grau de adesão social ao ciclo de gestão de políticas públicas e ao aumento da transparência administrativa para a eficácia da gestão pública.

É necessário analisar o fato de que a referida Política Nacional de Participação Social abre espaços às novas formas de participação social. Neste sentido, vale especificar principalmente as formas de participação enunciadas nas redes sociais que muito vem crescendo nos últimos anos, mais especificamente, no contexto da participação e opinião pública como os mecanismos digitais de participação via internet. Esta é uma possibilidade de interagir com as mais diversas e distantes demandas sociais, propiciando o diálogo por meio de uma ação mais ampla e acessiva no contexto da extensão participativa. Com isso

---

<sup>4</sup> Na expansão exacerbada que se estabelece na atualidade e com os processos tecnológicos destacam-se as emergentes espécies de participação que hoje são muito eficazes e expressivas, onde podemos exemplificar neste contexto a participação digital. A participação digital tem a possibilidade de mostrar de maneira muito rápida e de ampla divulgação as divergentes formas de inquietações individuais e coletivas. São mobilizações e manifestações de sujeitos sociais que expressam a necessidade de assegurar o crescimento e a melhoria dos mecanismos de participação que já se estabelecem, além de planificar outros novos processos e progressivas formas de participação.

demonstra-se que o Brasil fica à frente na agenda internacional de participação social, conferindo o protagonismo aos novos movimentos sociais em rede, ao mesmo tempo em que reconhece e valoriza as formas tradicionais de participação e os movimentos sociais históricos.

No entanto, refletir sobre estas políticas é de fundamental importância, levando em consideração o fato de ela ser propícia em instituir um modelo outorgado de participação. Geralmente, estes fatos políticos são notórios no cenário social do território brasileiro, principalmente na atualidade na qual nos encontramos, a exemplo de postagens que ridicularizam, oprimem e desrespeitam cidadãos em público e até mesmo as mais expressivas autoridades estão à mercê destas situações como, por exemplo, a própria ex-presidenta da República e outros cidadãos, que muito contribuíram com a história e o desenvolvimento deste país. O mais preocupante é a frequente e ampla participação outorgada, divulgada comumente nas redes sociais, atribuindo uma costumeira e insensata aceitabilidade de opiniões sem fundamentos e desprovida de reflexões filosóficas ou de intelecto por parte dos que, a todo custo, querem convencer em razão de suas conveniências, ou até mesmo pela falta de senso crítico, expressada por meio da massa nas exacerbantes ações midiáticas. Por isso, todas e quaisquer formas de participação devem ser ativas e conscientes.

É evidente que todas estas estratégias emergem como principal objetivo da PNPS, que é a afirmação da participação social como prática de gerência governamental. Em função disso, é de responsabilidade de todos os órgãos e entidades da administração pública federal elaborar um plano de ação de dois em dois anos para o aumento e promoção da participação social nas ações que se estabelecem no governo. Necessariamente, surge o Compromisso Nacional pela Participação Social – CNPS, que se estabelece como uma articulação de cooperação acordada entre os governos federal, estadual e municipal, que através do documento de adesão deste compromisso nacional, irão deliberar diretrizes para a promoção de participação social como procedimento de governo, com a finalidade de fortalecer as construções e instâncias de discussões entre Estado e Sociedade Civil organizada, para propiciar o exercício da cidadania com a democracia participativa no País.

Isso se dá como resultado de uma construção colaborativa e participativa da Secretaria Geral da Presidência da República e do Fórum de Secretários Estaduais de Participação Social, com envolvimento do Governo Federal, Estados, Municípios e o Distrito Federal. Contudo, estas são as evidências demonstradas pela Política Nacional de Participação Social – PNPS, pelo Sistema Nacional de Participação Social – SNPS e pelo Compromisso Nacional pela Participação Social – CNPS, que são políticas, sistemas e compromissos de participação

social e que, devido estarem submetidas aos governos, instigam inquietações, por isso, é necessário haver mobilizações para que elas possam ser constantemente observadas.

Logo, não podemos restringir a participação na elaboração do PME a uma participação compulsória e de delegação de poderes e funções. Ela se assenta em uma participação ativa no sentido de garantir a democratização do espaço público, possibilita as propostas democráticas de gestão enquanto um construto humano que regulariza e cria poder para permitir aos envolvidos cooperação em um empreendimento coletivo e público (PENTEADO, 1991). Esse modelo de participação ativa dos Movimentos Sociais na construção do PME, evidencia a relevância dos movimentos nesse contexto. O representante do SINTEPP faz suas reflexões a respeito:

Eu acho que a construção do PME ela é uma necessidade entendeu? Uma necessidade muito grande. E na sua composição, e na composição da equipe que iria trabalhar desde o levantamento de tudo que aconteceu no plano municipal de educação, acredito que era importante que os movimentos estivessem presentes desde a origem desta construção. Lá as pessoas estavam discutindo tudo que iria compor a vida do educador que é a questão da vida do profissional da educação, do próprio financiamento da educação para o município e de todas as políticas que são implementadas então os Movimentos Sociais não podiam ficar de fora! Né! (Entrevistado ANDRADE, 2017).

Neste sentido, é preciso retomar a participação social dos movimentos sociais do campo como um motor do processo democrático e educativo, reelaborando-se a participação ativa e democrática no interior da sociedade. O sujeito que participa tem a capacidade de transformar e de garantir a organização política para a conquista da igualdade e da democracia, retomando o espaço público como o espaço da participação “comum de todos os homens” (ARENDDT, 2004). É nessa perspectiva de participação, que pode contribuir o processo de construção coletiva de um projeto político-educacional, comprometido com a realidade sociocultural da região amazônica.

### **2.1.2 Participação Outorgada**

No decorrer do debate sobre Participação, destacamos a participação outorgada<sup>5</sup>, que é um modelo em que os sujeitos são despossuídos da sua capacidade de manifestar-se em

---

<sup>5</sup> O significado aqui usado para outorgado é consentir. Dar, conceder, atribuir, imputar, autorizar. É um termo muito utilizado na linguagem forense, uma vez que quem passa uma procuração, é outorgante e quem recebe os poderes é outorgado. Ato de transmitir, conceder, consentir poderes a outrem, autorizando este a praticar certos atos e direitos.

defesa de seus direitos. Recebem certa autorização dos governantes para que possam se manifestar.

“Outorgante” é um termo técnico jurídico que designa, num contrato ou em algum tipo de processo específico, qual parte ou pessoa concede, aprova ou concorda, ou seja, qual parte **outorga**. Outorgante é, então aquele que, em um contrato ou escritura, beneficia a outra parte, que é chamada de outorgado.

Nesse sentido, as autoridades, políticos e grupos dominantes, autorizam a manifestação e a luta pelos direitos dos grupos sociais que lutam pelos grupos desprivilegiados.

Em uma procuração, por exemplo, o outorgante será aquele que, através desse documento, concede poderes para que outra pessoa exerça uma função ou adquira algum direito ou benefício em seu nome. A pessoa para o qual esses poderes são concedidos é o outorgado. No caso do brasileiro, essa procuração se dá por meio do voto, pois a democracia representativa se configura pela representatividade. Deste modo, elege-se os representantes e eles representam os interesses das pessoas que votaram. Entretanto, os políticos, em sua maioria, são das classes dominantes, muito pouco representam as classes dos dominados.

Assim, outorga é, portanto, sinônimo de concessão. Logo, o outorgante é sempre aquele que concede, que dá algum tipo de autorização ou permissão a outro, e o outorgado é esse outro. E no caso de uma procuração, o outorgado passa a ser o procurador do outorgante.

Arendt (2004), afirma que a esfera pública burguesa é totalitária e hegemônica, não permite a manifestação do indivíduo na esfera pública plural e participativa, onde seria o espaço público, lugar das ações e do discurso coletivo. Na dominação das classes burguesas, esse espaço é inexistente, destituído de qualquer impessoalidade e impregnado das amarras do colonialismo, condenado ao clientelismo e ao jogo de favores, em que o que é direito torna-se um favor, uma concessão, algo dado pelos que governam. De acordo com essas análises, a destituição do espaço público se constitui como força motriz da sociedade brasileira, em favor da cristalização das relações privadas e de privilégios de determinados grupos.

Segundo Oliveira, “todo o esforço de democratização, de criação de uma esfera pública, enfim, no Brasil, decorreu, quase por inteiro, da ação das classes dominadas” (1994, p. 60), e nunca da ação das classes dominantes que sempre estiveram empenhadas em manter sob vigilância e controle a esfera pública. Apesar da estratégia de garantir que o espaço público não seja um espaço de inclusão e de mediação das relações entre os homens, as classes dominantes desqualificaram o público como caminho para seu desaparecimento da sociedade.



Para Arendt, há uma distinção a ser percebida entre o público e o privado e que deve guiar nossas ações em nome do “bem comum”. Tal distinção deve ser marcada pela oposição entre necessidade e liberdade, entre futilidade e realidade, entre aquilo que é para todos os homens e aquilo que é para alguns.

Entender as distinções clássicas dessas duas categorias, público e privado, nos remete à compreensão das relações que estas categorias estabelecem no interior da sociedade brasileira desde a sua constituição enquanto nação. Isto implica entendermos os limites de tais categorias para compreendermos a distinção clara entre elas, especialmente no que tange ao espaço institucional público mediado pelo Estado. Para muitos, essa fronteira tênue é inexistente, quando se trata de interesses particulares de grupos hegemônicos que se perpetuam no poder. Porém, as fronteiras são ampliadas quando se trata do cidadão comum que recorre ao estado, em busca das garantias sociais preconizadas na Constituição Federal de 1988.

A destruição da fala dos indivíduos é algo extremamente danoso, “a perda do espaço público significa a privação de um mundo comum de pertinência, a partir do qual a existência de cada um pode ser reconhecida como algo dotado de sentido e relevância para os demais” (TELLES, 1999, p. 39). Sendo que, “a perda do espaço público significará a perda da relação objetiva entre os homens e ao mesmo tempo a perda da noção de realidade” (Idem, p. 39). Essa perda, para além dos aspectos economicistas, afeta também a subjetividade humana, e suas relações também se tornam um bem a ser privatizado e uma mercadoria a ser negociada. Ou seja, o sujeito destituído da sua capacidade de manifestar-se aceita a condição de dominação e conforma-se com a negação de seus direitos. Assim, dentro do modelo de participação outorgada os movimentos sociais não são reconhecidos como representantes dos grupos não hegemônicos.

## **2.2 A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E ATIVA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO NA CONSTRUÇÃO DO PME**

No que se refere à participação política dos Movimentos sociais, podemos observar que ela se provém da participação ativa. De fato, há a presença do protagonismo social dos movimentos sociais do campo, e isso foi o que marcou a construção inicial do PME, em especial no que diz respeito ao atendimento de suas demandas específicas. Então, por serem movidos pelo sentimento de pertencimento a uma coletividade, expressam valores e anseios no espaço público através da participação, apresentam seus discursos críticos e ações

propositivas no campo político-ideológico. Portanto, nesse espaço público de discussão, há a possibilidade de compreensão crítica da realidade, que se articula com a ampliação da luta por direitos sociais negados à população do campo. Assim:

A reivindicação (e o reconhecimento) de direitos supõe, em princípio, que os atores sociais se sintam parte de uma sociedade política mais abrangente do que aquela definida pelo seu pertencimento à rede de sociabilidades primárias (família, etnia, religião etc.). No entanto, talvez esteja aí um dos nós górdios da questão da democracia do mundo contemporâneo: o enfraquecimento da capacidade dos sistemas democráticos de gerar sentimento de pertencimento à coletividades mais abstratas organizadas em torno do reconhecimento de direitos. (MONTEIRO, 1996; p.104).

Reivindicar os direitos faz com que os sujeitos sociais percebam-se como parte da sociedade política mais abrangente, caracterizada por seu pertencimento. A exemplo: família, religião, etnia, dentre outros grupos sociais e culturais que promovam a compreensão de direitos.

Na postura dos representantes dos movimentos sociais do campo, percebe-se a forma como se empoderam e compreendem o sentimento de coletividade e pertencimento como parte do meio em que vivem, parte da comunidade onde nasceram, moram, lutam e preservam.

Eu fui participar como gestor da escola Conceição Feio e logo depois eu comecei a me manifestar como presidente da Casa Familiar Rural. Eu me coloquei como movimento social pela casa familiar, como presidente da Associação das famílias e da Associação Manoel Paulino de Souza. Sou pedagogo e letrado e estou fazendo a especialização em Pedagogia da Alternância. Eu tranquei meu mestrado por não conseguir terminar devido ao trabalho como educador e atuar como liderança na minha comunidade, tinha que me manter e sustentar minha família, porém sei que preciso estudar para defender minha comunidade (Entrevistado MARTINS, 2017).

Em relação ao pertencimento, observa-se que o entrevistado Martins, que é professor, gestor e líder comunitário, começou a participar na construção do PME como gestor da Escola Conceição Feio, na localidade da Colônia Nova; porém, a identidade de militante social vinculado a CFR era muito mais forte nele do que sua atuação como gestor escolar. E isso se evidencia ao apresentar-se como liderança da comunidade do Pau da Isca, onde é presidente de associação.

Na elaboração do Plano Municipal de Educação eu era Coordenador Geral do SINTEPP de Abaetetuba, da região e após o término do meu mandato fui eleito para a coordenação de Educação do Campo do SINTEPP! São várias as coordenações que abrangem o SINTEPP como: a Coordenação de Finanças, do jurídico, da Educação do campo. Então nós dividimos as tarefas e tudo passou por um processo de análise, e com isso firmamos o dedo da Educação do campo porque o movimento

é muito forte. Então nós ainda não tivemos essa coordenação na gestão estadual do SINTEPP, mas nossa coordenação do campo existe em torno de 4 a 5 anos dentro no SINTEPP - Abaetetuba, entendeu? Eu enfatizo, porque antes não existia, até porque nós precisávamos entender que o SINTEPP era muito Urbano. (Entrevistado ANDRADE, 2016).

Quando se refere ao organograma do SINTEPP, o representante do movimento sindical ressalta que em sua instituição não tem outras coordenações específicas da educação nas comissões de trabalho como, por exemplo, uma coordenação de Educação Especial, da EJA, do Ensino Fundamental ou da Educação Infantil. Porém, na Subsede do SINTEPP, em Abaetetuba, existe uma coordenação de Educação do Campo, exclusivamente para discutir as especificidades dessa modalidade/forma de ensino; certamente por compreenderem que essa modalidade de educação é uma das mais importantes no contexto amazônico, onde Abaetetuba está inserida.

O entrevistado Andrade (2016), ainda se denomina como representante da educação do campo no SINTEPP, dando sentido à expressão de pertencimento, ao mencionar que no SINTEPP ele é o coordenador da educação do campo e uma das pessoas que idealizou tal coordenação; ele vem enfatizando sempre o protagonismo da educação do campo no cenário das ações educacionais no território abaetetubense.

Por outro lado, o entrevistado Andrade ressalta que foi necessário a categoria de professores realizar um grande debate acerca de questões referentes à Educação do campo e ao Sistema Modular de Ensino (SOME):

A categoria possui professores do SOME, que é uma demanda muito grande aqui, distribuídos em 72 ilhas com várias escolas. Quantos professores têm da zona rural? Mais de 80%, então veja só, basta pegar o peso e a medida, tem mais professores do Campo do que na cidade! Não é verdade? Então as demandas do campo são maiores! E o SINTEPP precisa se adaptar, nós temos que discutir a Educação do campo dentro dessa proposição, tem que ter uma Secretaria da Educação do Campo (Entrevistado ANDRADE, 2016).

Observa-se na fala do entrevistado que é preciso pensar a educação do campo no conjunto das ações previstas no PME, como uma forma de garantir atendimento aos professores e às escolas do campo em geral.

Apesar dos movimentos sociais estarem organizados, muitas vezes sofrem influências das mudanças que ocorrem dentro do contexto do qual fazem parte. Diante disso, é importante que entendamos que as diversas linguagens culturais são demonstradas pela manifestação do povo. As tradições e costumes culturais das hierarquias dominadoras interferem na vida de muitos povos, logo, a manifestação popular é mecanismo de propagação cultural; sendo assim, trata-se de um processo diferenciado de múltiplas linguagens sociais.

Em relação à identificação dos sujeitos sociais e políticos do campo, em Abaetetuba, as estruturas de participação social podem ser evidenciadas através da manifestação coletiva dos sujeitos sociais e políticos que, assiduamente, participaram da construção e elaboração de políticas e ações que implementam e norteiam as estruturas sociais no município, mais especificamente, os representantes (**LÍDERES**) dos movimentos sociais do campo, que obtêm uma enunciação relevante e pertinente nas contribuições para o desenvolvimento das ações educacionais, no caso do Plano Municipal de Educação – PME. A saber, esses sujeitos sociais e políticos atuam como representatividade das seguintes entidades: Associação dos Moradores das Ilhas de Abaetetuba – **AMIA**, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Abaetetuba – **STTTR**, Associação dos Remanescentes dos Quilombolas das Ilhas de Abaetetuba – **ARQUIA**, Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Pará – **SINTEPP**, Associação dos Artesãos de Brinquedos e Artesanato de Miriti de Abaetetuba – **ASAMAB**, Associação dos Remanescentes Quilombolas do Piratuba – **ARQUITUBA**, Movimento dos Ribeirinhos das Ilhas e Várzeas de Abaetetuba – **MORIVA**, dentre outras entidades, como a do Fórum Municipal de Educação – **FME**, Comissão Organizadora do Plano Municipal de Abaetetuba, Fórum Regional da Educação do Campo da Região Tocantina II – **FORECAT**, Instituições de Ensino e Pesquisa e representantes do Governo Municipal de Abaetetuba na área da educação. É necessário ressaltar que a participação da Esfera Estadual foi insuficiente, ou quase não houve, e se faz necessário a crítica em razão de que o estado é responsável por maior parte das demandas que compreendem a Educação Básica, por meio dos alunos do Ensino Fundamental dos anos finais (6º ao 9º ano) e Ensino Médio de todo o território. Lembrando que a Esfera Municipal ainda é responsável somente pela Educação Infantil e Ensino fundamental dos anos iniciais (1º ao 5º ano) incluindo as demais modalidades.

Essas organizações sociais do campo colaboraram com a elaboração do PME, a partir de suas respectivas representatividades, integrando-se às instituições de ensino e pesquisa, representantes de governo, mais especificamente os das Secretarias de Educação; como Secretaria Municipal de Educação – SEMEC e Terceira Unidade Regional de Educação do Estado – 3ª URE, bem como as instituições de ensino públicas e particulares do território. E essa participação teve como objetivo somar esforços em prol de políticas públicas, voltadas para as demandas daqueles que vivem no/do campo, contribuindo para a reflexão sobre a produção do conhecimento do campo, no contexto das políticas educacionais, do currículo e da formação e valorização dos educadores destas regiões.

É necessário que haja a indicação de novas possibilidades de intervenção nos âmbitos epistemológicos e sociais que oportunizem a materialização da cidadania ativa<sup>6</sup> e o fortalecimento da esfera pública como missão. E nesta perspectiva, desenvolver trabalhos voltados para as questões da Educação do Campo, por meio da participação, fortalece as ações pertinentes neste contexto educacional, relacionando-as as práticas metodológicas dos profissionais da educação do campo, por meio de programas, projetos, metodologias, calendários específicos e adequados, currículos específicos e formações continuadas específicas aos profissionais e trabalhadores da educação do campo (EJA do Campo – SOME, MOVA, Estudo Regular, etc.), além do compromisso com a formação dos sujeitos do campo, que se caracteriza por praticamente 90% de todo o alunado do município de Abaetetuba.

Vale ressaltar, que a educação do campo alavancou no município a partir da criação da 1ª Coordenação de Educação Coordenação Campo/SEMEC, a qual foi considerada como uma reivindicação, sendo uma exigência nas articulações do Fórum Regional de Educação do campo – FORECAT II, com todas as secretarias municipais de educação da região do Baixo Tocantins que abrangem os diálogos do FORECAT; pressupondo, assim, que todas as secretarias municipais de educação (SEMEC/SEMED) deveriam implementar uma coordenação específica da Educação do campo para constituir sua diretoria de ensino.

Um dos traços fundamentais que vem desenhando a identidade desse movimento por uma educação do campo, é a luta do povo do campo por políticas públicas que garantam o seu direito à educação e a uma educação que seja no e do campo. No: o povo tem o direito a ser educado no lugar onde vive; Do: o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada a sua cultura e as suas necessidades humanas e sociais (CALDART, 2004; P.149).

Dentre as contradições da sociedade brasileira, existe a presença da questão agrária, que, como diz Martins,

[...] tem a sua própria temporalidade, que não é o ‘tempo’ de um governo. Ela não é uma questão monolítica e invariante: em diferentes sociedades, e na nossa também, surge em circunstâncias históricas determinadas, e passa a integrar o elenco de contradições, dilemas, tensões que mediatizam a dinâmica social e, nela, a dinâmica política (MARTINS, 2000; p. 98-99).

O autor ressalta que a questão agrária se caracteriza como histórica; trata-se do período de um momento histórico, e não simplesmente das diversas ocasiões políticas e econômicas.

---

<sup>6</sup> Partindo das contribuições de Arendt (2004) compreendo que a cidadania ativa refere-se a processo em que o sujeito ocupa o um espaço público comum a todos os seres humanos, onde faz uso público da fala, manifestando seus desejos, aspirações, vontades e crenças.

“A questão agrária está no centro do processo constitutivo do Estado republicano e oligárquico no Brasil, assim como a questão da escravidão estava nas próprias raízes do Estado monárquico no Brasil imperial” (MARTINS, 2000; p. 101).

De certa forma, é notória a visão do ensino rural que se destinou amplamente na formação técnica e, de forma insignificante, em relação aos pressupostos que baseiam o ensino fundamental, como também no processo de ensino nas áreas que abrangem as questões rurais. São demandas que socialmente apresentam maiores porcentagens de reprovação, ausência às aulas, número de professores sem formação específica e distorções na relação idade-série. Estas são algumas deficiências do ensino rural, assim como, a carência de recursos didáticos, a baixa remuneração dos profissionais, a falta de esforço das autoridades e o não cumprimento da lei que permite a adaptação do período letivo ao calendário agrícola (BRANCALEONI, 2002). Como se vê, o cenário da educação do campo ainda é caracterizada como rural, inferiorizando a cultura de um povo, que é merecedor de respeito e valorização.

É possível refletir estas questões ao adentrar no contexto do território abaetetubense, onde é possível visualizar determinadas peculiaridades nas regiões de ilhas e várzeas, que muito necessitam de políticas educacionais expressivas para atenderem às expectativas formativas dessa determinada demanda social; a exemplo dos rios assoreados, em que o fluxo constante dos barcos estimula as maresias fazendo com que haja um significativo alargamento de tais rios, e uma nova composição da água, em razão das barrancas caídas às margens de rios e igarapés, ao longo da extensão das áreas ribeirinhas. Vale realçar, também, a questão da derrubada das palmeiras do miriti, que em sua ampla resistência e junção em um dado espaço, caracterizam a terra firme e propícia à moradia em suas dimensões, porém sua derrubada é crescente em razão do plantio sem planejamento do açaí, que atualmente está em evidência. Além da extração acentuada do barro, ocasionando intensas e extensas áreas brejosas, pântanos que vão preceder um novo e desconexo cenário nos solos abaetetubenses, ocasionando, em médios prazos, sérios impactos ambientais e sociais, no decorrer da expansão destas atividades sem nenhum tipo de planejamento, estudo e orientação ao extrativista e agricultor familiar ribeirinho.

Partindo desses contextos tão inerentes a uma cultura educacional assistemática, surgem alguns questionamentos, seguidos, também, de alguns esclarecimentos pertinentes, como: 1. De que forma a escola se prepara para lidar com essas questões? É preciso ter competência teórico-metodológica para desenvolver políticas educacionais pertinentes, capazes de atender estas especificidades, e para isso, a vivência experimental é de suma importância; 2. Como fazer ciência na perspectiva da Educação do Campo, compreendendo o

viver social e experimental, e articulado com a pesquisa, a escola, o governo e a participação social? É necessário promover constantes mobilizações para que os movimentos sociais possam intervir neste processo, fazendo valer a participação social.

Nesse sentido, a representante do Fórum Regional de Educação do Campo – FORECAT II, apresenta seu ponto de vista em relação à compreensão da educação do campo como um movimento social:

[...] Sim! É um movimento social! E aí quando você percebe assim a luta da educação do campo.(...) tem a questão dos Sem Terras? E eles lutaram pela questão do alojamento deles dentro do assentamento (...) eles já construíram lá um espaço para que as crianças fossem alfabetizadas e criou-se aquele movimento lá da escola do campo entendeu? Da sociedade que vai buscar a qualidade do ensino, que vai buscar as políticas públicas entendeu? Todo, todo processo que até hoje a gente vem vivenciando, esse avanço da educação no campo, que não é pouco, que hoje já deixou de ser um programa pra ser uma política pública para o campo. Essa mudança grandiosa que a gente conseguiu na legislação, por que quando era projeto, era um projeto de governo entendeu? E sai o governo e leva o projeto junto. Mas a política de estado não, sai governo, entra governo, a política fica lá e é obrigatório tem que implantar essa questão do campo ai entendeu? Então essa conquista se deu através dos movimentos sociais, através das organizações populares, das associações do campo e logo cresceu, expandiu e se criou, a associação dos quilombolas, dos indígenas! (Entrevistada DIAS, 2016).

Portanto, é de grande relevância a participação dos movimentos sociais em todos os segmentos que envolvem os processos educacionais na extensão das regiões que compreendem o campo. É muito importante que as políticas educacionais desenvolvidas para as demandas campesinas sejam pautadas nos movimentos sociais.

Outro fato que chama a atenção em relação aos entraves que dificultam o desenvolvimento da educação do campo na região, são os processos seletivos das instituições de ensino e pesquisa ou a seleção de professores para atuarem nos programas e projetos específicos para o campo, tanto na educação básica como também no ensino superior. É pertinente exemplificar o processo seletivo do Programa de Licenciatura em Educação do Campo – PROCAMPO, em que os Movimentos Sociais, mais exatamente o FORECAT, participaram desde a construção das demandas junto às universidades. Porém, nas turmas regulares do curso de Licenciatura em Educação do campo, oriundas do PRONACAMPO os movimentos sociais foram praticamente excluídos de todo o processo discussão para a implementação do curso.

Já em relação à educação básica, diante de outros municípios, Abaetetuba possui um número bem significativo de profissionais habilitados com graduação ou especialização em Educação do campo; no entanto, em relação à indicação de profissionais da educação para atuarem como formadores do Programa Escola da Terra, por exemplo, em meados de 2015 a

2016 a Secretaria Municipal de Educação – SEMEC, de Abaetetuba, não considerou a formação específica em educação do campo como um pré-requisito importante para a lotação dos profissionais da educação, tanto para os que foram indicados para ministrar aula, quanto para os que foram coordenar os processos de formação específica para professores do campo, no contexto da multissérie. Estes são exemplos de que, no momento da implementação e organização das ações educacionais para o campo, os movimentos sociais são convidados a participar, porém, no período de desenvolvimento da institucionalização das ações educacionais, tais movimentos são totalmente excluídos do processo, descaracterizando, neste sentido, as ações já institucionalizadas como políticas públicas.

E para que ocorra, de fato, mudanças e melhorias na educação, buscando mecanismos que possam contribuir de forma relevante, torna-se necessária a apropriação das diretrizes curriculares nacionais para a educação básica, pautada na diversidade social e cultural, nas relações étnico-raciais e na identidade das escolas do campo e quilombolas; como, também, o entendimento das diretrizes implementadas no Estatuto da Criança e do Adolescente e em todas as resoluções e demais documentos específicos que promulguem desta vertente, para a contextualização e incorporação das dimensões que norteiam a transição deste movimento no sistema de ensino brasileiro, a fim de atender às especificidades de cada região, especialmente em Abaetetuba, município do Baixo Tocantins, inserido na Amazônia Legal.

E no desenvolvimento das ações pedagógicas, acompanha-se as diretrizes do Ministério da Educação, em detrimento do estudo e desenvolvimento das diversificadas expressões em todas as áreas do conhecimento no que tange: o Projeto Político Pedagógico – PPP; o Currículo Escolar – Resolução 07 de 14/12/2010; a prática pedagógica docente; a formação continuada dos docentes; os espaços de suporte de aprendizagem – salas de Leitura, laboratórios de Informática, bibliotecas, auditórios e outros; o serviço de coordenação pedagógica, etc.

A exemplo da situação das escolas, no que se refere ao Projeto Político Pedagógico – PPP, um número bem reduzido de escolas o possuem. No entanto, é preciso enfatizar que, desde 2012, houve uma iniciativa da Coordenação de Educação do Campo da Secretaria Municipal de Educação, em parceria com o Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão: Sociedade, Estado e Educação – GEPESEED, da Universidade Federal do Pará – Campus de Abaetetuba, na promoção de formações para os gestores e professores das escolas do campo, com o objetivo de instrumentalizar as escolas para a elaboração do documento referencial das mesmas. E com as experiências desenvolvidas nesta parceria, foi possível elaborar e desenvolver, de forma inédita nas escolas do campo, o Projeto: TRAVESSIAS,



IDENTIDADES E SABERES DAS ÁGUAS – Cartografia de saberes de populações ribeirinhas e quilombolas no município de Abaetetuba; projeto este, que norteou o trabalho não somente dos gestores e professores, como também propiciou uma intervenção da Universidade Federal do Pará e da Secretaria Municipal de Educação na comunidade escolar.

No que diz respeito à importância das representatividades dos movimentos sociais e a sua participação no processo de elaboração do PME, podemos refletir em relação às principais características da prática social e as suas relações no que se refere a Educação do Campo, diante das consideráveis discussões na questão da transformação e mudança no contexto de evolução e participação ao longo de sua história.

### **2.3 A PARTICIPAÇÃO OUTORGADA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO**

Ao longo da construção do Plano Municipal de Educação – PME, foi possível analisar, minuciosamente, como se deu a participação dos Movimentos Sociais do Campo no processo desta construção. Assim, identificamos uma fase com a maior participação ativa dos movimentos sociais, denominada como Participação ativa, já discutida anteriormente; e, outra, com menor participação desses movimentos, denominada como um modelo de Participação outorgada; o que irei problematizar neste item. .

Durante o processo de elaboração do PME, ocorreram uma sequência de eventos para dinamizar a construção do mesmo, como: Conferência (Minuta) do Plano Municipal de Educação, no dia 04/10/11, na UFPA; em seguida, a análise e discussão da Minuta do Plano Municipal de Educação, ocorrida no dia 27/10/11, na SEMEC, com os profissionais da educação da Secretaria Municipal de Educação, ministrado pela equipe da Coordenação de Educação do Campo; a participação na Conferência Municipal de Educação, no dia 18/11/11, na UFPA (Campus de Abaetetuba), com a intermediação do Secretário municipal de Educação, Diretores, Técnicos, Coordenadores, Professores e Educadores em geral. Posteriormente, houve a continuação do processo de participação na Conferência Municipal de Educação, que teve como tema a Elaboração do PME, ocorrida no dia 28/11/11, no Campus de Abaetetuba; e, na sequência, aconteceu em 01 e 02/12/11, 14/12/11 e 13 e 14/12/11, novos momentos de Conferências Municipais de Educação para a elaboração do PME, geralmente, no Campus de Abaetetuba ou na escola Bernardino Pereira de Barros, com uma possível pré- conclusão do Plano em 26/12/11, na EEEFM. Bernardino de Barros.

Neste cenário, a organização do plano buscou propiciar atuações democráticas estabelecidas em extensas e variadas fases. Inicialmente, o processo de participação dos

movimentos sociais na perspectiva de construção do PME surgiu em meados de 2009, na I Conferência Municipal de Educação, que veio determinar a obrigatoriedade da construção do Plano Municipal de Educação de Abaetetuba e, conseqüentemente, a necessidade de organizar uma Comissão Executiva que fosse capaz de organizar e estruturar o documento, documento este, que tinha a incumbência de mediar as ações educacionais por dez anos no território, e, na época, correspondia ao ano de 2012 até 2021, e que ordenava a proposição de diretrizes, objetivos e metas como eixos constituintes do texto que iria constituir Plano Municipal de Educação - PME.

É importante identificar, nesse contexto histórico, quais os movimentos sociais do campo que estiveram assiduamente envolvidos no desenvolvimento desse processo de participação; são eles: o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, o Fórum Regional de Educação do Campo – FORECAT II, a Associação de Moradores das Ilhas de Abaetetuba – AMIA e o SINTEPP. Originou-se, então, a participação dos Movimentos Sociais do Campo no percurso do PME.

De 2010 a 2011, as reuniões aconteceram com o intuito de fazer o levantamento de um diagnóstico da educação municipal e, conseqüentemente, organizá-lo para encaminhar a elaboração do documento do PME, por meio da participação social, que se estendeu em dezenove (19) períodos, dando origem à primeira minuta do PME.

Em 2013, ano de conferências em todo Brasil, o município teve a sua II Conferência Municipal de Educação realizada pela SEMEC e pelo CME, contando com a parceria de entidades ligadas à educação. O evento aconteceu nos dias 11 e 12 de junho, no salão Espaço Look e contou com a participação de aproximadamente 500 pessoas, e teve como tema “As políticas Públicas Educacionais em suas articulações com o Sistema e o Plano Municipal de Educação”. O objetivo foi discutir propostas para serem levadas à Conferência Regional que aconteceu em Cametá. Nesse evento foi instituído o Fórum Municipal de Educação, constituído com a representação de 35 entidades do território municipal. (PME, 2015, p. 11).

No referido período, os movimentos sociais tiveram uma participação mais ativa, devido à participação de profissionais da educação, trabalhadores da educação e movimentos sociais envolvidos neste processo, que, ativamente, se comunicavam, divulgando, de um encontro para o outro, as próximas ações e encaminhamentos para os encontros posteriores, pois uma das grandes dificuldades era a chegada do documento de convocação dos partícipes no campo, ou mesmo nas sedes de suas entidades, localizadas na zona urbana.

Porém, em 2014, houve uma fragilização dessa participação ativa no processo de atuação dos movimentos sociais do campo na construção do PME; a divulgação dos encontros e a estruturação do documento ficou sob a responsabilidade de determinados funcionários

públicos, e o movimento ficou praticamente sem visibilidade e representatividade. Os argumentos basearam-se em duas causas principais: a primeira era que o PME deveria se alinhar ao Plano Nacional de Educação – PNE; e, a segunda, era de estar caracterizado como um plano da Rede Municipal de Ensino, não contemplando a extensão de território que deveria abranger todas as segmentações educacionais existentes no referido município.

Por esse motivo, os profissionais da educação da rede municipal de ensino receberam a orientação da Secretaria de Articulação dos Sistemas de Ensino – SASE, que em virtude dessas questões, apresentaram as Técnicas Multiplicadoras que participaram da formação, em uma reunião extraordinária do Fórum Municipal de Educação – FME, no dia 06 de junho de 2014, as técnicas tinham a incumbência de multiplicar os saberes adquiridos nas formações ofertadas pela SASE e estariam orientando, assim, o processo de construção do Plano Municipal de Educação – PME, que passou a ser, então, de responsabilidade do Fórum Municipal de Educação – FME, já instituído.

Consequentemente, em junho de 2014, ocorreram as Pré-conferências.

Nos dias oito (08) e nove (09) de junho de 2015, ocorreu a III Conferência Municipal de Educação, com o tema: “Planejando a próxima década”, que teve a participação de aproximadamente duzentas e cinquenta (250) pessoas. Foi possível perceber, a partir daí, a ocorrência de uma fragilização da participação nas demais conferências.

Outra evidência em relação a esse enfraquecimento, são os relatos dos representantes dos movimentos sociais, ao apontarem a falta de sintonia nas convocações para as reuniões:

Olha, vou te dizer, a primeira conferência foi muito organizada, o Conselho Municipal de Educação ajudou nessa organização e chegou um período que já não tinha mais comunicação, era mais na ligação ou no Whatsapp, ficou uma coisa muito informal. Aí as coisas já não funcionavam mais como deveriam nas convocações dos grupos. E isso, de certa forma, acabou trazendo consequências! Sei que as redes sociais são importantes para uma informação, mas só que as coisas que estamos discutindo precisam ser oficiais, hoje eu falo com precisão, nós tivemos um grande prejuízo. Porque nas reuniões de monitoramento do plano também, a participação do campo foi muito menor do que era antes. Foi muito injusto isso aí! Os Movimentos dos Ribeirinhos, do STTR, a Colônia dos Pescadores, enfim esse pessoal deveriam estar sempre, eles são importantes no debate, bem mais do que os técnicos da SEMEC (Entrevistado ANDRADE, 2016).

Nessa lógica, os movimentos sociais manifestam suas inquietações em relação às dificuldades encontradas no percurso das conferências, reuniões de monitoramento e sistematização, e as influências em relação às contribuições das representatividades na elaboração do PME e ao modelo de participação.

No decorrer da observação participante, surgiram as questões relacionadas ao processo de participação dos movimentos sociais do campo na construção do Plano Municipal de Educação. E foi necessário analisar, neste processo, qual modelo de participação foi manifestada pelos movimentos sociais que participaram da construção do PME. Para isso, é necessário fazer a distinção entre os dois modelos de participação que se caracterizam pela participação ativa ou outorgada.

A primeira, é possível diagnosticar como um modelo consciente de participação ativa, em que, na fala da representante do FORECAT, percebe-se que há uma participação política ativa:

[...] tivemos a oportunidade de estar aí no FORECAT, que é o fórum de educação no campo, onde reuni várias entidades que buscam a melhoria dessa qualidade do ensino, entendeu? E pelo campo, nós também estivemos participando do Fórum Municipal de Educação, onde realizamos a construção do plano municipal de educação. Lá a gente ouviu também um embate muito grande pra inserir as propostas que venham mudar esta realidade que está aí, então pra gente com todas as dificuldades, todos os entraves que ainda tem na educação do campo e são muitas, e temos que compreender isso. Porém a gente tem feito vários encontros, vários debates, vários seminários, vários encontros nacionais e até internacionais buscando ter esse olhar voltado para campo. Isso porque por muitos anos estes povos foram esquecidos não é? Era uma educação em que o que sobra vai pro campo, e a gente não percebe, mas é muito pelo contrário. (Entrevistada DIAS, 2016).

Já a segunda, que se caracteriza pela participação outorgada, ocorre que, quando as propostas foram expostas e votadas sem muito debate, pois os participantes não tiveram muito tempo para analisar e votaram em determinadas estratégias que, mesmo contradizendo o que defendiam, foram propostas que, depois de aprovadas, infelizmente tiveram que ser incorporadas ao documento final do PME.

Ao buscar os elementos que apontam como se deu a participação dos movimentos sociais do Campo na construção do PME, questiona-se, se essa participação foi consciente ou outorgada, uma vez que, se de fato, no momento da votação das propostas, talvez por não entender o processo naquele dado momento, os participantes levantavam a mão sem maiores interrogações sobre os argumentos apresentados. Porém é importante ressaltar que a grande massa não era composta somente pelos movimentos sociais do campo.

Então, naquele processo de construção, surgiram diversas hipóteses, ao observar que, em certas ocasiões, os próprios movimentos sociais tiveram uma participação outorgada e que as razões podem estar sendo originadas de interesses próprios em uma política de conveniência. Desta forma, os movimentos sociais propiciam este entendimento a determinados partícipes nas conferências. Em sua fala, o representante do SINTEPP coloca

seu ponto de vista em relação a essas hipóteses, no que tange aos desdobramentos da participação dos Movimentos Sociais na construção do plano:

E a participação não foi assim uma participação, digamos assim política ou outorgada. Não! Ela foi a partir de uma necessidade do município, de todos os debates, porque graças a Deus que nós temos um município diferente dos demais, porque a gente visita outros municípios e vê isso. Eu pelo menos fui coordenador da regional do SINTEPP e eu tenho a oportunidade de discutir no geral, a mesma coisa que eu debato aqui eu debato nos outros municípios e aqui em Abaetetuba é um debate totalmente diferente porque nós temos uma prática de participação dos movimentos, temos esta relação mais próxima. Os movimentos são mais envolvidos. (Entrevistado ANDRADE, 2017).

De fato, é sabido em toda a região, que em Abaetetuba a sociedade civil organizada é muito intensa, propugna suas reivindicações com uma grande participação dos fóris, conselhos, sindicatos e grande parte da comunidade, busca envolver-se em defesa dos direitos a ela concebidos. Porém, em relação à participação no plano, o entrevistado mesmo de forma convencional defende a postura dos movimentos sociais do campo por uma participação ativa e não outorgada. E ainda reforça:

A gente chegou a discutir muitas vezes e eu lembro muito bem. E tu que ficastes muito tempo na Coordenação de Educação do Campo sabes disso, nós quando estávamos na coordenação do SINTEPP debatemos muito e mesmo com o governo, em construir uma política de participação, de discussão. Até porque os movimentos não podem viver somente de crítica, entendeu? Deve também construir, propor, intervir. Então eu acho que esse momento foi muito importante, ao propor dentro do PME as principais metas para a educação, por meio da sociedade civil organizada e principalmente para a educação do campo. Porque é uma oportunidade pra gente está colocando as nossas reivindicações de acordo com as estratégias do plano, a gente está discutindo o que achávamos mais importante para a educação no município. Desde o financiamento, até a questão da valorização do educador e a formação continuada, então toda esta construção foi a partir de uma necessidade. (Entrevistado ANDRADE, 2017).

É possível analisar que as hipóteses foram desmistificadas, entendendo que a forma de participação outorgada não ocorreu nas enunciações dos movimentos sociais do campo, que concretizaram suas propostas por meio de uma participação consciente e muito ativa. Esta forma de participação outorgada, pode ter ocorrido por parte da categoria de determinados professores e gestores/equipes diretivas; não, porém, por parte da sociedade civil organizada, que demonstra-se desprovida deste modelo de participação.

## **2.4 A FORÇA POLÍTICA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA DEFESA DE DIREITOS E DE CIDADANIA**

Os movimentos sociais do campo, ao se manifestarem, por meio de suas representatividades, como sujeitos políticos, apresentam-se como força política na defesa de direitos e de cidadania. Dessa maneira, na luta por uma educação de qualidade, defendem as escolas do campo como espaço de saberes e desenvolvimento de práticas voltadas à transformação da realidade, propiciando, desta forma, a análise e a reflexão sobre os dados referentes às pesquisas desenvolvidas na educação do campo.

Assim, vai associando a experimentação social e a produtiva, para que seja possível a elaboração de sínteses e a construção de projetos de intervenção, que sejam capazes de atender às especificidades de cada comunidade escolar. Busca-se, dessa forma, uma formação que promova autonomia intelectual e afirmação de sujeitos de intervenção e transformação. Nesta perspectiva, faz-se necessário compreender, com mais atenção, o sentido de direitos e de cidadania, para uma melhor compreensão do ato de defesa de ambas as questões que se estabelecem como sociais e políticas, atentando-se, inicialmente, para as concepções dos direitos onde é possível refletir que: “o direito para Bobbio é uma construção, um artefato humano, fruto da política que produz o direito positivo. Requer a razão para um pensar, projetar e ir transformando este artefato em função das necessidades da convivência coletiva” (BOBBIO, 2004. p.5).

De fato, o direito faz parte da vida humana, ele é parte integrante advindo de uma política de caráter prático, em função do que é comum a todos. Esse complemento essencial da vida do homem, o direito, é social, é político que se origina e se fortalece por meio de construções coletivas; e tem um caminho a seguir, projetando-se em conquistas. Ao longo da história, os direitos dos povos do campo, comumente, foram negados, ocasionando constantes diferenças sociais. À vista disso, o crescimento das mazelas igualitárias assolam de forma coletiva em uma sociedade que clama por melhores condições de vida, em todos os aspectos que envolvem as comunidades situadas no campo.

Portanto, os direitos essenciais aos seres humanos devem ser constituídos e assegurados, pois o desconhecimento e a repulsa em relação aos direitos humanos acarretam em atos de barbárie, que rebelam a consciência dos homens e o aparecimento de uma nova era, onde todos estejam aptos e acessíveis ao ato de fala. É preciso acreditar que as mudanças são possíveis, contra a instalação do pavor, da miséria e da barbárie. Todo homem é livre e igual, sem distinção de direitos. E muitos desses direitos propugnados, tem como consequência, nos

dias atuais, a possibilidade de sua institucionalização nas leis constitucionais diante do estado democrático. E para compreender melhor a fundamentação dos direitos, deve-se lembrar que o mais intenso argumento adotado pelos reacionários de todos os países contra os direitos do homem, particularmente contra os direitos sociais, não é a sua falta de fundamento, mas a sua inexequibilidade. “Quando se trata de enunciá-los, o acordo é obtido com relativa facilidade, independentemente do maior ou menor poder de convicção de seu fundamento absoluto; quando se trata de passar à ação, ainda que o fundamento seja inquestionável, começam as reservas e as oposições”. (BOBBIO, 2004).

E na proposição de garantia de direitos humanos, Bobbio afirma que o problema principal no que diz respeito aos direitos do homem, atualmente, não é na dimensão de justificá-los, mas sim de protegê-los. Trata-se, portanto, de uma problemática não filosófica, e sim política. Desta forma, faz-se a seguinte indagação:

Mas uma coisa é proclamar esse direito, outra é desfrutá-lo efetivamente. A linguagem dos direitos tem indubitavelmente uma grande função prática, que é emprestar uma força particular às reivindicações dos movimentos que demandam para si e para os outros a satisfação de novos carecimentos materiais e morais; mas ela se torna enganadora se obscurecer ou ocultar a diferença entre o direito reivindicado e o direito reconhecido e protegido. Não se poderia explicar a contradição entre a literatura que faz a apologia da era dos direitos e aquela que denuncia a dos “sem-direitos” [...] (BOBBIO, 2004, p.29).

Em relação aos direitos humanos, as intervenções dos Movimentos Sociais do Campo no Plano Municipal de Educação – PME, pode estar interligada com o que define o documento oficial da declaração universal dos direitos do homem, em que vale reportar no seu Artigo 21, na qual toda a pessoa tem o direito de tomar parte na direção dos negócios públicos do seu país, quer diretamente, quer por intermédio de representantes livremente escolhidos, e toda pessoa tem direito de acesso, em condições de igualdade, às funções públicas do seu país.

Porém, o calar ainda se faz presente na atualidade, mediante as condições de negligência e política de conveniência governamental, bem como suas relações com a falta de instrução por uma boa parte da população. Essa grande operação de silêncio, de roubo da fala, que se sintetiza na busca da “harmonia social”, é bem o signo da anulação da política. (OLIVEIRA, 1999).

Ao longo das fontes escritas e outras formas de publicações em relação aos direitos e cidadania, é notório a inibição ou transformação das organizações sociais e suas construções enunciadas pela participação coletiva; a ruptura das ações organizadas por associações, sindicatos, grupos anarquistas, socialistas, etc., geralmente ocasionam intensa resistência por

parte do governo. A força política dos movimentos sociais tende a ser quebrada, mudada ou outorgada. Para que isso não aconteça, devem ser feitas as devidas intervenções, capazes de transformar em prol de um novo e igualitário cenário para uma política positiva. Portanto, trata-se de uma operação de anulação do dissenso, de silenciamento de algo que exatamente não obedecia aos cânones geométricos da distribuição das parcelas (OLIVEIRA, 1999).

O golpe de 1964 em todas as características, de forma extremamente forte, de uma total anulação do dissenso, do desentendimento da política. Como aliás, qualquer ditadura. A busca do consenso imposto – que em termos gramscianos pode parecer uma contradição – mostrava que a política elaborada pelas classes dominadas havia abalado até as raízes o consenso “policial”. (OLIVEIRA, 2004; p.63).

Não se pode deixar de exemplificar as relações dos anos cinquenta e sessenta com o contexto histórico vivido na atualidade, destaca-se então o golpe! Ou, mais precisamente, as reflexões que giram em torno dos golpes. Após a discussão sobre direitos, é necessário discutir mais o conceito de cidadania.

Não é possível considerar a cidadania moderna com a mesma apreciação da cidadania antiga. O sentido de cidadania caracteriza-se como um conceito do Estado que se destina ao Bem-estar social. As pessoas se tornavam cidadãos à medida que passavam a se sentir parte de uma nação e de um Estado (CARVALHO, 2004, p. 12).

É possível entender a natureza histórica que demonstra o conceito de cidadania no que tange ao modo como se desenvolveram os Estados-nação, e assim entender que estes aspectos é que demonstram o conceito na sociedade atual. Na qualidade de cidadão, a pessoa tem meios de exercer a sua capacidade de tomar parte da gestão. O cidadão, de fato, é aquele que tem tal capacidade, ele se efetiva como parte do estado, gozando dos direitos de cidadania ao participar, de fato, da existência política própria e da sociedade na qual tal indivíduo se encontra. Participar e decidir sobre as questões que giram em torno da nação constitui a edificação da cidadania.

Entender todo o processo que determina a prática da cidadania é compreender os direitos e deveres que giram em torno da vida social e política do cidadão. Porém, a segurança dos direitos e dos deveres se caracteriza como condição indispensável para o exercício de seus direitos políticos.

É possível compreender que e a prática de determinados direitos, a exemplo do voto ou da liberdade de pensamento, não faz com que se assegure automaticamente o deleite em relação aos seguintes direitos como, por exemplo, o emprego e a segurança. Mais precisamente, a cidadania abrange as múltiplas dimensões, em que é possível que uma perpassa pela outra, ou que ambas as dimensões se façam presentes sem a necessidade de



outras. A cidadania na íntegra possibilita a articulação entre a participação e a liberdade, bem como a prática de ações igualitárias. Há a necessidade do desenvolvimento de um anseio de igualdade social, no que diz respeito às leis que regem o estado, por um sistema mais igualitário e que garanta os direitos sociais, políticos e civis para todos, sem distinção. Os direitos não podem ser limitados, fragmentados ou, como um atributo de conveniência ou privilégios, concedidos a uma determinada categoria. De outra forma, não se pode desenvolver uma consciência ou certo tipo de sensibilidade política.

Historicamente, somente por meio das lutas que propugnavam uma prática efetiva de cidadania é que os movimentos eram capazes de promover a garantia de direitos e da mobilização da consciência que compreenderia os deveres do cidadão. Eram mobilizações que tinham como proposta a articulação por melhorias, no que diz respeito às condições de vida, trabalho (legislação trabalhista), liberdade de expressão, dentre outras questões.

No entanto, de uma forma mais geral, poucos foram os avanços adquiridos em relação à consciência política. O que marcou esta consciência política e o início da consciência popular, em que o sujeito se considere como beneficiário de direitos e não prioritariamente consciente de seus deveres, foram as possíveis aberturas. Aberturas estas que ocasionaram as parcerias entre o estado no âmbito dos direitos trabalhistas (melhores condições de trabalho, mais liberdade e melhores salários), o reconhecimento dos movimentos sindicais e a liberdade dos sujeitos sociais e políticos (CARVALHO, 2004).

Em meados de 1964, as mobilizações, bem como a politização, foram incorporadas nas massas populares. Com isso, a restrição dos direitos civis e políticos aconteceram de forma exacerbada, fortalecendo, assim, a consciência política no contexto destas categorias.

De certa forma, é possível compreender o conceito de cidadania de acordo com três elementos, como: o civil, o político e o social. O elemento Civil se dispõe aos direitos precisos para a liberdade individual como: a liberdade de ir e vir, de imprensa, de pensamento, liberdade e fé. E os direitos à justiça, à propriedade e de concluir contratos válidos. Sendo que as instituições que asseguram estes direitos são os tribunais de justiça.

Já o Elemento Político, designa o direito em participar nas práticas do domínio político e as instituições que o asseguram são: o Parlamento e os Conselhos do governo local. E, finalmente, em relação ao Elemento Social, compreende-se que este está relacionado exatamente ao total de direitos desde o mínimo que se possa conceder ao bem-estar econômico, à segurança, à participação em geral, na herança social e civilidade em meio aos padrões sociais e às instituições responsáveis, mais diretamente é o “sistema educacional” e os serviços sociais (CARVALHO, 2002).

Neste contexto, é notório o entendimento da concepção de cidadania e de seus elementos essenciais, para uma maior interação e integração no que propõe os estudos sobre o Plano Municipal de Educação. Portanto, a força política dos movimentos sociais na defesa de direitos e de cidadania vem acontecendo em forma de luta manifestada na política de participação.

Em relação às contribuições dos movimentos sociais que obtiveram maior repercussão na implementação de processos políticos por meio da participação dos movimentos sociais do campo no PME, afirma-se que foram empenhadas como conquistas neste processo de construção, sendo manifestadas nas enunciações destes partícipes por meio de críticas, intervenções, propostas e opiniões contidas nas metas e estratégias do PME. Contribuições estas, que foram conferidas como força política e que marcaram firmemente esse momento histórico. Portanto, foram muitas as conquistas asseguradas e evidenciadas nas metas e estratégias do PME, e elas podem ser exemplificadas em diversas situações demonstradas a partir das seguintes exemplificações:

A mudança na nomenclatura usada comumente na educação que se caracteriza por “Sede, Centro e Ilhas” para “Sede, Ilhas, Estradas e Ramais”, a valorização do professor do campo, a construção do PPP das escolas do campo, a organização de um currículo específico, a participação social, a consolidação e ampliação da Coordenação de Educação do campo na SEMEC, dentre outras. Serão evidenciadas e argumentadas como conquistas, por meio da contribuição da participação dos movimentos sociais do campo na elaboração do documento do PME.

A presente contribuição dos Movimentos Sociais objetivou evidenciar as mudanças nas denominações expressas no contexto do território das localidades, situadas na região do campo, no município de Abaetetuba-Pa. A Lei Municipal de Abaetetuba, Nº 193/2005, de 18 de agosto de 2005, dispõe sobre a criação de Polos na área rural do município e dá outras providências (Abaetetuba, PME, 2015). Desta forma, o território do campo foi dividido, considerando as localidades por proximidade em setor das ilhas (região ribeirinha), centro (estradas e ramais) e sede (cidade).

Na compreensão e ressignificação do campo, entende-se que o território tem uma dinâmica própria, que vai se construindo no cotidiano de sua população. Logo, no diálogo com os sujeitos do campo, principalmente das estradas e ramais de Abaetetuba, todos foram instigados a refletir sobre a denominação “centro”, pois centro é algo que leva à ideia de meio, parte central.

Afinal, pelas experiências vivenciadas na Coordenação de Educação do campo da Secretaria Municipal de Educação – SEMEC de Abaetetuba e, principalmente nos momentos de debates nas Conferências Municipais de Educação, que discutiam a implementação do Plano Municipal de Educação de Abaetetuba – PME, tais questionamentos instigaram a pesquisadora que, na época, era representante dos movimentos sociais dentro deste processo de construção para novas reflexões e análises das especificidades geográficas do território municipal. Por que o território das estradas e ramais tinha que ser denominado “centro”? Por consequência, ela propôs e justificou, em uma das conferências que nortearam a construção do plano, a mudança desta nomenclatura; tendo sua proposição aceita, por intermédio de votação em plenária, assegurando, desta maneira, a nova nomenclatura adotada nas falas e documentos oficiais das instituições educacionais no PME. Em razão disso, o autor evidencia a questão da linguagem viva:

(...) Existe uma regra de ouro da Linguística que diz: “só existe língua se houver seres humanos que a falem”. E o velho e bom Aristóteles nos ensina que o ser humano “é um animal político”. Usando essas duas afirmações como os termos de um silogismo (mais um presente que ganhamos de Aristóteles), chegamos à conclusão de que “tratar da língua é tratar de um tema político”, já que também é tratar de seres humanos. Por isso, o leitor e a leitora não deverão se espantar com o tom marcadamente politizado de muitas de minhas afirmações. É proposital; aliás, é inevitável. Temos de fazer um grande esforço para não incorrer no erro milenar dos gramáticos tradicionalistas de estudar a língua como uma coisa morta, sem levar em consideração as pessoas vivas que a falam (BAGNO,2003; p. 09).

É necessário refletir acerca da questão da diversidade linguística de um determinado povo, por meio de suas expressões, modos e costumes de fala, variações dialetais, etc. Existe também uma série de preconceitos oriundos do valor social conferido aos distintos estilos de fala, é comum analisarem as variedades linguísticas de menor prestígio quão inferiores ou até mesmo “erradas”? As questões de preconceito social a respeito da linguagem precisa ser encarado nas próprias escolas, propiciando o respeito à variedade linguística de todos os diversificados povos.

Porém, há a necessidade de aprimoramento da linguagem, por meio da educação formal, e em Abaetetuba, mais precisamente, ainda persistia uma cultura em denominar os espaços geográficos da região campesina como: ilhas e centros, inclusive nos documentos oficiais da própria Secretaria Municipal de Educação – SEMEC. Ora, é sabido que a palavra “centro” caracteriza a região central (bairro Centro) de cada município e, ainda, a referida palavra se encontra no número singular, não correspondendo às diversas colônias agrícolas da região, que constituem as regiões de estradas e ramais, terra firme, contextos, cenários,

economias, costumes e outros aspectos que se distinguem por suas peculiaridades culturais e indenitárias.

Abaetetuba é uma diversidade, nós tínhamos um entendimento de que existe a sede, o centro e as ilhas. E o centro era a região que compreendia as estradas e os ramais, este centro não existe! Até porque centro é o centro da cidade; e não representa as nossas estradas, nossos ramais! Então, a partir daí, esses movimentos sociais se fizeram ouvir dentro dessas conferências, nas comissões de fato. Porque Abaetetuba é composta dessa diversidade, temos a cidade e temos as duas regiões, também que são as estradas e os ramais, então essa conquista pra gente foi muito importante. (Entrevistada CARDOSO, 2017).

No desafio de desconstruir algo pronto, como a nomenclatura de “centro”, dada ao território das estradas e ramais em Abaetetuba, deve-se reconhecer o potencial dos Movimentos Sociais como expressão das manifestações e anseios de seus sujeitos, que asseguraram esta mudança de nomenclatura, pensando no ressignificar da linguagem na expressão do território das estradas e ramais, em decorrência da Construção do PME. Contudo, na totalidade deste ressignificar do território, faz-se necessário estudos mais amplos em relação à educação do campo e suas especificidades em todos os contextos, no caso desta produção, propiciar a busca de maiores informações no que tange ao significado e à linguagem do território expressa pelos sujeitos de Abaetetuba.

No que se refere à valorização do professor e demais contribuições para a educação do campo, o representante do SINTEPP faz suas argumentações:

Para mim, as principais contribuições vêm a partir do levantamento da situação dos nossos professores das ilhas. Quando você pega e faz um levantamento dos professores das ilhas de Abaetetuba, você vai ver que há uma necessidade muito grande de formação, porque a grande maioria das ilhas é de temporários, e a maioria tinham só a formação do magistério. Então, de acordo com o debate da Educação do campo, nós não queremos uma educação diferenciada, queremos que ela seja tão boa quanto da cidade, não é verdade? Com toda uma estrutura. E isso fez com que nós debatêssemos dentro do plano, por uma estrutura necessária, por exemplo, a biblioteca, a sala de informática. Então tu vê aqui que nós passamos a discutir desde a estrutura até a formação. Então eu vou citar a questão da formação. Asseguramos a formação continuada para estes professores que têm só o nível médio, né? Nós discutimos a licenciatura, e para os professores que já têm licenciatura, a especialização. Discutimos muito isso e asseguramos com certeza, lá nas estratégias do plano, a questão da formação. Verificamos também o porquê que alguns professores não conseguem entrar no PARFOR, e vimos que muitas das vezes por serem temporários (Entrevistado ANDRADE, 2017).

O representante do SINTEPP justifica que, muitas vezes, o professor contratado não possui relações com a região do campo e com as concepções da educação do campo em sua trajetória educacional, no que corresponde à experiência e formação específica. E, conseqüentemente, esse professor ocasiona problemas, tanto nas relações estabelecidas na comunidade escolar, como, principalmente, em entraves no processo de desenvolvimento da

educação no campo. Ressaltando que as discussões sobre estas problemáticas são constantes e intensas, mas que, apesar disso, nenhuma providência foi tomada pelos órgãos responsáveis pela lotação.

Outro ponto importante foi a questão do financiamento de infraestrutura para o deslocamento do professor, porque eles pagam um valor altíssimo para se deslocar da cidade para o campo. Então o qual mora e trabalha aqui na cidade pega moto ou bicicleta e no máximo 10 minutos tá lá na escola. Mas o que vai para o campo, geralmente sai até 5h da madrugada para chegar no horário de trabalho e ainda paga R\$ 800,00 de rabetá. Então isso tudo foi discutido, pois tem lá a proposta, e até do vale-alimentação, para que esses professores tenham condições. A questão da gratificação dos 10% para o deslocamento existe nas estratégias do plano, mas o governo não cumpriu (Entrevistado ANDRADE, 2017).

Este investimento do governo para o deslocamento do professor no campo até aconteceu, há uns quatro governos atrás, em meados de 2001. Estas questões, como a hora atividade e a gratificação de deslocamento, foram muito debatidas com a categoria, tanto no PME, quanto no Plano de Cargos, Carreira e Remuneração - PCCR. São pontos importantes para a valorização do professor do Campo, assim, fortalecendo o compromisso do professor para o melhor desenvolvimento de seu trabalho.

Em relação à relevância da participação social nas Conferências Municipais, que desdobrou o processo de construção do PME, foi possível observar que todos os setores, tanto da cidade quanto do campo, tiveram a oportunidade de participar e intervir nas ações governamentais. Nesse contexto, os Movimentos Sociais se fizeram presentes, por meio de uma participação ativa e muito expressiva.

É importante ressaltar que essa participação ocorreu de forma mais contínua, inicialmente, principalmente nas conferências municipais, não se estendendo na mesma proporção nas reuniões de monitoramento e sistematização do PME.

Dentre as contribuições mais marcantes dos movimentos sociais, a Coordenadora do Fórum Municipal de Educação – FME de Abaetetuba e Membro do Fórum Regional de Educação do Campo – FORECAT II, faz suas considerações a respeito das especificidades da educação do campo, enfatizando a questão da valorização e formação docente, além da elaboração do Projeto Político Pedagógico – PPP e Currículo Específico da Educação do Campo.

A gente tem um olhar muito direcionado para Educação Básica regular que acontece na cidade, dentro do centro urbano. Aí, quando você volta para educação lá no campo, dentro do campo, a gente percebe que não visualiza muito a educação do campo, no campo. Então no Plano Municipal de Educação, os movimentos sociais já vieram e fizeram também essa grande dinâmica de chamar a atenção, de mobilizar e de se colocar mesmo na frente. Fazendo a diferença de que os alunos do campo

precisam de uma formação específica, porque a realidade do campo, ela é diferenciada e precisa ser visualizada (Entrevistada CARDOSO, 2017).

Como se observa nas enunciações da coordenadora acima, é preciso haver uma formação realmente voltada para esse discente, levando, também, em consideração que o docente é fundamental nesse processo, que embora existam muitas dificuldades, ele necessita da oferta de uma formação que venha trabalhar com os diversos sujeitos do campo, de acordo com a sua realidade local, cultura e identidade, dinamizando com eficiência os seus saberes.

No que tange às relações da Coordenação de Educação do Campo – SEMEC, Fórum Regional de Educação do Campo FORECAT e Fórum Municipal de Educação na organização de políticas educacionais para o município de Abaetetuba, a autora faz as seguintes colocações:

Me volto a olhar principalmente a partir da criação da Coordenação de Educação do Campo em 2010. Aconteceu que ela fez assim um grande diferencial na cidade, né? Em termos de município, em termos de território, porque a partir dessa Coordenação a gente pôde se voltar para uma formação docente, uma formação continuada, que pensa principalmente na questão do currículo. Então, quando você começa a trabalhar enquanto SEMEC, puxando as discussões, tendo que fazer as provocações e os questionamentos em relação ao currículo, você já está provocando, inquietando para esta problemática e fazendo a diferença, embora a gente não tenha tido, ainda, um resultado em relação a uma matriz diferenciada. Mas já existe um trabalho específico para educação do campo, comprovado desde o momento em que a coordenação se fez presente, pois se criou uma estrutura para isso, se criou um quadro de pessoas com especialização, assim qualificadas para trabalhar na Educação do Campo (Entrevistada CARDOSO, 2017).

A partir da fala da entrevistada, podemos compreender a importância da mobilização dos movimentos sociais do campo, no que se refere à criação da coordenação da educação do campo, pois, a partir disso, foi possível desenvolver atividades referentes às concepções de tal educação, de forma articulada, uma vez que a mesma possui uma organização social que projeta suas ações com o envolvimento social de todos os sujeitos que por ela perpassam.

A Educação do Campo, enquanto SEMEC, se concretizou. E a implementação dessa coordenação foi por intermédio de uma exigência do FORECAT, que se articulou para que se implantasse uma coordenação específica do campo no Departamento de Ensino de todas as secretarias de educação da Região Tocantina; adquirindo, assim, um espaço de discussão que faz o diferencial, com ações voltadas para um trabalho na educação do campo.

É preciso evidenciar que a informação e a formação devem ser constantes nos processos de construções coletivas, mais intensamente no âmbito das políticas educacionais, para que desta forma, ocorra uma educação de qualidade nos espaços escolares e não escolares, principalmente no contexto da realidade da comunidade escolar, situada na região do campo, onde o descaso e a exclusão escolar, social e profissional ainda se faz presente, em

razão de uma educação não articulada e não organizada nos moldes/parceria com os movimentos sociais que defendem uma educação do campo peculiar e significativa para o eficaz desenvolvimento de uma escola do campo possível.

## **CAPÍTULO III**

### **AS CONTRIBUIÇÕES CULTURAIS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO NA CONSTRUÇÃO DO PME**

O presente capítulo tem como objetivo analisar as contribuições específicas dos movimentos sociais para a construção do Plano Municipal de Educação, apresentando a sua participação e protagonismo no referido processo.

#### **3.1. UMA ANÁLISE HISTÓRICA SOBRE A TRAJETÓRIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS**

A trajetória dos Movimentos Sociais foi marcada, na década de oitenta, por uma intensa participação popular, em que se observa duas fases distintas, denominadas pela autora Cardoso (2004) como: a fase de “A Emergência Heroica dos Movimentos” e fase, que se caracterizou pela intenção de uma suposta “Institucionalização”. A primeira deu a impressão de que estaria se estabelecendo um novo instrumento político, um processo inovador, que seria capaz de promover as mudanças pertinentes neste processo; já a segunda, iniciou-se no estabelecimento de uma possível relação dos movimentos com o Estado, inaugurando a ideia de participação social.

É importante observar que a mencionada institucionalização dispersou a costumeira e atuante pressão dos movimentos que se fez ausente nesses períodos, ocasionando certo recuo, esfriamento ou até mesmo convencimento ou ilusões de novas e grandes perspectivas. Por esse motivo, percebe-se certo contraste nesta questão, por meio da ideia de emergência heroica, seguido de uma visão mais calma, mais cautelosa dos movimentos, sempre como se eles tivessem realmente diminuído, refluído, como se estivessem um pouco congelados (CARDOSO, 2004).

Na sua grande maioria, os movimentos sociais se burocratizaram; uns se transformaram em partidos políticos; outros se excluíram, desapareceram, ou passaram a trabalhar nos serviços estatais, acabando com as idealizações ou inovações políticas que os enaltecia como sujeitos de transformação social.

Em relação às discussões estabelecidas no Plano Municipal de Educação de Abaetetuba e de muitas outras discussões participativas, que programam as ações políticas nas esferas públicas, principalmente as quais discutem as temáticas relacionadas à diversidade e



inclusão, é necessário analisar com muita cautela os desdobramentos destas construções coletivas. Ainda como exemplo, nos programas e projetos do governo federal e construções de políticas públicas engendradas em conferências, audiências públicas, planos, seminários, plenárias e outros eventos e articulações desenvolvidas nos contornos políticos e do senso comum, é notório que a participação dos movimentos, a convite dos governos, se resume somente na idealização, na forte discussão no processo de elaboração de propostas de construções democráticas e a uma tímida participação no momento da implementação destas ações, em andamento ou já construídas, oriundas destes instrumentos políticos. Ainda assim, nesse contexto, foi importante, para as instituições governamentais, a presença de representantes dos Movimentos Sociais para evidenciar um determinado modelo de participação.

Algumas entidades de apoio aos movimentos até fecharam suas portas, outras fizeram enxugamentos em termos de regiões de atuação, se fundiram com outras, ou ainda deslocaram suas áreas de atuação para setores específicos, dentro do leque dos programas institucionalizados, governamentais ou de apoio, advindo da cooperação internacional. Novas pautas foram introduzidas tais como a de se trabalhar com os excluídos sobre questões de gênero, etnia, idade etc. As dificuldades de apoios para manter estruturas mínimas, ou a necessidade de reorientar suas ações em função de novas diretrizes e regras da cooperação internacional, não deixavam sobra de tempo para as lideranças se articularem com a população. [...] Muitos movimentos se transformaram em ONGs ou se incorporaram às ONGs que já os apoiavam. A atuação por projetos exige resultados e tem prazos. Criou-se uma nova gramática na qual a ideia de mobilizar deixou de ser para o desenvolvimento de uma consciência crítica ou para protestar nas ruas. Mobilizar passou a ser sinônimo de arregimentar e organizar a população para participar de programas de projetos sociais, a maioria dos quais já vinha totalmente pronta e atendia a pequenas parcelas da população. O militante foi se transformando no ativista organizador das clientelas usuárias dos serviços sociais (GOHN, 2005; p. 81-83).

O que se vê é uma grande restrição no momento da institucionalização destes programas e projetos como, por exemplo, no que tange ao acompanhamento na elaboração de editais, processos seletivos, especiais ou não, elaboração de desenho curricular específico e necessário a determinadas demandas, calendários especiais e outras propostas específicas que muito seriam progressivas com a participação crítica e efetiva dos movimentos sociais.

A ideia de espontaneísmo junto com a ideia de autonomia era realmente fundamental nas interpretações que se construíram sobre esses fenômenos; aparecia com grande força a ideia de que haveria uma mudança política. Dessa forma, a grande contribuição dos movimentos sociais seria trazer uma mudança na cultura política. Mudança que vinha exatamente do fato de a autonomia dos movimentos quebrar com as relações clientelísticas, com modo de atuação do sistema político tradicional. Como a participação representava essa mudança, ela era, quase fazendo um chavão, uma participação anti-estado, antipartido, antissistema político em geral, sendo o estado realmente visto como um inimigo (CARDOSO, 2004; p. 82).

A autora ainda reforça que não designa nenhum tipo de julgamento a esta interpretação de movimentos sociais e intensifica a questão de suas parcialidades em determinados períodos.

Vale salientar que a segunda fase pode ocorrer em outro cenário político. Essa institucionalização se contextualiza politicamente de forma inovadora pelos movimentos sociais, originando certa redemocratização suspeita de ser possível. Essas fases se renovam no decorrer das décadas, conforme o modelo de participação e a sua abertura na enunciação nas relações estabelecidas entre estado e movimentos sociais, bem como o fortalecimento de novos conceitos, ampliando significativamente os processos políticos.

Surge aí, o constante cuidado com as relações entre determinadas articulações, que seriam capazes de desviar os ideais das representatividades sociais, ocasionando o rompimento com suas entidades e que, possivelmente, estavam sujeitos a cair nas garras de políticas partidárias, ao serem contemplados com favorecimentos ou até mesmo imposições.

[...] em nome de uma ciência social crítica, nós fizemos uma ciência social engajada e pouco crítica, utilizando os discursos que os próprios movimentos utilizavam e ofereciam, estando as interpretações muitas vezes coladas a esses discursos [...] esse discurso era também parte da realidade a ser observada, mas muitas vezes se deu a ele uma importância muito grande. Quando se tratava dos temas aos quais me referi, nessa primeira fase, o espontaneísmo do movimento, por exemplo, não se via o resto (CARDOSO, 2004: 84-85).

Em contraposição a esses ideais políticos, é necessário se concretizar a reconstrução ou construção de reflexões democráticas, de novas atitudes para a cultura de uma nova sociedade, do preenchimento de vazios ao se propugnar a redemocratização, fortalecendo, de fato, os sujeitos sociais que se fazem por representar um povo, sendo capazes de dialogar firmemente com toda a sociedade, incluindo, mais necessariamente, as esferas governamentais, que devem se ressignificar através de grandes e muitas necessárias reformas em todos os campos que as envolvem.

### **3.2 AS DIFICULDADES PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NA VISÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS**

Analisando os desdobramentos da participação dos Movimentos Sociais do campo na construção do PME, foram identificadas formas semelhantes a uma possível cultura da aceitabilidade e conformismo, principalmente em relação às problemáticas que se referem às políticas educacionais específicas para as escolas do campo, mas especialmente as que se localizam no território amazônico. Em que é possível explicitar a situação de especificidades

geográficas, climáticas, culturais, as complexidades dos sistemas educacionais em relação ao histórico descaso governamental como também a negligência dos próprios profissionais da educação pelas escolas situadas nas regiões campestres.

As escolas do campo, ainda, encontram-se em condições precárias, o que muito desarticula o desenvolvimento educacional em todo o Brasil, principalmente em relação às especificidades e necessidades que caracterizam a região amazônica. É sabido que a educação do campo trata das especificidades nos mais diversos contextos que perpassam no universo escolar da região campestre, considerando sua identidade, cultura, realidade, modo de vida, bem como todos os saberes e os afazeres de um determinado povo, residente e vivente nos seus respectivos espaços rurais.

Ainda, hoje, a maioria das escolas do campo localiza-se em áreas de difícil acesso e apresentam precárias condições para funcionamento tais como: estrutura física de enchimento ou de madeira de baixa qualidade, salas sem portas, telhado destruído pelas chuvas, inexistência de luz elétrica em algumas dessas escolas, número insuficiente de cadeiras escolares e quadro com condições mínimas de uso. Institucionalmente, essas escolas estão condicionadas às escolas urbanas, pois ainda são seus anexos, uma vez que ainda não passaram pelo processo de reconhecimento que legitime sua existência enquadrando a instituição escolar. As escolas-pólo funcionam como catalisadoras de alunos de diversas comunidades que ingressam nas séries finais do ensino fundamental, que precisam se deslocar para dar continuidade nos estudos (OLIVEIRA, 2003; p.68.)

Nessa lógica, é preciso dar visibilidade aos movimentos sociais, que se constituem por meio de organizações de pessoas defensoras, revolucionárias e transformadoras da realidade que os cerca, principalmente da defesa da terra de onde tiram, com muito trabalho e sem apoio ou incentivo, os seus sustentos e, sobretudo, a sustentabilidade da sociedade em geral. Essas organizações manifestam suas inquietações em relação a esta real situação que nos encontramos de forma mais global, e vem contribuindo em uma árdua e constante luta por políticas públicas educacionais mais adequadas a realidade dos povos que vivem neste e deste espaço, políticas essas, que venham contemplar de fato e de direito a Educação do Campo no território de Abaetetuba.

A entrevistada Dias, representante do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Pará – SINTEPP, da comissão de sistematização e monitoramento do Plano Municipal de Educação - PME e também membro do Fórum Regional de Educação do Campo – FORECAT II, apresenta sua visão como profissional da educação, pesquisadora e principalmente como membro de suas respectivas segmentações (Movimento Social), em relação aos fatores agravantes e históricos que ainda interferem na implementação de políticas

públicas para o desenvolvimento da educação do campo, no território abaetetubense, na garantia do acesso, permanência e sucesso escolar para os alunos camponeses. Em:

Olha são inúmeras as interferências que a gente tem para se chegar em uma educação de direitos e de qualidade, a gente percebe que já tivemos um avanço na parte da legislação, das políticas entendeu? Mas no chão da escola não se vê muitas mudanças não. Não há grande mudança! Porque ainda percebemos que temos escolas ainda funcionando em barracões ou escolas ainda com aquelas divisões de madeira! Temos a questão das grandes dificuldades de acesso! Está aí o estado agora retirando direitos, querendo tirar o SOME, a gente sabe que o SOME tem toda uma situação negativa, mas para nós ainda é uma alternativa, não dá pra se voltar para esta questão aí de achar que o professor não é essencial, como vemos em outras metodologias de ensino que o estado quer implantar, temos déficit, na questão da educação do campo entendeu? Se observar bem, existe uma diferença muito grande entre a educação urbana e a educação da zona rural, há uma distorção muito grande! Começa pela questão da alimentação escolar que é diferenciada se você vê no campo, dificilmente chega em uma quantidade boa de frango de picadinho. E na cidade estes alimentos são mais frequente. Na zona rural, nós temos ilhas e estradas, temos uma grande dificuldade na questão do acesso! Do transporte escolar com aquelas rabetas lotadas, sem salva vidas, sem condições mínimas de funcionamento. As crianças ficam ali expostas à chuva, à tempestade, ao sol, à própria maré, quando falo de maré, eu falo também das ventanias, tempestades, pois quando isso acontece, os barquinhos vão até para o fundo! E não tem um salva vida, não tem uma condição de transporte digno pra esses alunos (Entrevistada DIAS, 2016).

A falta de oferta de serviços educacionais nas comunidades camponesas, ainda ocasiona a exclusão social de crianças e adolescentes da escola. Por falta de opção e oportunidade, estas demandas limitavam-se de direitos, como sujeitos destinados a um patamar de vida antissocial ou sem nenhuma perspectiva de crescimento, sendo destinados a necessariamente servir o outro para sua própria subsistência, e isso historicamente vem influenciando negativamente no desenvolvimento dos povos do campo e, conseqüentemente, no desequilíbrio social, cultural e econômico, tanto no campo quanto na cidade também, em razão do êxodo rural e suas conseqüências.

Outros fatores significativos que influenciaram nas discussões do PME, relacionam-se aos seguintes alvos: professores que atuam nas escolas do campo sem uma formação adequada; a não oferta de ensino de qualidade principalmente para os anos finais do ensino fundamental pela rede municipal de ensino (vale ressaltar que o município ainda não assumiu o Ensino Fundamental anos Finais como sua responsabilidade); a dificuldade ou falta de oferta do ensino médio; a implementação de turmas da Educação de Jovens e Adultos nas escolas do campo; a falta de formação inicial e continuada de professores, a falta de adequadas acomodações da grande maioria das escolas, ou a estrutura precária; as problemáticas das questões pedagógicas pois a maioria das escolas do campo não têm Projeto Político Pedagógico e também não se empodera de um currículo específico que atenda à

complexidade educacional dos alunos que vivem no campo, que ficam à mercê de uma oferta de educação alienada e praticamente desprovida de condições de garantir um ensino de qualidade. Por isso:

A educação do campo precisa ser uma educação específica e diferenciada, isto é, alternativa. Mas, sobretudo, deve ser uma educação no sentido amplo de processo de formação humana, que constrói referências culturais e políticas para a intervenção das pessoas e dos sujeitos sociais na realidade, visando a uma humanidade mais plena e feliz (Relatório da Conferência Nacional: Por uma Educação Básica do Campo, 1998; p. 24).

Ainda, a entrevistada Dias continua analisando as lutas e condições dessa oferta da educação do campo, em que:

[...] Então, ainda é uma luta muito grande para essas políticas públicas chegarem no campo, pra ser realmente do campo, então os entraves, eles são muitos. Se você for olhar a questão do professor, o professor paga do seu próprio recurso, do seu salariozinho o seu transporte escolar, se ele passar o dia inteiro lá ele terá que tirar do seu próprio bolso o seu lanche, o seu almoço. Então as dificuldades são enormes, que a gente percebe que não há nenhuma contrapartida de governo, não há interesse mesmo! A educação na verdade nunca foi interesse! E isso é mais forte ainda no campo, entendeu? Muito mais forte! Então a gente, através dos Movimento Sociais, temos procurado lutar para que essa realidade mude nas localidades do campo da nossa região. (Entrevistada DIAS, 2016).

Nesse cenário tão abstruso, de desigualdades sociais e mais precisamente de notáveis desigualdades educacionais, entende-se que as lutas dos movimentos sociais é uma alternativa, diante do descaso dos governos em geral, como também das políticas visíveis de favorecimentos das oligarquias, uma vez que é perceptível entender esta análise nas considerações da autora em,

Durante muitos anos a educação destinada às classes populares do campo, vinculou-se a um modelo importado da educação urbana e ao mesmo tempo esteve a serviço do interesse das oligarquias rurais e das oligarquias agrário-industriais. Tal tratamento tem um fundo de descaso e subordinação em que esteve, em alguns casos ainda está, o meio rural (OLIVEIRA, 2003; p.53).

Diante dessas discussões, não se pode deixar de destacar a grande necessidade de formação docente, específica para a atuação e atendimento das demandas emanadas do campo e também a importância de articular os saberes da experiência docente com os saberes produzidos coletivamente, considerando as diferentes áreas do conhecimento, buscando capacitar e preparar para intervir na sociedade educadores críticos e criativos para uma atuação profissional que vá além da docência de escolarização e que dê conta da gestão dos processos educativos que acontecem nas comunidades do campo e compreendendo a diversidade de forma geral.

Com todos esses entraves no processo de desenvolvimento da educação do campo, faz-se necessária a garantia de uma educação vinculada aos processos de produção local, fortalecendo o trabalho, a cultura, as formas de produção, a conquista e valorização da terra e a promoção de melhorias pela qualidade de vida e desenvolvimento da comunidade.

A educação, especialmente aquela que deve se processar na realidade do campo deve ser entendida como meio de apropriação e possibilidade de criação de conhecimentos para os indivíduos através do domínio da leitura e da escrita, inclusive, gerando um cidadão capaz de inserir-se criticamente no universo social da própria leitura e da escrita, agindo numa perspectiva transformadora (OLIVEIRA, 2003; p.102)

Por isso é importante considerar que essa educação deve ser originária e fundamentada para além de um processo de escolarização, e sim alicerçada nos movimentos sociais, que promulga por uma incansável busca por melhorias, nos fazeres dos diversificados trabalhos, na produção, no contexto familiar, nas vivências e na lida do dia a dia. Por uma democratização do acesso e permanência na escola, que apontem estratégias para o desenvolvimento das áreas do conhecimento científico articuladas aos saberes da terra, para que de fato ocorra a formação integral do homem e da mulher do campo. Como sujeitos capazes de construir soluções próprias e diligentes para a visibilidade do campo, sendo entendido como um lugar de direitos para todos os que vivem neste e deste espaço como produtores dos seus próprios conhecimentos, e de culturas, como autores da cidadania e reconhecidos como homens e mulheres de direitos.

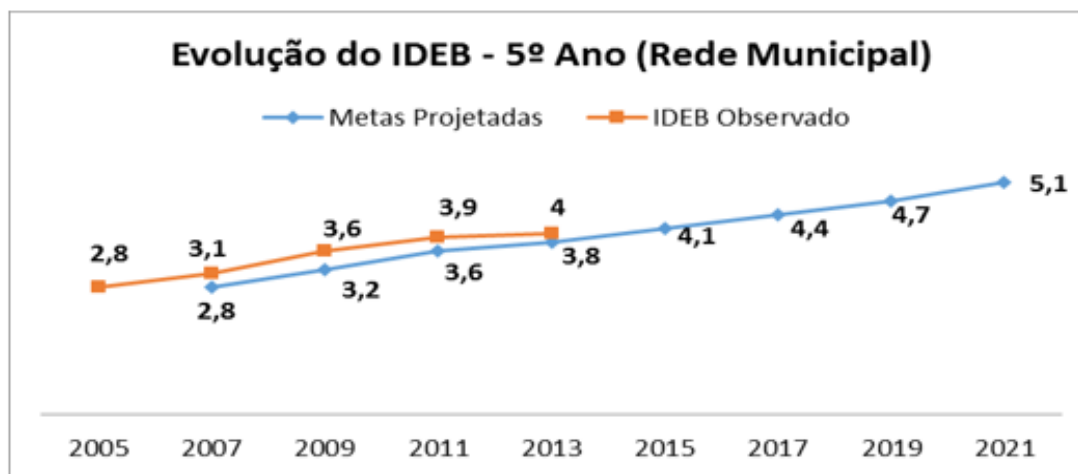
Busca-se, com isso, perpassar por um novo rumo de se pensar a formação dos professores e dos sujeitos que atuam e residem no campo, a fim de construir um olhar de compromisso, descoberta, renovação sobre esta forma de educação, sempre observando a diversidade sociocultural que há nas práticas agrícolas e de produção, compreendendo a importância que o trabalhador do campo tem em relação à sua subsistência e de sua família e dos demais atores sociais.

Contudo, as dificuldades que limitam o desenvolvimento da Educação do Campo, já mencionadas neste capítulo, também podem ser analisadas com base nos resultados mostrados pelo índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB<sup>7</sup>, em que se analisa estas questões expostas de acordo com as metas projetadas. Desta forma, observa-se tais análises nos gráficos a seguir:

---

<sup>7</sup> Destaca-se aqui que o IDEB por si só não é um referência de qualidade social, mas tomamos esses dados para algumas análises da realidade educacional de Abaetetuba.

**Gráfico 2:** IDEB do município de Abaetetuba do 5º Ano.

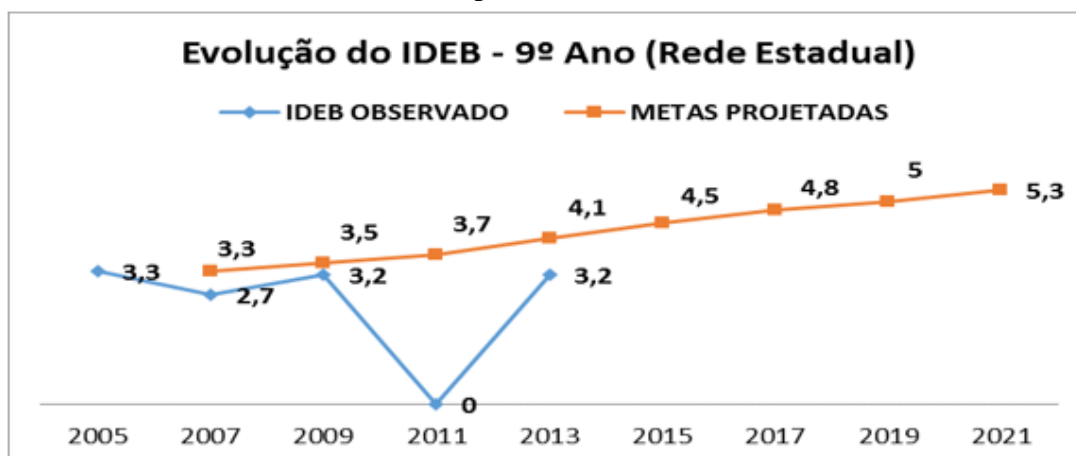


**Fonte:** INEP/2014

De acordo com a análise do gráfico 1, a rede municipal de ensino de Abaetetuba, além de alcançar a meta definida pelo INEP, em todos os anos, conseguiu ultrapassar a média almejada; mas em 2013, o aumento foi menor que em 2011, diferenciando-se dos anos anteriores, em que o aumento evidencia-se como maior e bem mais significativo; em que vem diferenciando-se dos demais municípios de toda a região, situados na região do Baixo Tocantins. No entanto, quando se analisa de uma forma mais analítica e específica os resultados que estão evidenciados no universo das escolas que estão situadas nas localidades da zona rural, é possível identificar que neste cenário infelizmente não houve maiores progressos.

Em relação a oferta do ensino fundamental anos finais é possível averiguar, inteirar e ponderar posteriores interpretações:

**Gráfico 3:** IDEB do município de Abaetetuba referente ao 9º Ano.



**Fonte:** INEP/2014.

No município de Abaetetuba, os anos iniciais do ensino fundamental que corresponde do 1º ao 5º ano, ainda são de competência da Secretaria Municipal de Educação - SEMEC, em decorrência do Regimento Unificado das Escolas da Rede Municipal, aprovado em 19/11/2009, pelo CEE. Outro fato é que sempre houve uma total resistência ao processo de municipalização, mais precisamente essa resistência é evidenciada pelos profissionais da educação da rede estadual de ensino. Já os anos finais do Ensino Fundamental, que corresponde do 6º ao 9º ano, ainda são de competência da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, mediada pela 3ª Unidade Regional – URE. Com isso, vale ressaltar que Abaetetuba é o único município da região onde ainda não ocorreu a municipalização do anos finais do ensino fundamental. Observa-se, a partir do gráfico acima, que mostra a evolução do IDEB – 9º ano, da Rede Estadual de Ensino - SEDUC, que a meta, proposta pelos indicadores, também não foi alcançada. E que no ano de 2011, excepcionalmente, a nota do IDEB desta rede, foi igual a zero. As justificativas dos representantes da Secretaria Municipal de Educação e da 3ª URE, emitidas por meio do Plano Municipal de Educação – PME, para tal situação, atribuem aos seguintes fatores:

Quanto à rede estadual, evidencia-se o declínio dos resultados, fatores que se atribuem aos períodos de aplicação da proficiência coincidirem com os movimentos grevistas, onde na maioria das escolas não se teve coeficiente de alunos necessário para a aplicação (PME, 2015, p. 55).

Percebe-se na minuta do PME, a explanação de uma justificativa sem fundamentação, compreensão e coerência em relação ao estado de greve, pois os motivos para tal mobilização, por parte da categoria dos Profissionais e Trabalhadores da Educação, é a notória necessidade da categoria se manifestar diante das situações negativas no contexto educacional; pois há de



se ressaltar, que o declínio na avaliação que diagnosticaria o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, não pode ser associado ao movimento grevista, uma vez que a luta pela qualidade da educação no município tem a participação ativa dos movimentos sociais. Outro fato é que, até mesmo o devido apoio e suportes necessários no processo de avaliação que determinavam os resultados informados pelo IDEB na região campesina, foram negligenciados por parte da gestão educacional da Rede Municipal de Ensino que neste período era responsável por este referido processo de avaliação dos índices educacionais no território de Abaetetuba.

A afirmação anterior, sobre os prejuízos da greve para a qualidade da educação, é mais uma evidência de que o poder público desconsidera a importância do processo de participação social, por meio dos movimentos sociais e sindicais, nas ações e decisões para a qualidade da educação. Levando-se ainda em consideração, a não existência de escolas da rede estadual de ensino no campo, em que, na verdade, as turmas são anexos de escolas localizadas na sede do município, posto que, as turmas do Ensino Fundamental, anos finais, e o Ensino Médio ainda são de responsabilidade da Rede Estadual de Ensino e geralmente funcionam em espaços alternativos das escolas da Rede Municipal de Ensino, na maioria das vezes de forma improvisada e visivelmente precária, e ainda, essa problemática se dá devido à falta de formação e planejamento dos professores, ausência de material didático, inadequação/inexistência de transporte escolar e, principalmente, em relação à questão da alimentação escolar. É nesse panorama que ainda está longe de ser garantida a real educação de qualidade, tal como se estabelece no Plano Municipal de Educação – PME em análise nesta produção científica.

Outro fator negativo, que dificulta o desenvolvimento educacional do campo é a questão da ausência dos profissionais da educação para desenvolver o apoio técnico pedagógico em alguns espaços escolares. “As dificuldades se apresentam tanto na ausência de um corpo técnico-administrativo da escola e na escola, quanto na ausência de um programa de formação continuada que possibilite a melhoria de suas práticas educativas” (OLIVEIRA, 2003; p.54) .

Em relação ao trabalho desenvolvido com o mencionado apoio técnico pedagógico, no universo das cento e cinquenta (150) escolas, no contexto da educação infantil, no ano de 2014, por exemplo, apenas sessenta e sete (67) escolas foram contempladas com o trabalho técnico pedagógico de um profissional da educação (pedagogo), em que, analisando a tabela a seguir, cinquenta e cinco (55) dessas escolas, na cidade, possuem um coordenador pedagógico (ou até três profissionais para acompanhar o trabalho pedagógico; um em cada horário); em

detrimento do campo, onde de fato está a grande maioria dos alunos que constituem a rede municipal de ensino, estão lotados apenas cinco (05) coordenadores nas escolas das ilhas e sete (07) nas escolas que correspondem às localidades das estradas e ramais, em um total de somente doze (12) coordenadores pedagógicos no universo das escolas do campo. Como podemos observar na tabela emitida pela Secretaria Municipal de Educação da Rede Municipal de Ensino a seguir:

**Tabela 3:** Quantitativo de Escolas que Ofertam Educação Infantil na Rede Municipal que possuem Coordenação Pedagógica – Ano de 2014.

LOCALIDADE	Nº DE ESCOLAS
<b>CIDADE</b>	55
<b>ESTRADAS E RAMAIS</b>	07
<b>ILHAS</b>	05
<b>TOTAL</b>	67

**Fonte:** Secretaria Municipal de Educação de Abaetetuba/2016

É notória a distinção das visíveis prioridades para as escolas da cidade por parte do gestão municipal em detrimento das escolas do campo, em que, muitas vezes, essa distribuição de profissionais da educação se limita a políticas de conveniência, a determinados funcionários públicos que, uma vez favorecidos pela política partidária, alegam que não possuem disponibilidade, pois exercem suas funções em dois (02), ou até mesmo três (03) municípios, ou em acúmulo de carga horária com a Rede Estadual de Ensino, e propugnam seus direitos pelo fato de serem efetivos, exigindo que a eles seja disponibilizada a carga horária de acordo com as suas possíveis disponibilidades, acontecendo desta forma a inversão valores, normas e atitudes. Com isso, determinadas escolas da cidade possuem até três (03) coordenadores pedagógicos, um em cada horário, como foi mencionado anteriormente, negligenciando a grande maioria das escolas do campo, onde de fato há uma grande escassez de coordenadores pedagógicos, nem mesmo assegurados por polo, para que venham auxiliar com o apoio técnico pedagógico no desenvolvimento das ações educacionais, no universo da comunidade escolar, mais precisamente no fazer pedagógico, diante das necessidades dos professores, que muitas vezes não possuem uma formação adequada/específica para atuar nas escolas do campo.

Em outras circunstâncias, ainda mais preocupantes, em boa parte das escolas de pequeno porte, existe somente um profissional da educação, que assume as várias funções necessárias para o funcionamento da escola. Este é intitulado como Responsável da Escola

(educador que na maioria das vezes não possui a formação superior), atuando como gestor escolar, professor e coordenador pedagógico, simultaneamente. Em decorrência disso, a decisão da gestão educacional sobre a lotação de profissionais nas escolas municipais, em especial as do campo, ocasiona certa precarização no processo de desenvolvimento da comunidade escolar. E esses foram alguns elementos que, muitas vezes, fomentaram as discussões nas conferências municipais.

Podemos observar que, ainda,

Dentro desse modelo educacional brasileiro hegemônico, a educação escolar constitui-se em um forte espaço de reprodução e produção das classes sociais e de seus conjuntos de ideologias, como ocorridas nas décadas anteriores, no qual as políticas educacionais implementadas materializam os projetos definidos e articulados pelo estado que estão afinados com o modelo de “governabilidade”, implicando a construção do conhecimento social, muitas vezes voltado, unicamente, para a produtividade econômica (OLIVEIRA, 2003; p.26).

Ou seja, os gestores públicos ainda tratam as escolas como espaço para reproduzir sua ideologia de dominação e/ou de alienação, baseada na política do débito e do favor. Isso favorece ao que Martins denominou de “cultura do favor e do débito político, por não termos clareza da existência de uma linha que separa público do privado e vice-versa” (OLIVEIRA, 2010; p.105). Deste modo, a ação do e no espaço público dos políticos brasileiros se transforma em favor, ao invés de direito. E o cidadão passa a dever um favor, graças à ação de um “político do povo”. Tal prática, é feita pelas alianças dos grupos, que assumem formas de populismo e assistencialismo governamental. Desta forma, outros debates foram sendo travados no interior das conferências. A resistência a esse modelo de dominação pode ser notada nas estratégias apresentadas no PME, entre elas podemos destacar:

ESTRATÉGIAS: 1.15- ampliar a Coordenação Técnica Pedagógica de Educação Infantil na Secretaria Municipal de Educação, para o acompanhamento da creche e pré-escola;

1.16- assegurar, a partir do primeiro ano de vigência deste PME, o Coordenador Pedagógico em todas as escolas que ofertam a Educação Infantil, admitindo-se como formação mínima para exercer esta função, a de Licenciatura em Pedagogia; (PME, 2015, p. 55).

Nestas estratégias asseguradas no PME, é perceptível que não ocorreram, de fato, as necessárias mudanças pleiteadas nas conferências como a ampliação da coordenação técnica pedagógica de educação infantil e nem a garantia do coordenador pedagógico em todas as escolas da educação infantil, muito menos a garantia da formação mínima para o exercício da função. Visto que já se passaram dois anos de vigência do Plano Municipal de Educação –

PME e a Secretaria Municipal de Educação – SEMEC ainda não concretizou as mencionadas estratégias.

A dificuldade de sintonia das políticas educacionais, que historicamente vem desconsiderando a cultura local, além das especificidades geográficas e climáticas da região, e ainda a identidade dos povos do campo, vem despertando contínuos questionamentos no que diz respeito à função da escola formal e suas interações e integrações em relação a abrangência que gira em torno dos povos que vivem no espaço do campo e que também dependem deste espaço como fonte de subsistência.

Estes questionamentos passam a surgir exatamente pela necessidade de se buscar uma alternativa por meio de projetos/programas/políticas públicas que possa garantir o acesso à permanência e à formação para o desenvolvimento social, político, educacional e sustentável, do meio em que vivem esses sujeitos, sujeitos estes, que buscam caminhar incansavelmente na direção de uma formação possível, de qualidade e adequada à sua realidade.

Na implantação destes programas não foram levadas em consideração as especificidades de cada região, ou seja, não houve estudos ou pesquisas que apontassem as reais necessidades e os problemas enfrentados por cada região a ser beneficiada. Esses programas são despejados em uma determinada região, simultânea ou sucessivamente, sem que seus efeitos sejam cientificamente avaliados (CALAZANS, 1981; p. 167).

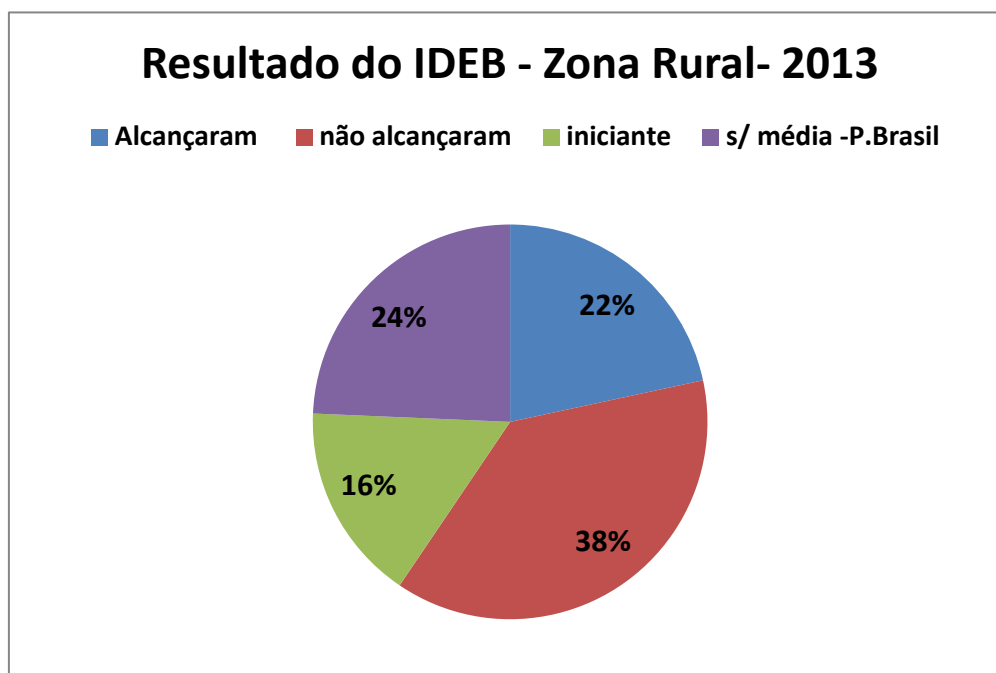
Na verdade, compreende-se que não se buscou entender de fato os reais problemas encontrados diante das peculiaridades que perpassam no contexto das regiões campestres, e outro fato é que nem foi prioridade analisar e criar estratégias que resultem na construção de novos conhecimentos.

São conhecimentos atribuídos a vivências e experiências, que possam ser integradas a uma formação mais abrangente e adaptada a realidade nata de cada localidade, e que também esteja apta a dialogar com uma educação articulada e organizada, por meio da interação entre a gestão educacional, a gestão escolar, Movimentos Sociais e a comunidade/comunidades detentoras da organização e até certo domínio das circunstâncias dos territórios. Desta maneira essa criteriosa formação estará atendendo e compreendendo a necessária dinâmica que caracteriza de forma mais expressiva e consciente a educação do campo em todas as suas dimensões.

E vale ressaltar que é nesse cenário, em que se dá mais visibilidade as necessidades especificadas no que tange as regiões menos favorecidas nas estruturas sociais, como se pode exemplificar por meio das demandas oriundas das regiões do campo. Mais uma vez, é de fundamental importância averiguar e analisar os dados dos Índices de Desenvolvimento da

Educação Básica - IDEB, para que dessa forma seja possível fundamentar de forma mais minuciosa algumas questões, que norteiam às escolas que se encontram nas regiões campestres no território Abaetetubense, e esses resultados podem ser evidenciados nos gráficos a seguir:

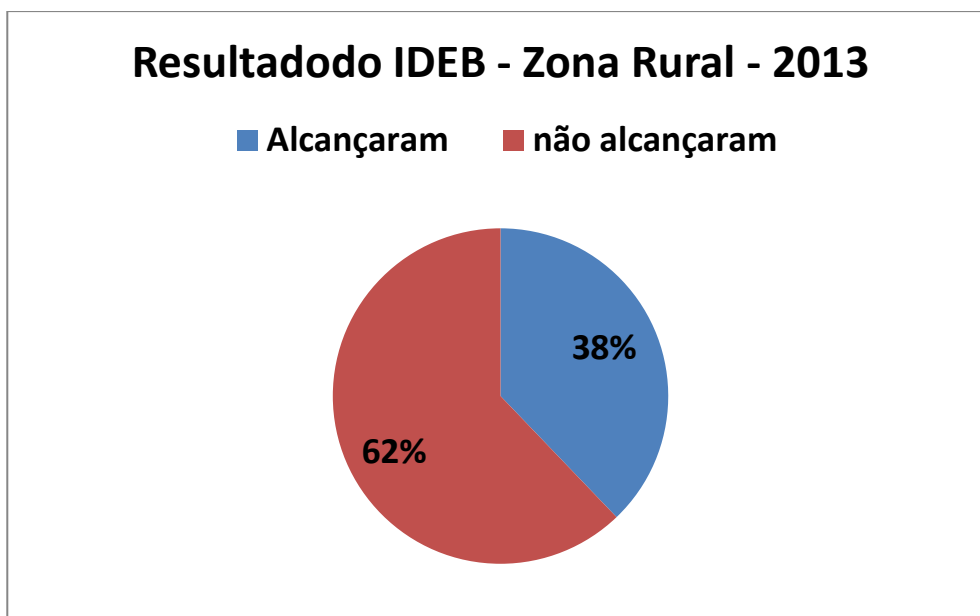
**Gráfico 3:** Resultado do IDEB – Zona Rural 2013 I



**Fonte:** IDEB, 2013

Os resultados evidenciados pelo IDEB em relação às escolas que abrangem a zona rural, no ano de 2013, da rede municipal de ensino, demonstram que no total de escolas do campo, é possível perceber que das trinta e sete (37) escolas, somente oito (08) delas alcançaram as metas projetadas para 2013 no município. Sendo que, a grande maioria apresentada no gráfico acima, que corresponde a um quantitativo de quatorze (14) escolas, não conseguiram alcançar a referida meta projetada; e as demais, nove (09) delas, estão sem média na Prova Brasil de 2013 e seis (06) caracterizam-se como escolas iniciantes. De qualquer forma, quatorze (14) escolas alcançaram e vinte e três (23) escolas não alcançaram. Mais expressivamente será possível observar as situações mediante as informações designadas no gráfico a seguir:

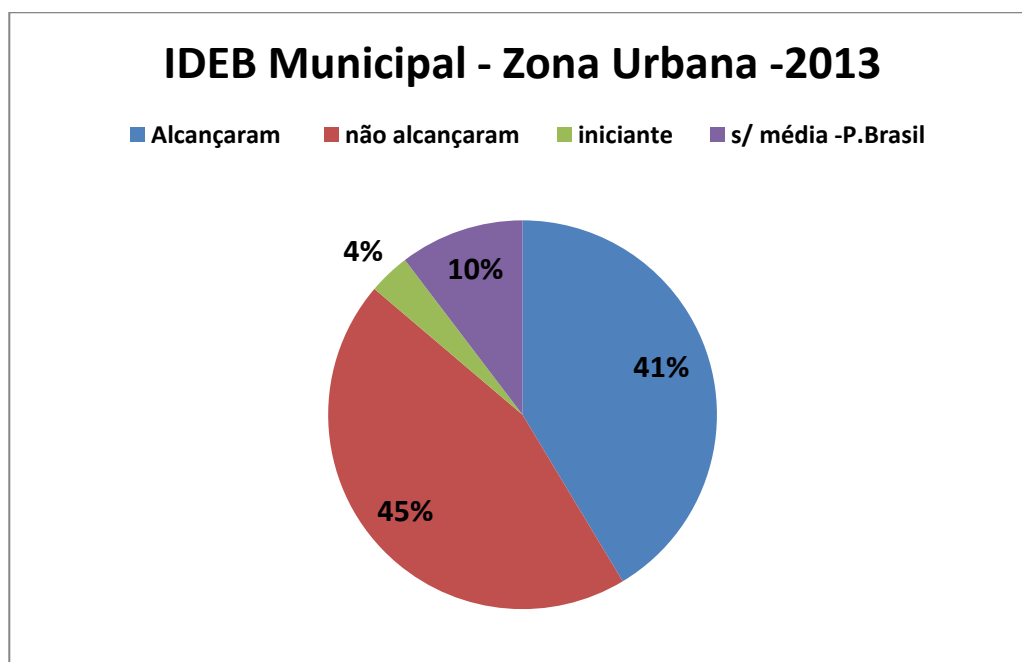
**Gráfico 4:** Resultado do IDEB – Zona Rural 2013 II



**Fonte:** IDEB, 2013

Em contraposição aos resultados da zona urbana, que são mais elevados, evidencia-se o descaso da gestão educacional, principalmente no que diz respeito à estrutura física e política de funcionamento das escolas do campo. É possível analisar a diferença nos resultados ratificados pelo IDEB da zona rural e urbana:

**Gráfico 5:** Resultado IDEB municipal – Zona Urbana 2013



**Fonte:** IDEB, 2013

No total de vinte e nove (29) escolas da zona urbana, doze (12) alcançaram as metas projetadas para 2013; e, nesta dimensão, treze (13) escolas urbanas não alcançaram; ocorrendo, aí, uma diferença muito grande na evolução dos resultados dos índices referentes aos da zona rural, inclusive em relação às escolas sem média na Prova Brasil, que correspondem a três (03); e as escolas iniciantes da zona urbana, que correspondem a uma (01) escola somente.

Nestas circunstâncias, evidencia-se que o maior número de escolas e alunos do município está instalado na região do campo, porém fica a reflexão: Por que será que a grande maioria dos funcionários está concentrada na sede do município? Novamente, questiona-se a situação da lotação de coordenadores pedagógicos, mencionados anteriormente, onde determinadas escolas da cidade são contempladas com um número excessivo de coordenadores pedagógicos, enquanto que na grande maioria das escolas do campo, não existe nenhum coordenador para mediar e direcionar as atividades pedagógicas, mesmo com um quantitativo elevado em relação ao número de alunos e à diversidade (e dificuldades) de demanda como: multissérie, multietapa, Educação de Jovens e Adultos, Ensino Fundamental dos anos finais, que ainda é de “responsabilidade da Rede Estadual de Ensino”, mas que, está atrelado às escolas da rede municipal, com os alunos do Ensino fundamental dos anos iniciais e mais os programas e projetos dinamizados na comunidade escolar, proporcionando a junção de todas estas demandas, sem nenhuma assistência técnica para orientar e organizar as atividades educacionais em geral. Ressaltando que, no geral, das escolas da rede municipal que tiveram os piores índices de desenvolvimento educacional, e esses índices educacionais infelizmente protagonizavam as demandas de alunos das escolas do campo.

Um dos motivos que muito ocasionaram estes resultados negativos, para as escolas do campo do município de Abaetetuba, ou até mesmo um certo retrocesso do processo educacional (estrutura física, formação de professores e demais trabalhadores da educação, materiais em geral, recursos humanos, etc. ) de algumas escolas, se dão principalmente, em razão das questões político-partidárias, onde determinadas escolas, que são situadas em comunidades que foram favoráveis ao processo eleitoral da gestão governamental em exercício no período da pesquisa, tiveram um auxílio maciço da gestão educacional, no que tange à estrutura, ao apoio pedagógico, a adequação do número de funcionários (que até se excede em determinados casos), de acordo com o percentual de alunos (coordenação pedagógica, gestor escolar, secretários, merendeiras, serventes, zelador, vigias, rabeiros/motoristas monitores do Mais Educação, dentre outros profissionais ou trabalhadores da educação). Segundo o departamento de ensino e coordenação de estatística,

atualmente, o documento de Portaria de Lotação da SEMEC atuante em 2017, estipula um quantitativo de alunos para a organização de turmas, de acordo com o Sistema do Educa-senso. E o que vem preocupando grandemente o processo de lotação de professores e enturmação de alunos, é o fato do número reduzido de alunos, que não consegue formar um número adequado para a composição de turmas em determinadas escolas de pequeno porte situadas na região. Situação esta, que demonstra a má divisão de recursos públicos historicamente pelos governos, em razão de não conhecer a realidade de quantitativo de alunos nas comunidades e de não ouvir a comunidade escolar e suas representatividades (movimentos sociais) para o processo de construção de escolas. E as que foram construídas ou ampliadas, estão praticamente esvaziadas, com um quantitativo de três (03), oito (08), onze (11) alunos, não chegando a quinze (15), que é o estipulado pelo sistema do Educa-senso, de acordo com as informações do Setor de Estatística da Secretaria Municipal de Educação.

O demonstrativo abaixo mostra a situação atual de determinadas escolas de pequeno porte, situadas nas estradas, ramais e ilhas de Abaetetuba. Com o processo de lotação 2017, foi diagnosticado a realidade de várias escolas, em relação ao número reduzido ou inexistência de alunos no período de enturmação e lotação de janeiro a março de 2017, sendo relevante a análise e encaminhamentos necessários por parte da SEMEC nesse contexto.

**Tabela 4:** Demonstrativo de lotação de escolas que possui um número reduzido de alunos

<b>ESCOLA/LOCALIDADE</b>	<b>Nº DE TURMA Nº DE ALUNOS</b>	<b>Etapas e Modalidades</b>
<b>EMEIF do Cujari/Ramal do Cujari</b>	<b>Nº de turma: 01 Nº de alunos: 19</b>	<b>Infant.: 03, Fund.: 16 e EJA: 0</b>
<b>EMEIF N. Sra. da Conceição/Arapiranga de Beja</b>	<b>Nº de turmas: 01 Nº de alunos: 09</b>	<b>Infant.: 02, Fund. 07 e EJA: 0</b>
<b>EMEIF São Benedito/Curupere Grande</b>	<b>Nº de turmas:01 Nº de alunos: 24</b>	<b>Infant.: 10, Fund.: 14 e EJA: 0</b>
<b>EMEIF N. Senhora de Nazaré/Curupere Grande.</b>	<b>Nº de turmas:01 Nº de alunos: 20</b>	<b>Infant.: 08 Fund.: 12 e EJA: 0</b>
<b>EMEIF Raimundo Nominando/Estrada de Beja</b>	<b>Nº de turmas: 01 Nª de alunos: 9</b>	<b>Infant.: 0 Fund.: 09 e EJA: 0</b>
<b>EMEIF São Benedito/Vila Cachaça</b>	<b>Nº de turmas: 01 Nª de alunos: 7</b>	<b>Infant.: 7, Fund.: 0 e EJA: 0</b>
<b>EMEIF Baixo Tauerá/Rio Tauera</b>	<b>Nº de turmas: 01 Nª de alunos: 12</b>	<b>Infant.: 3, Fund.: 9 e EJA: 0</b>
<b>Guadalupe/ Arapiranga de Beja</b>	<b>Nº de turmas: 01 Nª de alunos: 11</b>	<b>Infant.: 03, Fund.: 08 e EJA: 0</b>
<b>Santo Antônio/ Rio Ipanema</b>	<b>Nº de turmas: 01 Nª de alunos: 13</b>	<b>Infant.: 07, Fund.: 06 e EJA: 0</b>

**Fonte:** Coordenação de Educação do Campo – SEMEC/2017



De acordo com os relatos dos professores e gestores do campo nos GTs das conferências e as análises dos profissionais da Educação do campo, mais necessariamente no período de lotação, compreende-se que essa situação é recorrente da falta de credibilidade das escolas em relação à sua dinâmica de funcionamento e metodologia de trabalho como: a falta de compromisso e responsabilidade de determinados professores ou responsáveis, estrutura física precária, maior acesso às escolas da cidade, ocasionando, com isso, a superlotação destas e o esvaziamento das escolas do campo. Outro fato considerável, é a questão da não articulação das propostas e decisões da Gestão Educacional com as suas equipes de trabalho (coordenações) e a não garantia da mobilização para a participação social nas ações educacionais nas comunidades; neste caso, a questão da construção de escolas, sem planejamento, uma vez que foram construídas escolas grandiosas em determinadas localidades, com um número pequeno de alunos em idade escolar; já em outras, com um quantitativo significativo de alunos, poucas escolas com espaços adequados para acomodá-los.

Vale acentuar que, diante deste quadro demonstrativo, é necessário que a gestão educacional, juntamente com o Conselho Municipal de Educação, Fórum Municipal de Educação e outras entidades envolvidas, possam estar tomando os seguintes encaminhamentos: averiguando a possibilidade de remanejamento dos alunos; disponibilizando transporte escolar com monitor, ou outras providências necessárias, de acordo com o que tange a resolução nº 2, de 28 de abril de 2008, que estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da educação básica do campo; de acordo com o Art. 3º: A educação infantil e os anos iniciais do ensino fundamental serão sempre oferecidos nas próprias comunidades rurais, evitando-se os processos de nucleação de escolas e de deslocamento das crianças; considerando o § 2º: Em nenhuma hipótese serão agrupadas em uma mesma turma crianças de educação infantil com crianças do ensino fundamental; bem como o Art. 4º: Quando os anos iniciais do ensino fundamental não puderem ser oferecidos nas próprias comunidades das crianças, a nucleação rural levará em conta a participação das comunidades interessadas na definição do local, bem como as possibilidades de percurso a pé pelos alunos, na menor distância a ser percorrida; e, por fim, Parágrafo único: Quando se fizer necessária a adoção do transporte escolar, devem ser considerados o menor tempo possível no percurso residência-escola e garantia de transporte das crianças do campo para o campo (BRASIL, Res. 02, 2008).

Ressalta-se nesse contexto, de acordo com informações da Coordenação de Educação do Campo da SEMEC que algumas providências foram tomadas em 2017 por meio de reuniões com as comunidades das referidas localidades e movimentos sociais locais.

A educação no município de Abaetetuba não obteve um desempenho satisfatório no IDEB observado de 2011 a 2013, apesar do apoio pedagógico e estrutural, viabilizados pelas adesões dos programas do Governo Federal, bem como os projetos elaborados na Secretaria de Educação com ou sem as parcerias estabelecidas com outras instituições. Isso pode ser observado nos dados apresentados:

No que se refere aos programas do Governo Federal, muitas foram as oportunidades ofertadas em meados de 2008 a 2016. Vale sublinhar que Abaetetuba fez a adesão de um grande quantitativo de programas e projetos em geral nesse referido período, em que é possível exemplificar com os mais relevantes, para obter uma elevação da escolaridade dos alunos no município, fazendo com que os índices de desenvolvimento da educação pudessem se elevar significativamente, em comparação aos resultados de 2007 a 2011, bem como as comparações feitas em relação aos resultados de outros municípios no período mencionado. Nessa sequência, é possível exemplificar os programas a seguir, como: PDDE – Campo, PDE – Escola, Mais Educação, Pacto pela Alfabetização na Idade Certa – PINAIC, Programa Brasil Alfabetizado – BRALF, PROJOVEM Campo – Saberes da Terra, dentre outros, além das parcerias com a Polícia Militar, por meio do Projeto: Justiça para quem precisa, PROERD, o Fórum com o projeto Inocência Roubada, o CEU, o Núcleo de Produção de Arte e Ciências – NUPAC, Professor Cuidador, etc.

Não se pode deixar de mencionar o que foi muito debatido e questionado nas conferências, em relação à precariedade dos espaços escolares, principalmente os quais estão localizados nas regiões ribeirinhas. A dificuldade de acesso e o descaso evidenciados nas imagens abaixo, decorrem do IDEB analisado de 2007 a 2011, em que é possível averiguar em uma das escolas do campo de Abaetetuba, usada para exemplificar tais questionamentos, conforme o Dossiê 2012 da Coordenação de Educação do Campo da SEMEC.

A imagem mostra a visita da Coordenação de Educação do Campo – SEMEC à Escola Santo Antônio, no rio Moju-mirim, realizada no dia vinte e três (23) de setembro de 2011, que teve como objetivo informar e orientar a comunidade escolar quanto à aplicação do recurso financeiro PDE-Escola (Plano de Desenvolvimento da Escola). A referida escola está construída em um terreno de, aproximadamente, trezentos e vinte (320) m de frente, por quinhentos e oitenta (580) m de fundos, que não é delimitado por cerca ou muro.

**Figura 3:** Escola Santo Antônio no rio Moju-mirim.



**Fonte:** Coordenação de Educação do Campo – SEMEC/2011.

Segundo o relatório da Coordenação da Educação do Campo, a equipe iniciou dando as boas vindas e agradecendo à comunidade local por estar presente. Enfatizou a importância da participação coletiva nas decisões da instituição escolar e informou que o PDE – Escola é um Programa do Governo Federal, voltado para o aperfeiçoamento da Gestão Escolar Democrática e Inclusiva, que busca auxiliar a escola, por meio de uma ferramenta de planejamento estratégico disponível no SIMEC, a identificar seus principais desafios e, a partir daí, desenvolver e implementar ações que melhorem os seus resultados, oferecendo apoio técnico e financeiro. Enfatiza que a metodologia desenvolve-se em três etapas: Diagnóstico da Escola; Síntese do Diagnóstico da Escola; Plano de Ação da Escola. (Dossiê da Coordenação de Educação do Campo – SEMEC, 2011).

A Escola Santo Antônio obteve baixo índice de desenvolvimento na avaliação do IDEB, sendo contemplada com um recurso financeiro de R\$12.000,00 para ser utilizado seguindo alguns critérios, direcionados em custeio (R\$8.400,00) e capital (R\$3.600,00), de acordo com as necessidades e/ou prioridades elencadas e definidas em conjunto com a comunidade escolar, em função da melhoria da qualidade do ensino e elevação do índice de aprendizagem dos alunos. Segundo a diretora, a comunidade evidenciou estes problemas a seguir, como os mais graves:

1 - A **ponte** de acesso à escola precisa ser reconstruída, porque é antiga e sua estrutura de madeira oferece risco de acidente a quem precisa adentrar na escola.

**Figura 4:** Ponte da Escola Santo Antônio no rio Moju-mirim.



**Fonte:** Coordenação de Educação do Campo – SEMEC/2011.

2 - O **banheiro** está interditado e não tem mais a mínima condição de uso pela comunidade escolar.

**Figura 5:** Banheiro da Escola Santo Antônio no rio Moju-miri



**Fonte:** Coordenação de Educação do Campo – SEMEC/2011.

**3 - A pintura** necessita ser renovada em todos os ambientes.

**Figura 6:** Interior da Escola Santo Antônio no rio Moju-mirim.



**Fonte:** Coordenação de Educação do Campo – SEMEC/2011

**4 - A construção de um portão** no corredor, como segurança, evitando a passagem de estranhos pelo interior da escola, principalmente nos finais de semana.

**Figura 7:** Corredor da Escola Santo Antônio no rio Moju-mirim.



**Fonte:** Coordenação de Educação do Campo – SEMEC/2011

Seu quadro funcional é composto pela diretora, que também atua como professora, e mais duas professoras, atuando nas seguintes turmas: 1º e 2º ano/9; 3ª e 4ª série + 3º ano; e I e II período da Educação Infantil, duas no turno da manhã e uma à tarde, perfazendo um total de 49 alunos; tendo, também no quadro funcional da escola, uma servente. Nestas circunstâncias, observa-se a ausência de um zelador/auxiliar de vigilância na escola.

**Figura 8:** Interior da Escola Santo Antônio no rio Moju-mirim.



**Fonte:** Coordenação de Educação do Campo – SEMEC/2011

As duas salas de aula são separadas por divisórias, oferecendo um espaço razoável, mas a “sala” da Educação Infantil é um cubículo (talvez de 02mx03m), totalmente inadequada para o desenvolvimento das atividades necessárias ao desenvolvimento de crianças exatamente na fase da infância, e ainda fica ao lado da cozinha que também é copa, depósito, secretaria e sala dos professores simultaneamente.

Visivelmente percebe-se que o fogão industrial e a geladeira necessitam de maiores reparos, as portas não possuem nenhum tipo de fechaduras, além dos demais equipamentos e mobiliários perceptivelmente depredados.

A água (de poço) é proveniente da caixa d’água de uma moradora vizinha do prédio escolar, sendo uma água designada para o uso geral. Para o consumo especificamente humano da comunidade escolar, a água é somente coada; e algumas vezes, recebe hipoclorito, ficando armazenada em garrafa térmica para uso de todos. Outra situação desfavorável é que o poço fica próximo à fossa, correndo risco de contaminação. E também neste cenário mostrado, não há local adequado para a conservação de alimentos perecíveis, ficando esses alimentos

guardados na Escola 15 de Agosto, escola esta que situa-se nas mediações da escola em análise (Santo Antônio). Já na figura seguinte é possível analisar que:

**Figura 9:** Escola Santo Antônio no rio Moju-miri.



**Fonte:** Coordenação de Educação do Campo – SEMEC/2011

Na entrada da escola (na frente) foi improvisado o refeitório para os alunos, com uma mesa grande e dois bancos compridos. Não há professor e nem área para atividades físicas.

Observa-se a precariedade nas escolas do campo, que, infelizmente nesse período ainda se constituía como fato. Atualmente, este quadro teve uma significativa melhora, porém, ainda, o quadro anterior teve influência no Índice de Desenvolvimento de Educação – IDEB. Neste sentido, novamente é enfatizada a importância de uma prática pedagógica que respeite os sujeitos e os saberes locais para, desta forma, despertar o interesse, a interação social e a construção de novos conhecimentos, promovendo, assim, a transformação social pelos próprios cidadãos do campo através da educação.

Frente a essa realidade, o desafio posto tem sido pensar em uma educação do campo, em uma escola do campo, que visualize as mudanças sociais e consiga acompanhá-las; ao mesmo tempo em que possibilite a formação humana crítica, vinculando o saber universal às experiências de vida dos (as) educandos (as), para que se tornem sujeitos participativos, dialógicos, humanizados e capazes de estabelecer os alicerces de uma nova educação do campo.

### 3.3 AS CONTRIBUIÇÕES CULTURAIS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO NA IMPLEMENTAÇÃO DE PROCESSOS POLÍTICOS E DE PARTICIPAÇÃO

As muitas vozes culturais dos povos do campo podem sofrer mudanças ao se encontrarem em meio a culturas dominantes, mas as linguagens que deram origem a elas podem continuar a existir por meio das relações sociais. Geralmente, as culturas que se caracterizam como dominadoras, ao longo do tempo, buscam constantemente o seu crescimento, principalmente diante da atual tecnologia que se alastra nas sociedades em geral. No entanto, existe resistência quanto à identidade cultural de determinados povos, diante deste processo de globalização. Podemos considerar em,

(...) a cultura não é um mero reflexo dos outros aspectos da sociedade, não é um espelho amorfo. Na dimensão cultural é sempre possível intervir e propor alterações nas condições de existência da sociedade. As manifestações culturais não podem ser totalmente reduzidas às relações sociais de que é produto. Elas também têm sua dinâmica própria. A cultura é criativa (SANTOS, 1996; p. 56).

O processo de globalização tem tudo a ver com aculturação, a qual é resultado do envolvimento de muitas sociedades, absorvendo outras culturas e, assim, novos hábitos e mecanismos culturais surgem numa linguagem diferenciada. Canclini (1997), possibilita-nos interpretar que, de certa forma, a desconstrução da identidade também está relacionada ao advento do rádio, segundo sua visão este instrumento de comunicação passou a influenciar os hábitos e os modismos na cidade e em outros meios sociais, dialogando e confrontando uma identidade com as demais identidades e dando espaço à construção de outras identidades. Para ele, a identidade hoje é "poliglota, multiétnica, migrante, feita com elementos mesclados de várias culturas" (p.54).

No interior do discurso do consumismo global, as diferenças e as distinções culturais, que até então definiam a identidade, ficam reduzidas a uma espécie de língua franca internacional ou de moeda global, em termos das quais todas as tradições específicas e todas as diferentes identidades podem ser traduzidas. Este fenômeno é conhecido como "homogeneização cultural" (HALL, 2006; p. 37).

No entanto, as manifestações populares vêm ganhando novas experiências, deixando muitas vezes, as experiências tradicionais ficarem à mercê das próprias vivências sociais do povo; ou seja, se acaso a população deixe de trocar conhecimentos e transmitir as linguagens culturais, historicamente produzidas por ela, surge então uma ameaça às práticas culturais. O autor ressalta, também, a ideia de que popular é aquilo que é caduco, ultrapassado. Observa-se, então, neste contexto, um descaso histórico com o saber popular na grande maioria das culturas. De acordo com Arantes (2006), existe a ideia de que tudo o que é popular aparenta



algo que não merece crédito e nem apreço, somente porque veio do povo, caracterizando-se, assim, como manifestações “ingênuas, de mau gosto, indigestas, ineficazes, erradas, anacrônicas ou, benevolmente, pitorescas” (ARANTES, 2006, p. 13).

No que diz respeito à propagação do que concerne à cultura, é importante salientar seu reconhecimento no campo das atividades de toda a natureza, bem como entender que existem culturas e não somente contemplar a denominação de cultura, de forma fragmentada ou única. Convém citarmos que a cultura e as culturas devem ser vistas por diferentes olhares, objetivando verificar, por exemplo, que cada região tem sua especificidade cultural e que cada povo tem seus modos e meios de vida.

As múltiplas linguagens surgem justamente nesse contexto diversificado das relações sociais e humanas. No município de Abaetetuba, por exemplo, muitas são as diferenças dialetais, de cada ilha, estrada ou ramal, bem como os modos de produção, questões geográficas e as distinções de costumes, cultura e principalmente no que concernem às identidades. Stuart Hall enfatiza que “a identidade do sujeito é construída pelos diversos elementos culturais em torno desse sujeito. A identidade não pode ser vista como única; muito pelo contrário, elas são identidades, e essas identidades são descentradas” (2003; p. 42).

Os Movimentos Sociais do Campo e suas relações sociais e culturais com toda a sociedade civil, com o governo, o território, as instituições de ensino e pesquisa e a comunidade em geral os fazem distinguir-se, perceber-se em identidades distintivas. Participam cada qual com suas especificidades, suas linguagens, dando visibilidade às suas falas e expressões, despertando reflexões e inquietações no que diz respeito às suas reivindicações.

A expressão “Um por todos e todos por um” não é artificial, muito pelo contrário, ela é vivenciada no contexto comunitário, através dos mutirões e emancipada após seu fortalecimento na vivência.

(...) direcionou meu olhar para os percursos dos atores que se deslocavam de suas comunidades, representando uma região ou um grupo de comunidades. Observei que esses homens e mulheres traziam às reuniões demandas e sonhos: a terra para trabalhar e a energia elétrica para iluminar as noites e mover os motores na labuta do campo, a educação e a saúde para os filhos, a estrada e as pontes para levar o produto do trabalho à cidade ou para adquirir alimento e os bens que não produzem. Buscavam a palavra, falavam e eram vistos. E levantam os braços para aprovar propostas e ações governamentais que vinham ao encontro de suas necessidades. Encenava-se, assim, a participação popular no âmbito das políticas governamentais. (PEREIRA, 2006; p. 117).

Adentrar nesta participação, não é simplesmente estar ali por estar ou por simplesmente representar-se, muito pelo contrário, é fazer parte de um processo de construção

coletiva, no desenrolar dos problemas sociais que perpassam por gerações. É buscar viver a democracia e ser incluso ao propugnar o que de fato e de direito, é do povo. Nestas reflexões, a participação popular caracteriza-se como agente de grande influência, por meio de suas contribuições relevantes nos processos construtivos para uma eficiente e inovadora forma de fazer política.

Seu compromisso como profissional, sem dúvida, pode dicotomizar-se de seu compromisso original de homem. O compromisso como um que fazer radical e totalizado, repele as racionalizações. Não posso nas 2as feiras assumir compromisso como homem, para as 3as feiras assumi-lo como profissional. Uma vez que “profissional” é atributo de homem, não posso, quando exerço um que fazer atributivo, negar o sentido profundo do que fazer substantivo e original. Quanto mais me capacito como profissional, quanto mais sistematizo minhas experiências, quanto mais me utilizo do patrimônio cultural, que é patrimônio de todos e ao qual todos devem servir, mais aumenta minha responsabilidade com os homens. (FREIRE, 2006; p. 10).

O compromisso e a responsabilidade com o social perpassam por diversos segmentos, e a parte mais relevante é a educação, que instrui, com maestria, o ato de participar das proposições coletivas, ao se desdobrar de acordo com o interesse do homem pelo bem comum.

Os conhecimentos do senso comum enunciados na vida cotidiana fazem parte das falas culturais, propagadas pelos sujeitos sociais. Essa é razão pelas quais homens e mulheres praticam culturas. A força da participação popular pode continuar nas sociedades e isso vem a ser observada nas evidências traçadas por Sarlo (1997), em “O novo não nega o anterior” e que, presente e futuro caminham intercalados, um nasce do outro. Isto coloca em evidência que a força do povo pode fortalecer ou enfraquecer uma ou mais culturas. Ressalta-se que as manifestações culturais têm suas raízes históricas relacionadas a cada região, realidade e sociedade.

De certo modo, é preciso refletir sobre a garantia de que cada cultura se perceba em meio a outras culturas, ponderando, assim, sobre a possibilidade de tornar possível identificar o tipo de identidade cultural que as sociedades possuem. Enfim, devemos analisar os pontos convergentes e diferentes das distintas culturas, a partir de suas múltiplas linguagens; isto significa praticar comunicação e pensar que civilização e cultura caminham juntas, e tudo isso por conta da produção de conhecimentos culturais.

Considerando, pois, a cultura, como capaz de abarcar “modos de vida global”, vida que, no acréscimo de Thompson, representa sempre uma luta, que é de classe e se dá também no campo dos valores e dos interesses, porque pessoas “experimentam” suas vivências, situações e relações produtivas como necessidades e interesse, mas também como antagonismo, tratam essa “experiência” em sua consciência e sua cultura das mais complexas maneiras. Os seres humanos estão constantemente engajados em refletir sobre sua própria “experiência”, bem como a dos outros e

assim cresce sua compreensão da vida social, sua cultura, enfim, ainda que não apenas dela (FENELON, 1993; p. 90).

Portanto, o homem consegue se adaptar, culturalmente, dentro de diversas culturas; e isso ocorre por conta do mesmo ter a capacidade de criar e recriar. Santos (1996), comenta que muitas tradições culturais passaram a ser consideradas retrogradadas, atrasadas, por conta da não aceitação de diferentes culturas. Porém, essa determinação pode ser contestada. No caso da discussão foco deste trabalho, frisamos que a riqueza de conhecimentos culturais e a participação social manifestada pela linguagem encontram-se situadas dentro de um campo de muitas descobertas. Para tanto, é válido citarmos que preservar ou acompanhar as mudanças culturais de uma determinada sociedade corresponde à necessidade de valorizar as riquezas de muitos povos, pois, só assim, serão preservadas e propagadas as riquezas culturais estabelecidas há décadas.

Decerto, ao serem vivenciadas pelo povo, as vozes acabam por serem transformadas em lutas populares, caminham com as heranças culturais movidas pela negação de direitos. Malinowski (1984), afirma que os movimentos são motivados, muitas vezes, pela angústia diante de um ambiente conflituoso, ou mesmo individualmente, em que o sujeito passa por desafios e busca, diante dos mistérios impenetráveis, melhores condições de vida.

(...) as formas são também não racionais; não apelam pela “razão” por meio do panfleto ou do sermão ou do palanque do orador. Elas impõem uma variedade de sanções pela força, o ridículo, a vergonha, a intimidação. Mas o conteúdo ou o significado desta cultura não podem ser qualificados facilmente de conservadores, porque na realidade social o trabalho se libera cada vez mais, década após década dos controles senhoriais, paternais das paróquias e da corporação, distanciando-se da dependência direta em que ficavam, a princípio, os clientes da gentry. Em consequência, temos uma cultura costumeira que não está sujeita, em seu funcionamento cotidiano, ao domínio ideológico dos governantes (THOMPSON, 1998, p. 19).

Fica evidente a confirmação do autor, ao relatar que a cultura popular se caracteriza como rebelde, e isso se dá, necessariamente, em razão de se manter a defesa dos costumes. Observamos, neste sentido, que a cultura é uma união de questões ligadas aos diferentes recursos que estabelecem relações com o escrito e com o oral, em interações entre o dominante e o dominado. Ela se caracteriza como um movimento e se encontra em constante andamento. Assim, dentre as múltiplas realidades evidenciadas pelas representatividades dos movimentos sociais do campo, manifestadas de forma oral, nos inéditos e valiosos debates ocorridos na construção de propostas educacionais asseguradas, implementadas ou criadas nas metas escritas no Plano Municipal de Educação do Município de Abaetetuba, plano este que terá dez anos de vigência, independentemente de governo, tornam-se momentos históricos e

de grande relevância nos aspectos educacionais, sociais e políticos, na atual sociedade abaetetubense.

São construções participativas, que terão como pressupostos o pensar o conjunto da sociedade, para a melhoria das futuras gerações, através do compromisso e da responsabilidade com a educação, fundada na participação dos sujeitos sociais, comprometidos com o coletivo. E que se fizeram valer na presença de “patrícios” da atualidade. No entanto, esta participação deve ser mais analisada, para assim verificar sua veracidade e eficácia; é de fundamental importância entender os desdobramentos que se fizeram engendrar a participação dos movimentos sociais que têm a participação como ferramenta para contrapor-se como mobilização contra as mazelas que se estendem, ao longo dos tempos, nas regiões do campo, na Amazônia paraense.

É sabido que as relações sociais, nos espaços de construção de políticas públicas, perpassam, muitas vezes, por várias tensões e conflitos, principalmente entre as diferenciadas demandas, mais precisamente em relação à diversidade social e cultural, ocasionando, com isso, constantes debates, entraves e, até mesmo, retrocessos no desenvolvimento destas construções. E no que diz respeito às discussões e ações coletivas e interativas entre estado e sociedade civil, pode-se evidenciar que “a construção histórica destas relações, no sentido de que elas são objeto da política e, portanto transformáveis pela ação política” (DAGNINO, 2002, p. 281).

A cultura dos povos do campo ainda é considerada por algumas pessoas sem conhecimento de causa, como algo sem muita importância, porém a cada momento ocorrido nas discussões, esta cultura se fortalece na forma de poder, uma vez que as pessoas se envolvem afetivamente com a construção das políticas públicas e na defesa do espaço democrático.

São saberes produzidos pelas populações do campo, muitas vezes despercebidos, porém, com a participação dos movimentos sociais, esses saberes foram sendo fortalecidos, e os conhecimentos desses povos foram implementados no Plano Municipal de Educação que irá nortear o território. Na visão da grande maioria dos representantes dos movimentos sociais do campo, uma das contribuições que foi mais marcante no PME, foi a própria participação dos Movimentos Sociais nas ações educacionais no município, assinalando, desta forma, sua autonomia referente às experiências e vivências nas construções coletivas para o desenvolvimento da educação.

Nesse caminho, podemos evidenciar outras contribuições dos movimentos sociais do campo, a exemplo, a implementação da Meta 5, já citada, bem como as estratégias educacionais na construção do Plano Municipal de Educação.

O presidente da Casa Familiar Rural<sup>8</sup> de Abaetetuba, menciona sobre a importância da garantia da Coordenação de Educação do Campo na Secretaria Municipal de Educação, nas estratégias do PME, além de outras conquistas asseguradas para serem desenvolvidas em curto, médio e longo prazo, nas estratégias do PME, e, ressalta, também, a importância das especificidades que esta coordenação implementa para as escolas do campo:

Uma das coisas que eu mais gostei foi a garantia do direito ao transporte escolar para a grande maioria das escolas do campo, porque não tinha isso para todas as escolas; E também a discussão sobre a organização e autorização do Conselho Municipal de Educação; a organização dos Conselhos Escolares para algumas escolas que ainda não tinham.... como, por exemplo, a Escola Maximiano, do Murutinga, nenhuma dessas escolas tinham a autorização.....escolas, que não tem convênio ou programas dimensionados na própria instituição e agora algumas atendem isso, elas geralmente são anexas as outras escolas, por isso foi uma conquista. Foi também muito importante a conquista do concurso público. (Entrevistado MARTINS, 2017).

E ainda continua a citar outras contribuições dos movimentos sociais do campo, que se consolidaram em estratégias articuladas à referida meta cinco (05), que precede a educação do campo no município.

Tem a questão da EJA, e agora ficou na discussão que poderia ser no turno diurno e também por polo, ou assim como acontece aqui na Casa Familiar Rural, com a Pedagogia da Alternância, em fim os alunos iriam para uma escola, se unir para encaminhar o trabalho, não ficando preso nessa EJA adormecida, que tinha até quatro, cinco alunos na sala de aula. Começa com 20, 30 e depois vai esvaziando, ou mesmo nem se vê o ano todo a cara de aluno matriculado. (entrevistado MARTINS, 2017).

Ao se referir à questão da dinâmica de funcionamento da EJA no turno diurno, é importante compreender que na região, culturalmente, a EJA é ofertada no horário da noite, devido a várias circunstâncias no cenário educacional, entre elas, o fato da maioria desses alunos que frequentam a EJA, trabalharem durante o dia.

De acordo com as discussões que ocorreram nos grupos de trabalho e evidenciados nas conferências, muitas são as dificuldades encontradas nessa modalidade, principalmente em

---

<sup>8</sup> No Brasil, as propostas em torno da implantação das Casas Familiares Rurais datam de 1984, onde se localizam as primeiras iniciativas no sentido de consolidar-se um programa de educação para os jovens<sup>18</sup> do meio rural, que ao mesmo tempo em que possibilitassem uma formação geral e que pudesse complementar essa, com a formação prático-teórica que viesse colaborar para a intervenção desses jovens em suas realidades locais (OLIVEIRA, 2003; p.33).

relação a adultos, idosos e deficientes, no campo; como, travessias e percursos de rios ou igarapés, estradas, ramais na escuridão da noite, visto que no campo há escassez de energia elétrica e não existe iluminação pública; somando-se a isso, há também as dificuldades de visão de determinados alunos e mais as deficiências variadas de outros que impedem a permanência dos educandos na escola.

Estas afirmações podem ser fundamentadas no que descreve a Meta 4 do PME de Abaetetuba, que trata da Educação especial por meio da estratégia do item 4.32 – em ampliar a oferta da EJA no turno diurno, nas redes municipal e estadual de ensino (PME, 2015).

É preciso conhecer o quantitativo de demandas da Educação de Jovens e Adultos – EJA, que correspondem a cada comunidade, evidenciando os polos. Isto posto, será possível desenvolver dinâmicas que possam atender os agricultores (as) familiares/ou assalariados (as) rurais. A EJA se caracteriza como uma demanda “problemática” na avaliação dos índices de desenvolvimento da educação para as escolas no município, uma das razões desta dificuldade estão evidenciadas na fala do entrevistado, pois de acordo com a vivência do mesmo, como sujeito do campo, na localidade do Pau da Isca, e suas experiências adquiridas no seu polo de trabalho, ele traz a discussão, em:

Se juntar mais turmas para poder funcionar uma turma ou mais, a exemplo da casa familiar Rural, e do Projovem Campo Saberes da Terra, que foi uma dinâmica e metodologia da EJA que deu certo em Abaetetuba, por meio da Pedagogia da Alternância (Entrevistado MARTINS, 2017).

No que se observa sobre a enunciação do entrevistado, sobre: - juntar mais turmas - , não dimensiona a questão da nucleação de escola; esse fato se estende na atuação, por exemplo, do Projovem – Campo Saberes da Terra, quando seu funcionamento ocorreu na sede do município, devido a cada comunidade ter um número reduzido de alunos; cada uma com seis, dois, oito, enfim, foi necessário juntar grupos para concretizar turmas, e o bom funcionamento das mesmas, por meio de uma coordenação pedagógica, número de educadores suficientes e atuantes por disciplinas específicas em turmas, alimentação escolar adequada, regionalizada e suficiente, material didático, atendimento aos filhos dos educandos, por meio do Projeto Sementinhas do Saber, dentre outros atrativos que dinamizava a Pedagogia da alternância em: Tempo-Escola (TE) dos alunos, no sábado, em tempo integral e o domingo, com atividades especiais; e o Tempo-Comunidade (TC), com atividades de qualificação profissional na comunidade, com o devido acompanhamento do técnico agrícola no desenvolvimento dos projetos agroecológicos (criação de pato, galinha, peixes em gaiolas flutuantes, horta comunitária e plantio de mandioca com tecnologia). Já na CFR, a casa atende

em regime de alternância, funcionando em tempo integral, por um período de uma semana (TE), e nos demais dias do mês, os educandos retornam para as suas residências e locais de trabalho, desenvolvendo o tempo comunidade (TC), nas diversas localidades do território com acesso à comunidade do Pau-da-Isca.

No caso do Projovem campo, ocorreu uma primeira e única experiência. Então isso é uma conquista, porque o programa ocorreu com demandas da EJA e do campo, atendendo, de forma inédita, uma demanda de duzentos e vinte e cinco (225) alunos, nos anos finais do ensino fundamental; sendo que Abaetetuba atende somente os anos iniciais do ensino fundamental, quebrando uma hegemonia que atrasa o desenvolvimento educacional. Então, o processo de municipalização, de toda e qualquer forma, se iniciou no campo. Além de que, a Rede Municipal de Ensino oportunizou a uma grande demanda de alunos da Educação de Jovens e Adultos do Campo o acesso, a permanência e o sucesso escolar, por meio de uma dinâmica de trabalho que deu certo (Pedagogia da Alternância). O município possibilitou, desta forma, a inclusão social, a escolarização e a qualificação profissional a esses educandos que não tinham como, nem onde estudar, segundo os seus anseios no trabalho e situações da vida familiar, cultural, econômica e outros entraves que os excluía da escola.

Na oferta de turmas na Casa Familiar Rural, localizada na comunidade Pau-da-Isca, segundo o relato do entrevistado Cardoso, muitos alunos não têm como conciliar estudo e trabalho, simultaneamente, em suas comunidades. Não era possível o aluno deixar a família e se deslocar para a escola, ou, muito menos, ir para o trabalho na agricultura familiar ou para as empresas e estudar. Desta forma, não havia a oportunidade de estudo; então, a exemplo da implementação da casa familiar rural, foram contempladas três comunidades próximas do Pau-da-Isca, sendo possível, assim, encaminhar o trabalho de escolarização, inclusão social e de qualificação profissional aos jovens e adultos trabalhadores do campo.

### **3.4 CONCEPÇÕES DA EDUCAÇÃO DO CAMPO COMO UM MOVIMENTO SOCIAL**

Durante a pesquisa e os momentos de discussões na construção do Plano Municipal de Educação, percebi o interesse dos profissionais da educação em entender cada vez mais as concepções da educação do campo. E essas inquietações, por parte da categoria de professores participes na construção do plano, se articulavam também no entendimento sobre os movimentos sociais e o papel destes em relação à sociedade. E nesta perspectiva, os representantes dos movimentos sociais do campo expressavam as suas percepções a respeito

da integração da educação do campo com os movimentos sociais, evidenciando que houve uma ampla discussão; o que pode ser percebido na entrevista a seguir:

Sim, a educação do campo é um Movimento Social! Até porque a educação do campo hoje, ela trava a luta aí, junto com os movimentos sociais pelos direitos, né, como, por uma educação melhor, um direito por uma educação que historicamente foi negada. Então, o que nos fortalece como Educação do Campo são essas organizações do coletivo. Então a gente se firma aí, são todos os movimentos sociais que nos fortalece, por exemplo a nível Estadual que nós temos aí o FIPEC, que puxa as outras organizações a nível de município e onde cada município também traz as suas bases de movimento. É esse conjunto de movimento dinâmico que faz a Educação do campo, então torna-se mais visualizado, mais articulado e mais mobilizado na luta pela garantia de direitos, principalmente o direito à educação. E a educação a gente pode entender aqui, não somente a educação escolarizada mas uma educação que se estende para melhoria da condição de vida, melhoria de trabalho, melhoria da produção e também da cultura desse povo (Entrevistada CARDOSO, 2017).

A coordenadora do Fórum municipal de Educação, do município de Abaetetuba, expressa as suas concepções sobre a integração dos movimentos sociais com a educação do campo, firmando o entendimento de que a Educação do Campo é um pouco mais; é um movimento social que se organiza e busca desenvolver seus interesses, propugnando intervenções em seu meio para o bem comum, não se resumindo a um mero processo de escolarização.

A educação do campo para mim, isso deixa bem claro, que educação do campo vai além do que uma simples educação fechada na escola; ela é a formação de toda uma organização, é toda uma ação, uma participação; e tudo isso dá a entender que a educação do campo é um movimento social, é possível compreender ela como uma formação e informação. Sim! Porque os indivíduos que lá nascem, ali naquela localidade que crescem e ficam ali, vêm de uma situação complicada, por exemplo, apesar da nossa localidade hoje não ser tão diferente da cidade, porque, por exemplo, tem internet no nosso Pau-da-Isca. Embora as pessoas de lá, muita das vezes, não saibam usar uma senha no banco com o cartão magnético, como receber, ou como tirar um extrato. Então a educação ajuda, lá no campo ela vem para transformar e para formar essas pessoas para os movimentos sociais, porque os próprios indivíduos se tornam coordenadores de conselhos, presidentes das associações, delegados sindicais. Então, quem é que vai para eleição para ser um delegado sindical? É aquele que já tem um conhecimento, que já sabe a leitura, sabe a escrita e consegue se comunicar bem, porque ele veio da catequese, veio da Assembleia de Deus (Entrevistado MARTINS, 2016).

Nesta lógica, é possível compreender que esta articulação propicia grandes avanços na comunidade, onde ocorre uma interação de saberes que se dinamizam nas ações, e estas em intervenções. A educação do campo se designa como uma organização articulada na comunidade que gera a informação, a escolarização, a solução de problemas e o crescimento da comunidade, desenvolvendo novas potencialidades locais.



Dessa forma, a Educação do Campo aqui é um movimento, ela tem a importância de movimento social, porque o movimento foi quem começou a debater a educação do campo e se fortaleceram a partir das Comunidades, nas cooperativas, associações e isso foi se ampliando. Esse movimento é uma organização que você pode chamar de Educação do Campo, porque se nós formos discutir, por exemplo, as escolas do MST, tu vai conseguir entender que é uma extensão, porque tudo que acontece dentro da escola do MST vai dar, exatamente, na prática do dia a dia da educação oferecida por lá, a partir da realidade deles. A educação é isso. Nós gostaríamos que fosse do campo a partir da realidade das pessoas que vivem no e do campo. Mas isso não quer dizer que o aluno vai conhecer só o campo. (Entrevistado ANDRADE, 2017).

O representante do SINTEPP ressalta a importância dos movimentos sociais, desde a origem das discussões que vêm fortalecendo a educação do campo, reforçando o trabalho coletivo das comunidades por meio da sociedade civil organizada e suas relações com a educação.

Assim, as direções que se tomam, quando se trata de afirmação da participação popular, compõem um universo distinto, diferenciado, pois, à medida que acontece o contato com a realidade social, além de suas localidades, as pessoas começam a perceber e a criar significados em suas vidas. Tal processo foi construído historicamente, uma vez que na história, a participação e a educação se tornaram parte integrante da formação social do ser humano. E este dinamismo foi bem alicerçado pela defesa da participação ativa, posto que esta, mesmo com as fragilidades, mas com grande resistência, mantém-se à frente da sociedade, não só como fonte cultural, mas, também, social e política.

Após a aprovação e implementação do PME, no município, faz-se necessário acompanhar os desdobramentos do mesmo e, assim, verificar a aplicabilidade destas políticas públicas educacionais; e, diagnosticar os fatores que interferem na educação do campo para, assim, intervir na implementação das diretrizes, metas e estratégias constituintes no PME. Por conseguinte, é possível compreender o papel dos movimentos sociais do campo, no que tange à luta pela efetivação de políticas educativas, como parte integrante neste processo para a melhoria da qualidade do ensino.

Não podemos deixar de lembrar o alerta de Arroyo, ao afirmar que há uma outra pedagogia em marcha (1995, p.80) e que a história das lutas entre as classes sociais não se limitam à luta pelo poder, mas se constituem impulsionadoras da história da humanidade, que não aguardam passivamente seu destino, mas ao contrário: articulam-se em torno de suas lutas para garantir seus direitos, sua dignidade e sua participação democrática na sociedade (OLIVEIRA, 2003; p.36).

Neste entendimento, faz-se necessário uma maior integração entre o desenvolvimento de políticas educacionais específicas para o campo e a participação dos movimentos sociais, com o objetivo de focar as prioridades na busca de soluções para as problemáticas dos sujeitos do campo, o que reafirma a importância da participação nos processos de construção coletiva e na garantia de direitos dos povos do campo.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Retomando os objetivos desta pesquisa, que propôs analisar as contribuições da participação dos Movimentos Sociais do Campo no processo de construção do Plano Municipal de Educação, no município de Abaetetuba, com foco na participação dos Movimentos Sociais do Campo nessa construção, foi possível pontuar determinadas conclusões a respeito do processo de participação, que, mesmo sob certas circunstâncias, a maioria desses movimentos sociais teve uma participação ativa.

É relevante compreender que as análises sobre a participação se dá em três momentos; em que, o primeiro demonstra a centralidade da gestão educacional, evidenciadas no domínio estabelecido em relação à organização inicial do PME; o segundo, revela os movimentos sociais do campo ganhando força política, garantindo o espaço da Educação do Campo no documento do Plano Municipal de Educação e implementando as políticas educacionais necessárias para uma educação do campo pensada no desenvolvimento, sustentabilidade e cultura da Amazônia paraense; e, finalmente, o terceiro, evidencia o processo de construção do PME sendo constituído pelos direcionamentos da comissão organizadora e de sistematização composta pelo Fórum Municipal de Educação de Abaetetuba (FME). Nesse momento, foi possível perceber que houve certas mudanças do que foi pactuado na ocasião das conferências municipais de educação, momentos em que estava presente grande parte da representatividade de cada movimento social, profissionais da educação e estudiosos da área da educação do campo.

Essas mudanças foram atribuídas, segundo a comissão, que na grande maioria era vinculada à Secretaria de Educação do Município de Abaetetuba, ao alinhamento do PME ao PNE, por meio das orientações do SASE. Outra questão que precisa ser destacada, é que o referido plano, no período de construção, tinha características mais direcionadas ao governo municipal, estando os funcionários da Prefeitura Municipal, portanto, no protagonismo deste

processo, que, em certa medida, se contrapunha às concepções do exercício da participação social na implementação de políticas públicas, uma vez que o documento do PME evidencia um plano de estado, e não de governo; tornando, assim, fundamental tal mudança, haja vista que o PME é um norte para o território, tendo a inclusão social como necessária neste processo de participação e contribuição de todas as entidades e órgãos educacionais que compreendem o território municipal.

Porém, o que despertou a atenção de todos, foi que as proposições dos movimentos sociais do campo, apesar da resistência dos movimentos e da quebra do domínio do poder governamental, ainda foram negligenciadas pela gestão educacional do município de Abaetetuba, no que se refere às suas incumbências na divulgação das conferências e das reuniões de Monitoramento e Sistematização do PME; visto que, foi evidente que a participação de determinados representantes dos movimentos sociais foi dificultada pela ausência de comunicação mais sistemática e efetiva; o que, em certa medida, impossibilitou uma maior atuação desses atores sociais nas conferências e nas reuniões da equipe de sistematização e monitoramento, neste marco decisório dos rumos da educação no município de Abaetetuba.

A construção do PME desempenhou um papel de intervenção nas ações públicas, em que os movimentos sociais do campo, através de suas representatividades, conquistaram o direito de ter voz nesse processo de decisão e contribuição nas políticas públicas, ocorrendo assim, a participação enquanto empoderamento dos movimentos, desdobrando-se em um relevante aprendizado à cidadania.

Faz-se necessário entender, neste processo de pesquisa, que a cultura e a participação foram elementos essenciais para mobilizar tais movimentos sociais, promovendo uma dimensão organizada e participativa para o crescimento e melhorias dos instrumentos que norteiam a educação do campo, que, neste âmbito, deve ser compreendida como um movimento social, dando visibilidade a uma pedagogia do fazer, que seja capaz de intervir na construção das políticas públicas e na construção do próprio conhecimento. Cabe dizer, ainda, que a participação popular é estimulante na atuação social e no desenvolvimento cultural de toda uma categoria, e deve ser considerada, de forma ativa, no campo da política, em todas as ações humanas, que em conjunto, constituem um legado cultural de valores, ideias e interesses que fazem com que o ser humano em si, busque no campo político e social a sua própria liberdade. Diante deste aspecto, é relevante citar, por fim, que as culturas populares se afirmaram nas sociedades pela força do povo, que tem como elemento fundamental, no

processo de construção social, a própria linguagem, como uma ação singular, característica de cada sociedade em seu tempo histórico.

Desta forma, é preciso refletir continuamente acerca dos problemas sociais que, no decorrer da história, atingem as comunidades do campo, nas quais a negação de direitos e o descaso pelo poder público, de certa maneira, acabam por estimular a participação social, evidenciando assim, a força dos movimentos sociais do campo na luta constante pela superação desses problemas sociais já apontados; proporcionando, então, um cenário de efetivação das ações, para, assim, remeter à consciência do coletivo, numa precisão de entendimento de que há de se problematizar e intervir.

Esses movimentos organizam-se de forma coletiva, possibilitando que toda uma sociedade possa conhecer, entender e sentir que essa força é capaz de novas reflexões para a construção de ações voltadas para a coletividade, satisfazendo o bem comum e o fazer altruísta, em benefício de melhorias na educação. Diante do panorama político, os movimentos sociais podem ser analisados na forma de originais atores nas implementações de propostas voltadas para as transformações sociais e de mudanças profundas na estrutura de dominação vigente.

A formação das educadoras e educadores é o centro dessa proposta, pois não há escolas no campo sem a formação dos sujeitos sociais do próprio campo, que assumam e lutem por esta identidade e por um projeto de futuro (CALDART, 2001, p. 66). Toda a formação está marcada pela reflexão constante da prática e, assim, transforma-se em práxis educativa, que alimenta e realimenta a vontade dos educadores e educadoras de fazerem uma escola diferente, que não seja excludente e seletiva.

Reconheço que são necessários mais estudos acerca do tema pesquisado, não apenas para fortalecer os grupos de pesquisa existentes, mas para colocar novamente essa temática na centralidade do debate, no campo educacional brasileiro, como forma de retomar a direção na construção de novas políticas públicas para a educação, em todos os seus níveis e modalidades. Mas esse debate deve ser construído, não apenas a partir da compreensão dos limites institucionais que temos, mas também pelo reconhecimento da potencialidade dos movimentos sociais como protagonistas da atualidade.

Assim sendo, as transformações sociais e a revitalização atual dos movimentos ligados à luta dos trabalhadores do campo e da cidade influenciam, significativamente, na definição de novas diretrizes para a educação. São conquistas históricas que sempre estiveram à frente de seu tempo, na luta pela democratização do ensino em nosso país. Portanto, não podem ser esquecidas nem, tão pouco, consideradas extemporâneas.

## REFERÊNCIAS

- ALONSO, Ângela. As Teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. In: Lua Nova, Núm. 76, 2009, pp. 49-86. Disponível em: Acesso em 24 de novembro de 2010.
- ARANTES, Antônio Augusto. O que é cultura popular. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- ARENDT, Hannah . *A condição humana*. Tradução de Roberto Raposo Tavares. 10ª edição. Rio de Janeiro: forense Universitária, 2004.
- BACHELARD, Gaston. A formação do espírito científico. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BAGNO, Marcos A. norma oculta: língua & poder na sociedade brasileira. São Paulo: Parábola, 2003.
- BAIA HORTA, J. S. Planejamento educacional. In: MENDES, D. T. (coord.) Filosofia da educação brasileira. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- BARROS, Flávio Barros. Sociabilidade, Cultura e Biodiversidade na Beira de Abaetetuba no Pará. 2009.
- BARROS, Flávio Barros e SILVA, Deusinaldo da. Os mingauleiros de miriti: Trabalho, sociabilidade e consumo na Beira de Abaetetuba-Pa. 2013.
- BOAS, Orlando Fals. Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Pesquisa Participante*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981. p. 42 a 61
- BOBBIO, Norberto. A era dos direitos: Rio de Janeiro, São Paulo: Campus, 2004.
- BOLEMÊ, Genevieve. O povo por escrito. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- BORBA, Orlando Fals. Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. IN: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). *Pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- BORDENAVE, Diaz Ruan. PEREIRA, Martins Adair. Estratégias de Ensino aprendizagem. 26ª edição. Vozes. Petrópolis. 2005. p.71-132.
- BRANCALEONI, Ana Paula. Do rural ao urbano: o processo de adaptação de alunos moradores de um assentamento rural à escola urbana. 2002. 219p. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Departamento de Psicologia e Educação, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto/USP, 2002.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues e BORGES, Maristela Correa. A pesquisa participante: um momento da educação popular. Programa de Formação Continuada em Educação, Saúde e Cultura Populares/2007.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Pesquisa Participante*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.
- Brasil. [Plano Nacional de Educação (PNE)]. Plano Nacional de Educação 2014-2024 [recurso eletrônico] : Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. 86 p. – (Série legislação; n. 125).

BRASIL. MEC. Referências para uma política nacional de educação do campo. Caderno de Subsídios. Brasília. 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Disponível em: <http://ide.mec.gov.br/2014/>. Acesso em abril/2016.

BRASIL. Plano Nacional de Educação. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/planos-de-educacao/situacao-dos-planos-de-educacao>. Acesso em abril/2016.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Acessado em 19 de abril de 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>.

CALAZANS, M. J.; GARCIA, W.; KUENZER, A. Planejamento e educação no Brasil. São Paulo: Cortez, 1990.

CALDART, Roseli Salet. Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção. In: ARROYO M, CALDART, R.& MOLINA.M (org.). Por uma Educação do Campo. Petrópolis: Ed. Vozes, p.147-158, 2004 a

CALDART, Roseli Salet; FERNANDES, Bernard M.&CERIOI, Paulo R. Primeira Conferência Nacional “Por Uma Educação do Campo”: texto preparatório. In: ARROYO, Miguel G. CALDART, Rosely Salet 7 MOLINA, Mônica C. (orgs). Por uma educação do campo. Petrópolis: Ed. Vozes, 2004

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CANCLINI, Nestor Garcia. Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização. 3ªed. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

CARDOSO, Ruth Corrêa Leite. A trajetória dos movimentos sociais. In: DAGNINO, Evelina (org.). Os Anos 90: política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 2004.

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

DAGNINO, Evelina (Org). Sociedade civil e espaços públicos no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: MATO, Daniel (Coord.). Políticas de ciudadanía y sociedad civil em tiempos de globalización. Caracas: FACES, Universidade Central de Venezuela, 2004.

DEMO, Pedro. Pesquisa Participante: Mito e Realidade. Rio de Janeiro: SENAC/DN, Dir. de planejamento/Coord. De Pesquisa, 1984.

FENELON, Déa Ribeiro. Cultura e História Social: Historiografia e Pesquisa. In: Revista Projeto História, n. 10, São Paulo: Educ. 1993.

FILGUEIRAS, Ligia Amaral. Produção da cachaça artesanal em Abaetetuba-PA: um símbolo da cultura popular e patrimônio imaterial do povo abaetetubense. XV Encontro Nacional de Ensino de Química (XV ENEQ) – Brasília, DF, Brasil. Disponível em: <http://www.xvneq2010.unb.br/resumos/R0431-2.pdf>. Acesso em: 13/09/2015.

- FOUCAULT, Michel; A Ordem do Discurso. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- FREIRE, Paulo. Educação e Mudança. Paz e Terra, 2003.
- GADELHA, Silvio; PEREIRA, Sônia (Org.) Movimentos Sociais, Educação Popular e Escola a favor da diversidade II: O conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável: Oferta de Participação e aprendizagem da fala, Fortaleza: UFC Edições. 2006.
- GANDIN, Danilo. A Posição do Planejamento Participativo entre as Ferramentas de Intervenção na Realidade. Currículo sem Fronteiras, v.1, n.1, pp.81-95, Jan/Jun 2001.
- GARCIA, Walter E. Planejamento e Educação no Brasil: a busca de novos caminhos. In.: KUENZER, Acácia Z; GARCIA, Walter E.; CALAZANS, Maria J. C.. Planejamento e Educação no Brasil. 8ª ed. São Paulo: Cortez.. 2011 (Coleção questões da nossa época; v. 27) p. 47-69.
- GOHN, Maria da Glória. O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias. São Paulo: Cortez, 2005.
- GOHN, Maria da Glória. Teorias dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 2006.
- HALL, Stuart. A identidade Cultural na Pós-Modernidade. São Paulo DP&A, 2003.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE. Acessado em 15 de abril de 2016. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/>
- LOUREIRO. João de Jesus Paes. Cultura Amazônica uma abordagem poética. Belém-PA: CEJUP. (1995).
- LUCKESI, Carlos Cipriano Planejamento e avaliação na escola: articulação e necessária determinação ideológica. In: \_\_\_\_\_. Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2002. p. 102-119.
- LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.
- MACHADO, Jorge (org.). O município de Abaetetuba: geografia, física e dados estatísticos. Abaetetuba-PA, 2008.
- MACHADO, Jorge (org.).. História de Abaetetuba: Com referenciais na história social e econômica da Amazônia. Abaetetuba-PA, 2014.
- MALINOWSKI, B. Magia, Ciência e Religião. Lisboa: Edições 70, 1984.
- MARTINS, J. de S. Reforma agrária: o impossível diálogo sobre a história possível. In: Tempo Social. Revista de Sociologia da USP. V. 11, n. 2 (outubro de 1999), editado em fevereiro de 2000. São Paulo: USP, FFLCH. (p. 129-153).
- MARTINS, J. de S.. O poder do atraso: Ensaio de Sociologia da História Lenta. São Paulo: Hucitec, 1994.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 29. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. (Coleção temas sociais).

MONTEIRO, P. Cultura e democracia no processo de globalização. Rev. Novos Estudos. São Paulo: Cebrap, n. 44, mar. 1996.

OLIVEIRA, Mara Rita Duarte de. A escola Rural da Vila da Paz um ensaio etnográfico/Mara Rita Duarte de Oliveira. – Belém: UFPA- Centro Agropecuário/Embrapa Amazônia Oriental, 2003. Dissertação de Mestrado.

OLIVEIRA, Mara Rita Duarte de.. As relações da parceria público –privada: a experiência do Campus Universitário de Marabá e a Companhia Vale. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010. ( Tese de Doutorado).

PÁDUA, Elizabete Matallo Marchesini. Metodologia de Pesquisa: Abordagem teórica –prático. 6ª edição. Campinas, São Paulo: Papyrus, 2000. (Coleção magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

PAOLI, Maria Célia. Empresa e responsabilidade social: os enredamentos da cidadania no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

PAOLI, Maria Célia. Movimentos Sociais, Cidadania e espaço Público: Perspectivas Brasileiras para os anos 90. São Paulo: Revista Humanidade, Vol. 8, nº 4, 1991.

PENTEADO, Silvia Ângela Teixeira. Participação na Universidade: Retrato em Preto e Branco. São Paulo: Pioneira, 1991.

PEREIRA, Sônia. A esfera pública e a cidadania: a árdua construção rural de Baturite – Ceará. In: MATOS. Kelma Socorro Lopes (Org.). Movimentos sociais, educação popular e escola: a favor da diversidade. Fortaleza: Editora UFC, 2003 (Coleção Diálogos intempestivos).

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO: planejando a próxima década. Abaetetuba, 2015

Portal do INEP. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/home>. Acesso em abril/2016.

SANTOS, José Luiz dos. O que é Cultura. 14 ed. São Paulo: Brasiliense, 1996.

SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). Stuart Hall, Kathryn Woodward. Identidade e Diferença: A Perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

SOBRINHO, Noéli Correia de Melo. A Pedagogia de Nietzsche. Loyola, São Paulo, Brasil, 2003.

SOUSA. L. F. (2006). A cultura amazônica na educação: Um estudo das relações místicas presentes na construção da linguagem em alunos de escolas ribeirinhas de Porto Velho - RO. Pesquisa & Criação. PROPEX/EDUFRO, 5. Porto Velho.

TELLES, Vera da Silva. Política e espaço público na constituição do “mundo comum”: notas sobre o pensamento de Hannah Arendt. In: \_\_\_\_\_. Direitos sociais: afinal do que se trata? Belo horizonte: Editora UFMG, 1999. p. 27-75.

THOMPSON, E. P. Costume e cultura. In: Costumes em Comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TRIVIÑOS, Augusto Nilbado Silva. Introdução à pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: altas, 2015.



VASCONCELOS, Celso dos S. Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico. 5. ed. São Paulo: Libertad, 2000. p. 33-151.

**Sites consultados:**

<http://www.portalamazonia.com.br/amazoniadeaz/interna.php?id=554>

[www.pastoraldomenorabaete.org.br](http://www.pastoraldomenorabaete.org.br).

[www.ufpa.br/nupe/artigo4.htm](http://www.ufpa.br/nupe/artigo4.htm)

## APÊNDICES

### PERCURSO DA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA, EVENTOS E FORMAÇÕES

FONTE de Pesquisa	Quant.	DESCRIÇÃO	ESPECIFICIDADE
Literaturas	2	Artigos	Sociabilidade, cultura e biodiversidade na Beira de Abaetetuba no Pará; Os mingauleiros de miriti: Trabalho, sociabilidade e consumo na Beira de Abaetetuba-Pa; Cultura e História Social: Historiografia e Pesquisa. In: Revista Projeto História; Reforma agrária: o impossível diálogo sobre a história possível. In: Tempo Social. Revista de Sociologia da USP. V. 11, n. 2; _____. O poder do atraso: Ensaio de Sociologia da História Lenta; Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.
	1	Dissertações	A Escola da Vila da Paz: Um ensaio Etnográfico
	1	Teses	As relações da parceria público-privada: A experiência do Campus Universitário de Marabá com a Companhia Vale do Rio Doce
	45	Livros	As Teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate; O que é cultura popular; O povo por escrito; A pesquisa participante: um momento da educação popular; Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular; Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização; A trajetória dos movimentos sociais. In: DAGNINO, Evelina (org.). Os Anos 90: política e sociedade no Brasil; As linguagens da

			<p>experiência religiosa: uma introdução a fenomenologia da religião; Sociedade civil e espaços públicos no Brasil; Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?; Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización; Pesquisa Participante: Mito e Realidade; A Ordem do Discurso; Movimentos Sociais, Educação Popular e Escola a favor da diversidade II: O conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável: Oferta de Participação e aprendizagem da fala, O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias; Teorias dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos; A identidade Cultural na Pós-Modernidade; Cultura Amazônica uma abordagem poética; Pesquisa em educação: abordagens qualitativas; Ciência e Religião; O Carro dos Milagres; Metodologia de Pesquisa: Abordagem teórica – prático. (Coleção magistério: Formação e Trabalho Pedagógico); Movimentos Sociais, Cidadania e espaço Público: Perspectivas Brasileiras para os anos 90; Empresa e responsabilidade social: os enredamentos da cidadania no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org). Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa; Participação na Universidade: Retrato em Preto e Branco; A esfera pública e a cidadania: a árdua construção rural de Baturite – Ceará. In: MATOS. Kelma Socorro Lopes (Org). Movimentos sociais, educação popular e escola: a favor da diversidade; O que é Cultura; Identidade e Diferença: A Perspectiva dos Estudos Culturais; A Pedagogia de Nietzsche; A cultura amazônica na educação: Um estudo das relações místicas presentes na construção da linguagem em alunos de escolas ribeirinhas de Porto Velho - RO. Pesquisa &amp; Criação; Costume e cultura. In: Costumes em Comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional; Introdução à pesquisa qualitativa em educação.</p>
Documentos	4	Atas	Comissão do PME, SEMEC, COORDENAÇÃO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO/SEMED-

		ABAETETUBA, MEMÓRIA DO FORECAT
1	Documento/Lei	<p>LEI Nº 437/2015 – DISPOE SOBRE O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO;</p> <p>LEI Nº 13.146/2015 – INSTITUI A LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIENCIA</p> <p>LEI Nº 295/2009 – DISPOE SOBRE A ESTRUTURAÇÃO DO PCCR MUNICIPAL</p> <p>LEI ORGANICA DO MUNICIPIO DE ABAETETUBA</p> <p>LEI Nº 294/2009 – DISPOE SOBRE O ESTATUTO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL DE ABAETETUBA</p> <p>REGIMENTO UNIFICADO DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DOCUMENTO ‘OFICIAL DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DO HOMEM</p> <p>LEI INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS</p>
	Fotos	CONFERÊNCIAS, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E FÓRUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
4	Ofícios	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E FÓRUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
5	Convites	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E FÓRUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
15	Convocações	

			SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E FÓRUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
	10	Declarações	FÓRUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
	3	Bibliotecas	BIBLIOTECA MUNICIPAL DE ABAETETUBA
			BIBLIOTECA DO CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA
			BIBLIOTECA DO CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE CAMETÁ
	3	Escolas Públicas	ESCOLA JOAQUIM MENDES CONTENTE
			ESCOLA DR. VICENTE MAUÉS
			COLÉGIO SÃO FRANCISCO XAVIER
	6	Outros Espaços	CASA DOS CONSELHOS
			CLUBE DE CIÊNCIAS
			SEMEC
			SITES
			ESPAÇO LOOCK
			SALÃO PAROQUIAL DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO
Eventos Científicos no percurso do			III SEMINÁRIO DO GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISA MEMÓRIA, FORMAÇÃO DOCENTE E TECNOLOGIA (GPEME/UFPA); I ENCONTRO TERRITORIAL DE EDUCAÇÃO DO CAMPO DO BAIXO TOCANTINS; I SEMINÁRIO DO PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSA DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA -

Mestrado e Formações		<p>PIBID-DIVERSIDADE (UFPA) E II SEMINÁRIO DO GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISA MEMÓRIA, FORMAÇÃO DOCENTE E TECNOLOGIA;</p> <p>I ENCONTRO DE PEDAGOGIA/PARFOR DO VALE DO ACARÁ, 2014. (Encontro) EDUCAÇÃO AMBIENTAL;</p>
		<p>II WORKSHOP DO PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E CULTURA DA UFPA/Cametá;</p> <p>ENCONTRO ACADÊMICO CUBT/CUNTINS: EDUCAÇÃO, CULTURA E LINGUAGEM/PPGEDUC/CAMETÁ;</p> <p>CÍRCULO DE DEBATE: CURRÍCULO, SABERES E IDENTIDADE NA EDUCAÇÃO DO CAMPO E QUILOMBOLA;</p> <p>VI ENCONTRÃO DE FORMAÇÃO CONTINUADA DOS EDUCADORES DAS ESCOLAS DO CAMPO E IV SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO QUILOMBOLAS DE ABAETETUBA;</p> <p>ENCONTRO TERRITORIAL DE EDUCAÇÃO DO CAMPO DO BAIXO TOCANTINS/SERMTAB/MOJU, 2014;</p> <p>II SEMINÁRIO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E CULTURA - POLÍTICAS EDUCACIONAIS E PRÁTICAS CULTURAIS; ENTE E TECNOLOGIA /UFPA -ABAETETUBA</p> <p>I SEMINÁRIO DO PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSA DE INICIAÇÃO A DOCÊNCIA – PIBID – DIVERSIDADE (UFPA) E II SEMINÁRIO DO GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISA MEMÓRIA E FORMAÇÃO DOCENTE UFPA/ABAETETUBA; 2014</p> <p>II Encontro Regional da Licenciatura em Educação do Campo – ERLEC/UFPA/CAMETÁ;</p> <p>III SEMINÁRIO DO GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISA MEMÓRIA, FORMAÇÃO DOCENTE E</p>

		<p>TECNOLOGIA - GEPEME/UFPA;</p> <p>II SEMINÁRIO NACIONAL DO PIBID DIVERSIDADE/UFPA/ABAETETUBA, 2015;</p> <p>II JORNADA NACIONAL DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO CAMPO E DA CIDADE DA AMAZONIA</p> <p>III SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE EDUCAÇÃO NO CAMPO E V JORNADA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NO CAMPO E XIII JORNADA DO HISTTEDBR/UFSCAR - SP</p> <p>1ª REUNIÃO CIENTÍFICA REGIONAL NORTE DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO/ ANPED/PA;</p> <p>SEMINÁRIO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL INTEGRADA A EDUCAÇÃO BÁSICA NA MODALIDADE DE EJA-PROEJA: PROCESSOS E RESULTADOS;</p> <p>SEMINÁRIO DE DISSERTAÇÕES E TESES SOBRE A ESCOLA QUILOMBOLA DA COMUNIDADE DO RIO ITACURUÇÁ E OFICINA DE PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA DO CAMPO E DA ESCOLA RIBEIRINHA EM ABAETETUBA</p>
	PALESTRANTE	<p>FORMAÇÃO CONTINUADA DE DOCENTES DA EJA - UMA REFLEXÃO DA PRÁTICA DOCENTE: DESAFIOS E POSSIBILIDADES NA CONSTRUÇÃO DO FAZER PEDAGÓGICO/SEMED/MOJU;</p> <p>OFICINA – CURRÍCULO, AVALIAÇÃO, PLANEJAMENTO E METODOLOGIA DE ENSINO/SEMED/MOJU;</p> <p>SEMINÁRIO DO GRUPO DE ESTUDO E PESQUISA MEMÓRIAS, FORMAÇÃO DE PROFESSORES E TECNOLOGIA – GEPEME E SEMINÁRIO DO PIBID DIVERSIDADE DA</p>

		UFPA/ABAETETUBA; ENTENDENDO O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO/ABAETETUBA; FORMAÇÃO DE PROFESSORES – O CURRÍCULO E O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NAS ESCOLAS DO CAMPO/UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ/COMUNIDADE DA VILA DO CARMO DO MUNICÍPIO DE CAMETÁ;
Produções científicas no percurso do Mestrado	ARTIGO	PROGRAMA PROJovem CAMPO SABERES DA TERRA: UMA EXPERIENCIA CURRICULAR INOVADORA NAS ILHAS, ESTRADAS E RAMAIS DE ABAETETUBA. In: TRABALHO DOCENTE E FORMAÇÃO Políticas, Práticas e Investigação: Pontes para a mudança. / ISBN: 978- PORTUGAL, 2014
	ARTIGO	O BRINQUEDO DE MIRITI COMO MATERIAL DIDÁTICO E PEDAGÓGICO NO ENSINO DA GEOMETRIA NOS ANOS INICIAIS. In: OLIVEIRA, M. R. D. de. SARDINHA, M. C. (Org.). ESCOLA DO CAMPO MEMÓRIA E CULTURA. 1ª Ed. Virtual Books: Pará de Minas (MG), 2015.
	ARTIGO	A UNIVERSIDADE: ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO. In: OLIVEIRA, M. R. D. de. SARDINHA, M. C. (Org.). TRABALHO, UNIVERSIDADE E EDUCAÇÃO: ENTRE A SOCIABILIDADE E NORMATIZAÇÃO CAPITALISTA. 1ª Ed. Virtual Books: Pará de Minas (MG), 2015.
	ARTIGO	PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ABAETETUBA. In: In: OLIVEIRA, M. R. D. de. B. C. M. PINTO. G. D. COSTA (Org.). SABERES CULTURAIS, EDUCAÇÃO E MEDIAÇÕES PEDAGÓGICAS. 1ª Ed. Virtual Books: Pará de Minas (MG), 2015.
	ARTIGO	A CONTRIBUIÇÃO CULTURAL DOS MOVIMENTOS SOCIAIS PARA A CONSTRUÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ABAETETUBA. In: In: GEPEC



	ARTIGO	A RELEVÂNCIA CULTURAL E RELIGIOSA NO AUTO DA PADROEIRA DE NOSSA SENHORA DE CONCEIÇÃO NO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA- PA
	ARTIGO	A RELEVÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO NA CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA (PA)
	PÔSTER	O GÊNERO POEMA COMO PRÁTICAS DE LETRAMENTO: VIVÊNCIAS DO PROJETO NEPUTIRA NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO JACUNDAÍ MOJU/PA. ERLEC/UFPA/CAMETÁ;
	PÔSTER	PROJETO NEPUTIRA: VIVÊNCIAS PEDAGÓGICAS COM POEMAS NA COMUNIDADE DE SÃO SEBASTIÃO MOJU/PA. II ERLEC/UFPA/CAMETÁ;
	PÔSTER	O RESSIGNIFICAR DA LINGUAGEM NA EXPRESSÃO DO TERRITÓRIO DAS ESTRADAS E RAMAIS DE ABAETETUBA/II JORNADA NACIONAL DA EDUCAÇÃO BÁSICA/GEPSSSED/UFPA/ABAETETUBA;
	PÔSTER	A DIVERSIDADE CULTURAL ENUNCIADA NA LINGUAGEM POÉTICA DE DISCENTES EDUCADORES: EXPERIÊNCIAS FORMATIVAS NA DOCÊNCIA DO PARFOR PEDAGOGIA; /II JORNADA NACIONAL DA EDUCAÇÃO BÁSICA/GEPSSSED/UFPA/ABAETETUBA;
	PÔSTER	EXPERIÊNCIAS FORMATIVAS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DO CAMPO/PIBID-DIVERSIDADE/UFPA/ABAETETUBA;

Conferências	DELEGADA	III CONFERÊNCIA REGIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2014. CONSTRUINDO UM PLANO ESTADUAL DA ECONOMIA SOLIDÁRIA PARA PROMOVER O DIREITO DE PRODUZIR E VIVEREM COOPERAÇÃO.
	DELEGADA	III CONFERÊNCIA ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2014. (Outra) CONSTRUINDO UM PLANO ESTADUAL DA ECONOMIA SOLIDÁRIA PARA PROMOVER O DIREITO DE PRODUZIR E VIVEREM COOPERAÇÃO. III CONFERENCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, CONSTRUINDO UM PLANO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA PARA PROMOVER O DIREITO DE PRODUZIR E VIVR DE FORMA ASSOCIATIVA E SUSTENTÁVEL, CONAES/BRASÍLIA; II CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO: O PME NA ARTICULAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2013; III CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO: PME PLANEJANDO A PRÓXIMA DÉCADA, 2015;
Fórum da Educação do Campo	ABAETETUBA, 2014	FÓRUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – FORECAT
	Barcarena	FÓRUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – FORECAT
	Moju	FÓRUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – FORECAT
	Igarapé-Mirim	FÓRUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – FORECAT
Entrevistas	5	
	Morador das ilhas	AMIA
	Professora Professor	REGIONAL SINTEPP

		Professora	SINTEPP ABAETETUBA
		Agricultor e Prof.	FORECAT
		Pesquisador e Prof.	CASA FAMILIAR RURAL
			UFPA e FORECAT

OBSERVAÇÕES: A tabela acima faz um demonstrativo da pesquisa. Vale ressaltar que ela explana somente parte dos documentos mais relevantes e a participação e produções da pesquisadora em eventos no percurso da pesquisa.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO TOCANTINS/CAMETÁ  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E CULTURA  
MESTRADO EM EDUCAÇÃO ECULTURA**

**QUESTIONÁRIO MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO**

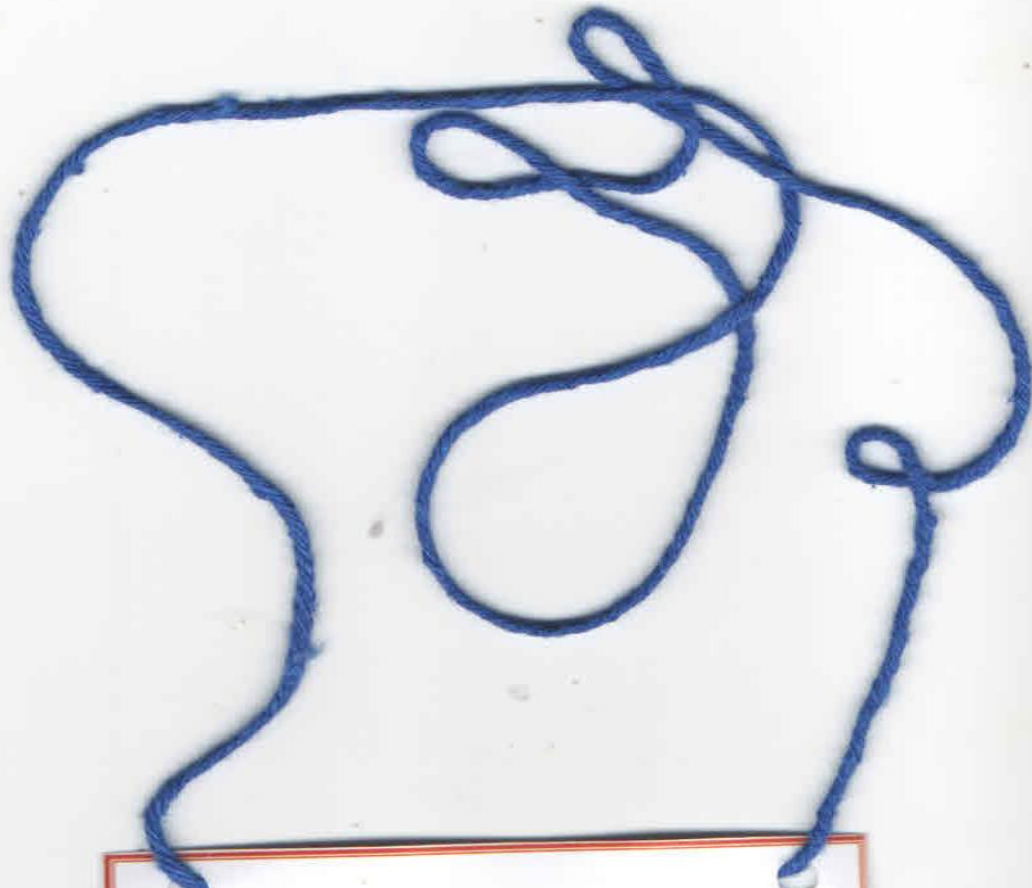
- COMO OCORREU A PARTICIPAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO NA CONSTRUÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - PME?
- QUAL A SUA REPRESENTATIVIDADE NO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - PME E COMO SE DEU A SUA PARTICIPAÇÃO?
- QUAIS FORAM AS CONTRIBUIÇÕES DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO PME?
- QUAIS AS CONTRIBUIÇÕES DOS MOVIMENTOS SOCIAIS PARA A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO DO CAMPO E PARA A VALORIZAÇÃO DOCENTE?
- QUAIS AS DIRETRIZES E METAS DE IMPLANTAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ABAETETUBA PARA AS DEMANDAS DO CAMPO?
- É POSSÍVEL COMPREENDER A EDUCAÇÃO DO CAMPO COMO MOVIMENTO SOCIAL PARA A MELHORIA DA QUALIDADE DO ENSINO NAS LOCALIDADES. JUSTIFIQUE SUA RESPOSTA!
- A SUA PARTICIPAÇÃO NA ELABORAÇÃO DO PME FOI CONTÍNUA, PORÉM DE ACORDO COM AS FREQUÊNCIAS DAS REUNIÕES DA COMISSÃO DE

MONITORAMENTO SUA PARTICIPAÇÃO NÃO OCORRE ASSIDUAMENTE. QUAIS OS MOTIVOS DESTA AUSÊNCIA?

- QUAL A SUA PROPOSTA PARA UMA MELHOR PARTICIPAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA COMISSÃO DE MONITORAMENTO DO PME?
- A AUSÊNCIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NAS REUNIÕES DA COMISSÃO DE MONITORAMENTO PODEM OCASIONAR MUDANÇAS NO QUE FOI PROPOSTO NAS CONFERÊNCIAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO?
- É SABIDO QUE A PMA APOIOU FINANCEIRAMENTE A PARTICIPAÇÃO DOS DELEGADOS NAS CONFERÊNCIAS REGIONAIS E ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO ALÉM DO SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO QUE PROMETEU EM PÚBLICO NOVE DIÁRIAS CORRESPONDENTES AO NÚMERO DE CONFERÊNCIAS DO PME PARA TODO OS PARTÍCIPES ALÍ PRESENTES. NESTE SENTIDO, EXISTIU/EXISTE ALGUM TIPO DE INCENTIVO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA ATRAVÉS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PARA ASSEGURAR A PARTICIPAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO NAS CONFERÊNCIAS, E REUNIÕES DA COMISSÃO DE MONITORAMENTO DO PME?
- A SUA ENTIDADE RECEBEU TODAS AS CONVOCATÓRIAS REFERENTES ÀS CONFERÊNCIAS E REUNIÕES DA COMISSÃO DE MONITORAMENTO DO PME?
- COMO SE DÁ A RELAÇÃO DA SEMEC/3ª URE COM OS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO?
- AS QUESTÕES POLÍTICO-PARTIDÁRIAS INFLUENCIARAM NA CONSTRUÇÃO DO PME? DE QUE FORMA?

- HOUVE DISCUSSÕES INFLAMADAS, OCASIONADO ATÉ MESMO HOSTILIDADES NAS RELAÇÕES ENTRE OS PARTICIPES NO MOMENTO DA CONSTRUÇÃO DO PME?

# ANEXOS



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
FÓRUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



### III CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



**PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO: Planejando a  
Próxima Década.**

Período: 08 e 09 de junho de 2015  
Barraca de N. Sra. da Conceição  
ABAETETUBA -PA



Delegado(a): Rosiane Reixoto  
Escola/Entidade: ASAMAB



**REALIZAÇÃO**



**COMISSÃO ORGANIZADORA DA  
CONFERÊNCIA**

- Prefeitura Municipal de Abaetetuba
- Secretaria Municipal de Educação
- 3ª Unidade Regional de Educação
- Conselho Municipal de Educação
- Diocese de Abaetetuba
- Conselho do FUNDEB
- ADEMA
- AMIA
- IFPA
- UFPA
- SINTEPP

*“Educação gera conhecimento,  
conhecimento gera sabedoria, e, só  
um povo sábio pode mudar seu  
destino.”*

Samuel Lima

Estado do Pará

PREFEITURA MUNICIPAL DE ABATELUBA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

SEMEC



CONFERÊNCIA MUNICIPAL

DE EDUCAÇÃO



Abaetetuba

Período: 25 a 26 de Agosto de 2009  
Local: Barreira de N. Sr.ª da Consolidação

Construindo o Sistema Nacional  
Articulado de Educação: O Plano  
Nacional de Educação, Diretrizes  
e Estratégias de Ações.



Rio Maratáuira

Não é, na realidade, com as nossas tradições que nós devemos embriagar, mas com o nosso futuro - o brilhante futuro que nos aguarda, se o soubermos preparar.

Antisio Teixeira

## REALIZAÇÃO

FORUM MUNICIPAL DE EDUCACÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACÃO

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCACÃO

SECRETARIA DE ARTICULACÃO COM OS

SISTEMA DE ENSINO- SASE



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACÃO  
FÓRUM MUNICIPAL DE EDUCACÃO

## III CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE EDUCACÃO



## PLANO MUNICIPAL DE EDUCACÃO: Planejando a Próxima Década.



Período: 08 e 09 de junho de 2015  
Barraca de N. Sra. da Conceição

ABAETETUBA -PA

## APRESENTAÇÃO

O Plano Municipal de Educação de Abaetetuba, vem sendo elaborado coletivamente por uma comissão constituída no Fórum Municipal de Educação (Decreto nº188/2013). Este deve refletir os anseios do nosso território pelo direito à educação. Um território que se caracteriza pela sua diversidade amazônica, permeado pelas águas, terra, matas e florestas. Constituído de cidadãos e cidadãs que trazem histórias, saberes e culturas diferentes.

O PME de Abaetetuba trata do conjunto da educação formal, no âmbito do território municipal, expressando uma política educacional para todos os níveis, etapas e modalidades de educação e de ensino. É um Plano de Estado e não somente um Plano de Governo. Sua elaboração está preconizada no Plano Nacional de Educação - PNE, aprovado pela Lei nº 13.005/2014.

Considerando a relevância do processo de elaboração do referido Plano, o FME de Abaetetuba convoca a sociedade civil organizada e instituições de ensino públicas e privadas, representados por seus delegados, a fim de referendar o documento final que se constituirá em Projeto de Lei que originará o Plano Municipal de Educação, para a década 2015 a 2025.

## OBJETIVOS

- Analisar, apreciar e aprovar o documento que dará origem ao projeto de lei do Plano Municipal de Educação;
- Promover a ampla participação da sociedade civil e dos profissionais da educação na elaboração do Plano Municipal de Educação;

## PÚBLICO ALVO

- Entidades integrantes do Fórum Municipal de Educação;
- Instituições de ensino públicas e privadas e a sociedade civil organizada, devidamente credenciadas na Pré Conferência;
- A participação na Conferência é facultada ao público interessado em debater questões relativas à política municipal de educação;

## DINÂMICA DA CONFERÊNCIA

**DIA: 08/06 (segunda-feira)**  
16:00 às 20:00 h

- Credenciamento;  
20:00 h
- Solenidade de abertura;  
20:30 min.
- Plenária de aprovação do Regimento Interno;  
20:45 min. às 21:00 h
- Palestra Magna: Carlos Eduardo Sanches;  
21:00 às 22:00
- Debate

**DIA: 09/06 (terça-feira)**  
8:00 às 8:15 min.

- Apresentação do Projeto Musical da Escola de Tempo Integral Joaquim Mendes Contente.  
8:15 min às 8:30 min
- Apresentação da metodologia de trabalho  
8:30 às 12:00
- Apreciação do documento preliminar pelos grupos de trabalho;  
12:00 às 13:30
- Almoço  
13:30 às 18:30 min
- Plenária Final.  
18:30: Encerramento




SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
**FÓRUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ABAETETUBA**

---

## DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins, que ROSIANE MORAIS PEIXOTO, RG: 3700151, está participando como Membro da Comissão Organizadora do Plano Municipal de Educação e Delegada na **III Conferência Municipal de Educação “Plano Municipal de Educação: planejando a próxima década”**, no período de 08 a 09/06/2015.

Abaetetuba, 09 de junho de 2015.

  
JEFFERSSON FELGUEIRAS DE CARVALHO  
COORDENADOR DO FÓRUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

## DECLARAÇÃO DE COMPARECIMENTO

Declara-se para os devidos fins que Rosiane Moraes Peixoto,  
função professora, compareceu no dia 26/05/2015 na Pré  
Conferência Municipal de Educação, realizada pela Secretaria Municipal de Educação e Fórum  
Municipal de Educação.

Abaetetuba/Pa, 26 de maio de 2015



Comissão PME



**FÓRUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ABAETETUBA**

Instituído pelo Decreto nº 188/2013 de 11 de junho de 2013

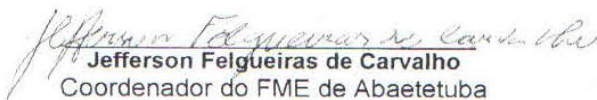
---

## CONVOCAÇÃO V / 2014

Ilmo(a). Senhor(a). Roxiane Moraes Peixoto

O Coordenador do Fórum Municipal de Educação de Abaetetuba convoca Vossa Senhoria e seu/a respectivo/a suplente para participar de uma **reunião extraordinária no dia 17/12/2014, quarta-feira, às 8h, na Casa dos Conselhos da Educação**. A pauta será a seguinte:

- Minuta da Lei do Sistema Municipal de Ensino;
- Informes gerais;

  
Jefferson Felgueiras de Carvalho  
Coordenador do FME de Abaetetuba

---

**CASA DOS CONSELHOS DA EDUCAÇÃO**

Rua Siqueira Mendes nº 1209, Centro, CEP. 68.440-000 Abaetetuba-Pará  
Contatos: 82803839 / 82661221



**FÓRUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ABAETETUBA**  
Instituído pelo Decreto nº 188/2013 de 11 de junho de 2013

## CONVOCAÇÃO VII / 2015

Ilmo(a). Senhor(a). Roxiane Moraes Feiloto (ASAMAB)

O Coordenador do Fórum Municipal de Educação de Abaetetuba convoca Vossa Senhoria e seu/a respectivo/a suplente para participar de uma **reunião extraordinária no dia 19/08/2015, quarta-feira, às 15h, na Casa dos Conselhos Municipais da Educação**. A pauta será a seguinte:

- ▶ Informes Gerais;
- ▶ Socialização da Lei nº437/2015 de 24 de junho de 2015;
- ▶ Escolha de representantes para compor o Comitê de Acompanhamento do Plano Municipal de Educação.

  
**Jefferson Felgueiras de Carvalho**  
Coordenador do FME de Abaetetuba

---

**CASA DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DA EDUCAÇÃO**  
Rua Siqueira Mendes nº 1209, Centro, CEP. 68.440-000 Abaetetuba-Pará  
Contatos: 82803839 / 82661221



**FÓRUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ABAETETUBA**

Instituído pelo Decreto nº 188/2013 de 11 de junho de 2013

**DECLARAÇÃO**

Declaro para os devidos fins de direito que nos dias 19 e 20/08/2015 a Senhora **Rosiane Moraes Peixoto** se fez presente, como representantes dos Movimentos Sociais de Reuniões Extraordinárias do Fórum Municipal de Educação de Abaetetuba realizadas na Casa dos Conselhos Municipais da Educação.

Secretaria Executiva do FME

FÓRUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ABAETETUBA  
Decreto 188/2013 de 11 Junho de 2013  
Secretaria Executiva

*Reunião em 26/08/2015  
Rosiane*

**CASA DOS CONSELHOS DA EDUCAÇÃO**

Rua Siqueira Mendes nº 1209, Centro, CEP. 68.440-000 Abaetetuba-Pará  
Contatos: 82803839 / 82661221





## FÓRUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ABAETETUBA

Instituído pelo Decreto nº 188/2013 de 11 de junho de 2013

### DECLARAÇÃO

FÓRUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ABAETETUBA  
Decreto 188/2013 de 11 Junho de 2013  
Secretaria Executiva

Declaro para o devido fins de direito que hoje dia 15/04/15, se fez presente na Reunião dos representantes das entidades e órgãos do Fórum Municipal de Educação de Abaetetuba na Casa dos Conselhos Municipais da Educação, Senhor (a) Rosiane Morais Pereira, como membro participante.

Secretaria Executiva do FME

#### CASA DOS CONSELHOS DA EDUCAÇÃO

Rua Siqueira Mendes nº 1209, Centro, CEP. 68.440-000 Abaetetuba-Pará  
Contatos: 82803839 / 82661221

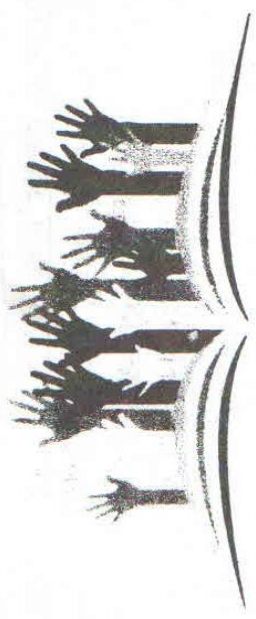
Ver material sobre o 1997  
Des que o sistema tem o objetivo de sempre com o antecessor  
do gestor de educação.  
- Qualquer escola pode apresentar material curricular, mas  
ela tem autonomia / falta avaliação

**“Não há democracia efetiva sem o  
verdadeiro poder crítico.”**

Pierre Bourdieu.



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
**FÓRUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ABAAETETUBA**



## **ENCONTRO DE FORMAÇÃO DO FNE DE ABAAETETUBA**

**TEMA: Sistema, Conselhos e Plano como Processos  
Reguladores da Educação.**

- ↓ **Data:** 06 de junho de 2014.
- ↓ **Local:** Auditório do Colégio São Francisco Xavier.

↓ **APRESENTAÇÃO:**

O Fórum Municipal de Educação de Abaetetuba instituído pelo decreto nº 188/2013 de 11 de junho de 2013 é um mecanismo de planejamento educacional participativo que visa garantir o diálogo como método e a democracia como fundamento. Nesse sentido, este I Encontro de Formação surgiu da necessidade de esclarecimentos e das inquietações dos membros do referido Fórum em compreender suas atribuições, bem como, a conceituação de temas relevantes para discussões e encaminhamentos acerca das políticas públicas educacionais.

↓ **OBJETIVO:**

Promover momento de formação aos membros do Fórum Municipal de Educação de Abaetetuba e convidados para fortalecer esse espaço democrático e possibilitar discussões e encaminhamentos relevantes para a política educacional no município.

↓ **PROGRAMAÇÃO:**

- 8:00 – Apresentação da Programação;
- 8:15 – PALESTRA

1 - Sistema Municipal de Ensino.  
- MSC Socorro Vasconcelos.

2 - Conselho Municipal de Educação e Fórum Municipal de Educação.

- MSC Manoel Carlos Guimarães da Silva.

- 9:15 - Debate;

- 9:45 - Lanche;

- 10:00 - **ORIENTAÇÕES** sobre Plano Municipal de Educação - Processo de Alinhamento ao PNE.

**EQUIPE TÉCNICA DO PME:** Gecilene do Régo, Léda de Nazaré Santos e Nazaré de Jesus C. N. Jrnato.

- 10:45 - Debate e Proposições.

- 12:00 - Encerramento.



**FÓRUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ABAETETUBA**  
Instituído pelo Decreto nº 188/2013 de 11 de junho de 2013

---

**DECLARAÇÃO**

---

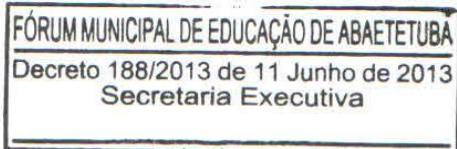
Declaro para os devidos fins de direito que nos dias 19 e 20/08/2015 a Senhora **Rosiane Morais Peixoto** se fez presente, como representantes dos Movimentos Sociais de Reuniões Extraordinárias do Fórum Municipal de Educação de Abaetetuba realizadas na Casa dos Conselhos Municipais da Educação.



---

Secretaria Executiva do FME

*Recebido em 26/08/2015*  
*Santos*



---

**CASA DOS CONSELHOS DA EDUCAÇÃO**  
Rua Siqueira Mendes nº 1209, Centro, CEP. 68.440-000 Abaetetuba-Pará  
Contatos: 82803839 / 82661221

## JUSTIFICATIVA

A Secretaria Municipal de Educação juntamente O Conselho Municipal de Educação e os órgãos e entidades ligadas diretamente à Educação: 3ª URE, AMIA, ADEMA, DIOCESE, IFPA, UFPA, SINTEPP, STR, Câmara de Abaetetuba, Ministério Público e Conselho do FUNDEB, estarão realizando a CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO no dia 18/11/2011 no Auditório da UFPA, como meio de discussão e aprovação coletiva do Plano Municipal de Educação. Para tanto, como preparação para este evento, serão realizadas nos dias 01 e 04/11/2011, das 08 às 18 horas, as PRÉ-CONFERÊNCIAS que se constituirão de espaços democráticos de discussão para a definição de Diretrizes, Objetivos e Metas para um período de dez anos - 2011 à 2020 do Plano Municipal de Educação de Abaetetuba.

## OBJETIVOS

- Mobilizar a sociedade na discussão e definição das políticas públicas voltadas para a qualidade da educação no município;
- Propor ações voltadas para uma política de Inclusão Social, Valorização Profissional e Gestão Democrática;
- Estabelecer diretrizes, objetivos e metas para o Plano Municipal de Educação;

## PROGRAMAÇÃO DAS PRÉ - CONFERÊNCIAS

SEDE: 01/11/2011

CENTRO e ILHAS: 04/11/2011

LOCAL – BARRACA DE N. SRA. DA CONCEIÇÃO

08:00 h – Abertura

**COMPOSIÇÃO MESA** - Prefeita ou Vice;

- Secretário de Educação;

- Coord. do Conselho Mun. de Educação

**PRONUNCIAMENTO DA MESA**

08:30 h – Explicação sobre o Plano Municipal de Educação

CME /SEMEC

09:45 h – Lanche

10:00 h – GT,s por NÍVEIS, MODALIDADES E OUTROS e os facilitadores.

**GRUPO 01 - EDUCAÇÃO INFANTIL**- Ana Nice e Nazaré

**GRUPO 02 – ENSINO FUNDAMENTAL**

Auxiliadora e Manoel Carlos

**GRUPO 03 – EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

Sueanne e Geci

**GRUPO 04 – EDUCAÇÃO ESPECIAL**

Socorro Figueiró e Edna

**GRUPO 05 - EDUCAÇÃO DO CAMPO**

Roseane, Bárbara e Edileuza

**GRUPO 06 – FORM. E VALORIZ. DOS PROFISSIONAIS**

DA EDUCAÇÃO - Valdira e Josiane

**GRUPO 07- FINANCIAMENTO E GESTÃO DEMOCRÁTICA**

DA EDUCAÇÃO - Benedito e João

12:00 h – Intervalo do Almoço

14:00 h – Continuação do Estudo de Grupo

16:00 h – Intervalo do lanche

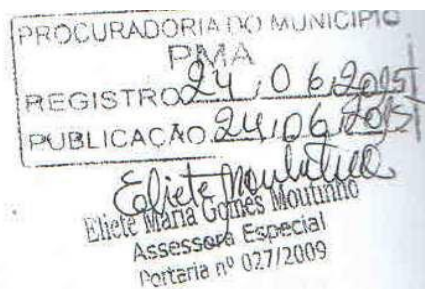
16:15 h – Plenária de apresentação das propostas pelos

Coordenadores dos GT,s

**18:00 h - ENCERRAMENTO**



MUNICÍPIO DE ABAETETUBA  
GABINETE DA PREFEITA



- III - Conselho Municipal de Educação - CME;
- IV - Fórum Municipal de Educação.

§ 1º. Compete, ainda, às instâncias referidas no caput:

- I - divulgar os resultados do monitoramento e das avaliações em diferentes instrumentos de veiculação;
- II - analisar e propor políticas públicas para assegurar a implementação das estratégias e o cumprimento das metas;
- III - analisar e propor a revisão das metas estabelecidas.
- IV - analisar e propor a revisão do percentual de investimento em educação.

§ 2º. A cada 2 (dois) anos, ao longo do período de vigência deste PME, as instâncias de acompanhamento e monitoramento publicarão relatório de estudos sobre o PME com a finalidade de aferir a evolução no cumprimento das metas e estratégias estabelecidas no Anexo desta Lei, com informações organizadas considerando as atribuições do município e do regime de colaboração com os demais entes federado e consolidadas, tendo como referência os estudos de que trata o art. 3º, sem prejuízo de outras fontes e informações relevantes.

Art. 4º. O município promoverá a realização de pelo menos 2 (duas) conferências municipais de educação até o final do decênio, articuladas e coordenadas pelo Fórum Municipal de Educação, instituído nesta Lei, no âmbito do município.

§ 1º. O Fórum Municipal de Educação, além da atribuição referida no caput:

- I - acompanhará a execução do PME e o cumprimento de suas metas;
- II - promoverá as conferências municipais de educação.

§ 2º. As conferências municipais de educação realizar-se-ão com intervalo de até 4 (quatro) anos entre elas, com o objetivo de avaliar a execução deste PME e subsidiar a elaboração do plano municipal de educação para o decênio subsequente.

Art. 5º. O município atuará em regime de colaboração com a União e o Estado visando ao alcance das metas e à implementação das estratégias objeto deste Plano.

§ 1º. Caberá ao(a) gestor(a) municipal a adoção das medidas governamentais necessárias ao alcance das metas previstas neste PME.

§ 2º. As estratégias definidas no Anexo desta Lei não impedem a adoção de medidas adicionais ou de instrumentos jurídicos que formalizem a cooperação do município com o ente federado estadual, podendo ser complementadas por mecanismos de coordenação, e colaboração recíproca.



MUNICÍPIO DE ABAETETUBA  
GABINETE DA PREFEITA

PROCURADORIA DO MUNICÍPIO  
PMA  
REGISTRO 24/06/2015  
PUBLICAÇÃO 24/06/2015

*Eliete Moutinho*  
Eliete Maria Gomes Moutinho  
Assessora Especial  
Portaria nº 027/2009

LEI Nº. 437 /2015. DE 24 DE JUNHO DE 2015.

**DISPÕE SOBRE O PLANO MUNICIPAL  
DE EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.**

A Excelentíssima Senhora **FRANCINETI-MARIA RODRIGUES CARVALHO**, Prefeita do Município de Abaetetuba, Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a presente lei:

Art. 1º. Fica aprovado o Plano Municipal de Educação - PME, com vigência por 10 (dez) anos, a contar da publicação desta Lei, na forma do Anexo, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 8º da Lei 13.005, de 25 de junho de 2014.

Art. 2º. São diretrizes do PME:

- I - erradicação do analfabetismo;
- II - universalização do atendimento escolar;
- III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
- IV - melhoria da qualidade da educação;
- V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
- VI - efetivação do princípio da gestão democrática da educação pública;
- VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica;
- VIII - aplicação de recursos públicos em educação com padrão de qualidade e equidade;
- IX - valorização dos profissionais da educação;
- X - promoção do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental;
- XI - consideração das necessidades específicas das populações do campo e nas comunidades tradicionais: quilombolas e assentados de reforma agrária, asseguradas a equidade educacional e a diversidade cultural;
- XII - atendimento das necessidades específicas na educação especial, assegurado o sistema educacional inclusivo em todas as etapas e modalidades;

Art. 3º. A execução do PME e o cumprimento de suas metas serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas, realizados pelas seguintes instâncias:

- I - Ministério Público;
- II - Comissão de Educação da Câmara Municipal de Abaetetuba;



**MUNICÍPIO DE ABAETETUBA  
GABINETE DA PREFEITA**

PROCURADORIA DO MUNICÍPIO  
PMA  
REGISTRO 24.06.2015  
PUBLICAÇÃO 24.06.2015

*Eliete Maria Gomes Moutinho*  
Eliete Maria Gomes Moutinho

Assessoria Especial  
Portaria nº 027/2009

Art. 6º. O município deverá aprovar lei específica para o seu sistema de ensino, disciplinando a gestão democrática da educação pública nos âmbitos de sua atuação, no prazo de até 2 (dois) anos contado da publicação desta Lei, adequando, quando for o caso, a legislação já adotada com essa finalidade;

Art. 7º. O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais do município serão formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as metas e estratégias deste PME a fim de viabilizar sua plena execução;

Art. 8º. Até o final do primeiro semestre do nono ano de vigência deste PME, o Poder Executivo encaminhará a Câmara Municipal, sem prejuízo das prerrogativas deste Poder, o projeto de lei referente ao Plano Municipal de Educação a vigorar no período subsequente, que incluirá diagnóstico, diretrizes, metas e estratégias para o próximo decênio.

Art. 9º. O poder público deverá instituir, em lei específica, contados a partir da publicação desta Lei, o Sistema Municipal de Educação, responsável pela articulação e acompanhamento da efetivação das diretrizes, metas e estratégias do Plano Municipal de Educação.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

**GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ABAETETUBA, em 24 de junho de 2015.**

*Francineta Maria Rodrigues Carvalho*

**FRANCINETI MARIA RODRIGUES CARVALHO**  
Prefeita Municipal



## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO- (TCLE)

Estou desenvolvendo a pesquisa de Mestrado intitulada: A Participação dos Movimentos Sociais do Campo na Construção do Plano Municipal de Educação de Abaetetuba, sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mara Rita Duarte de Oliveira, vinculada ao PPGEDUC/CUTINS/UFPA da Universidade Federal do Pará (UFPA). O trabalho tem por objetivo analisar as contribuições da participação dos Movimentos Sociais do Campo no processo de construção do Plano Municipal de Educação no município de Abaetetuba com foco no progresso do Sistema Educacional do território. Este documento procura dar a você informações e pedir sua participação nessa pesquisa. Para participar do estudo é preciso ser entrevistado (a). Para a obtenção de um registro adequado da entrevista poderão ser utilizados gravadores, fotografias ou outros recursos tecnológicos necessários, caso seja de sua autorização. Fica assegurado o seu direito de solicitar quaisquer esclarecimentos sobre esta pesquisa, agora ou mais tarde, podendo inclusive se recusar a participar ou interromper sua participação em qualquer momento. Caso se sinta desconfortável com algum questionamento, pode negar-se a respondê-lo ou fazê-lo noutro momento ou local que preferir.

Sua participação na pesquisa é livre e voluntária em todo o processo. Sempre que considerar oportuno você pode entrar em contato, através do e-mail da pesquisadora [rosianepeixoto1@hotmail.com](mailto:rosianepeixoto1@hotmail.com) e/ou com o/a orientadora da dissertação através do e-mail [mrdoma@ufpa.br](mailto:mrdoma@ufpa.br). As informações prestadas neste estudo serão tratadas com sigilo. Os nomes dos participantes não serão divulgados em nenhuma hipótese em não havendo sua autorização. O relatório final da pesquisa, bem como a socialização dos resultados em revistas científicas, periódicos, congressos ou simpósios apresentarão os dados em seu conjunto de modo que não será possível a identificação dos entrevistados (as), se for o caso.

Li e sou consciente da natureza da pesquisa descrita neste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e aceito participar. Para tanto assino este documento juntamente com a pesquisadora para a confirmação do compromisso assumido por ambas as partes, sendo que cada um/a deles/as ficará com uma cópia.

Cametá, 05 de Outubro de 2017



Nome do/a entrevistado/a



Nome do/a pesquisador/a

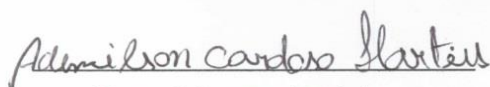
### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO- (TCLE)

Estou desenvolvendo a pesquisa de Mestrado intitulada: A Participação dos Movimentos Sociais do Campo na Construção do Plano Municipal de Educação de Abaetetuba, sob orientação da Profª. Drª. Mara Rita Duarte de Oliveira, vinculada ao PPGEDUC/CUTINS/UFPA da Universidade Federal do Pará (UFPA). O trabalho tem por objetivo analisar as contribuições da participação dos Movimentos Sociais do Campo no processo de construção do Plano Municipal de Educação no município de Abaetetuba com foco no progresso do Sistema Educacional do território. Este documento procura dar a você informações e pedir sua participação nessa pesquisa. Para participar do estudo é preciso ser entrevistado (a). Para a obtenção de um registro adequado da entrevista poderão ser utilizados gravadores, fotografias ou outros recursos tecnológicos necessários, caso seja de sua autorização. Fica assegurado o seu direito de solicitar quaisquer esclarecimentos sobre esta pesquisa, agora ou mais tarde, podendo inclusive se recusar a participar ou interromper sua participação em qualquer momento. Caso se sinta desconfortável com algum questionamento, pode negar-se a respondê-lo ou fazê-lo noutro momento ou local que preferir.

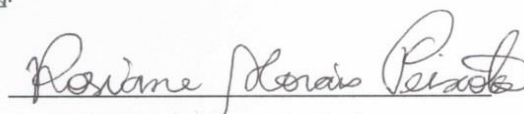
Sua participação na pesquisa é livre e voluntária em todo o processo. Sempre que considerar oportuno você pode entrar em contato, através do e-mail da pesquisadora [rosianepeixoto1@hotmail.com](mailto:rosianepeixoto1@hotmail.com) e/ou com o/a orientadora da dissertação através do e-mail [mrdoma@ufpa.br](mailto:mrdoma@ufpa.br). As informações prestadas neste estudo serão tratadas com sigilo. Os nomes dos participantes não serão divulgados em nenhuma hipótese em não havendo sua autorização. O relatório final da pesquisa, bem como a socialização dos resultados em revistas científicas, periódicos, congressos ou simpósios apresentarão os dados em seu conjunto de modo que não será possível a identificação dos entrevistados (as), se for o caso.

Li e sou consciente da natureza da pesquisa descrita neste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e aceito participar. Para tanto assino este documento juntamente com a pesquisadora para a confirmação do compromisso assumido por ambas as partes, sendo que cada um/a deles/as ficará com uma cópia.

Cametá, 05 de Fevereiro de 2017.



Nome do/a entrevistado/a



Nome do/a pesquisador/a

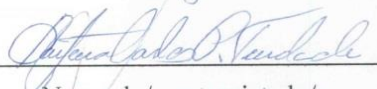
## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO- (TCLE)

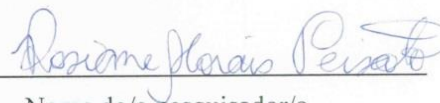
Estou desenvolvendo a pesquisa de Mestrado intitulada: A Participação dos Movimentos Sociais do Campo na Construção do Plano Municipal de Educação de Abaetetuba, sob orientação da Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Mara Rita Duarte de Oliveira, vinculada ao PPGEDUC/CUTINS/UFPA da Universidade Federal do Pará (UFPA). O trabalho tem por objetivo analisar as contribuições da participação dos Movimentos Sociais do Campo no processo de construção do Plano Municipal de Educação no município de Abaetetuba com foco no progresso do Sistema Educacional do território. Este documento procura dar a você informações e pedir sua participação nessa pesquisa. Para participar do estudo é preciso ser entrevistado (a). Para a obtenção de um registro adequado da entrevista poderão ser utilizados gravadores, fotografias ou outros recursos tecnológicos necessários, caso seja de sua autorização. Fica assegurado o seu direito de solicitar quaisquer esclarecimentos sobre esta pesquisa, agora ou mais tarde, podendo inclusive se recusar a participar ou interromper sua participação em qualquer momento. Caso se sinta desconfortável com algum questionamento, pode negar-se a respondê-lo ou fazê-lo noutra momento ou local que preferir.

Sua participação na pesquisa é livre e voluntária em todo o processo. Sempre que considerar oportuno você pode entrar em contato, através do e-mail da pesquisadora [rosianepeixoto1@hotmail.com](mailto:rosianepeixoto1@hotmail.com) e/ou com o/a orientadora da dissertação através do e-mail [mrdoma@ufpa.br](mailto:mrdoma@ufpa.br). As informações prestadas neste estudo serão tratadas com sigilo. Os nomes dos participantes não serão divulgados em nenhuma hipótese em não havendo sua autorização. O relatório final da pesquisa, bem como a socialização dos resultados em revistas científicas, periódicos, congressos ou simpósios apresentarão os dados em seu conjunto de modo que não será possível a identificação dos entrevistados (as), se for o caso.

Li e sou consciente da natureza da pesquisa descrita neste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e aceito participar. Para tanto assino este documento juntamente com a pesquisadora para a confirmação do compromisso assumido por ambas as partes, sendo que cada um/a deles/as ficará com uma cópia.

Cametá, 20 de junho de 2016.

  
\_\_\_\_\_  
Nome do/a entrevistado/a

  
\_\_\_\_\_  
Nome do/a pesquisador/a


## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO- (TCLE)


Estou desenvolvendo a pesquisa de Mestrado intitulada: A Participação dos Movimentos Sociais do Campo na Construção do Plano Municipal de Educação de Abaetetuba, sob orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Mara Rita Duarte de Oliveira, vinculada ao PPGEDUC/CUTINS/UFPA da Universidade Federal do Pará (UFPA). O trabalho tem por objetivo analisar as contribuições da participação dos Movimentos Sociais do Campo no processo de construção do Plano Municipal de Educação no município de Abaetetuba com foco no progresso do Sistema Educacional do território. Este documento procura dar a você informações e pedir sua participação nessa pesquisa. Para participar do estudo é preciso ser entrevistado (a). Para a obtenção de um registro adequado da entrevista poderão ser utilizados gravadores, fotografias ou outros recursos tecnológicos necessários, caso seja de sua autorização. Fica assegurado o seu direito de solicitar quaisquer esclarecimentos sobre esta pesquisa, agora ou mais tarde, podendo inclusive se recusar a participar ou interromper sua participação em qualquer momento. Caso se sinta desconfortável com algum questionamento, pode negar-se a respondê-lo ou fazê-lo noutro momento ou local que preferir.

Sua participação na pesquisa é livre e voluntária em todo o processo. Sempre que considerar oportuno você pode entrar em contato, através do e-mail da pesquisadora [rosianepeixoto1@hotmail.com](mailto:rosianepeixoto1@hotmail.com) e/ou com o/a orientadora da dissertação através do e-mail [mrdoma@ufpa.br](mailto:mrdoma@ufpa.br). As informações prestadas neste estudo serão tratadas com sigilo. Os nomes dos participantes não serão divulgados em nenhuma hipótese em não havendo sua autorização. O relatório final da pesquisa, bem como a socialização dos resultados em revistas científicas, periódicos, congressos ou simpósios apresentarão os dados em seu conjunto de modo que não será possível a identificação dos entrevistados (as), se for o caso.

Li e sou consciente da natureza da pesquisa descrita neste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e aceito participar. Para tanto assino este documento juntamente com a pesquisadora para a confirmação do compromisso assumido por ambas as partes, sendo que cada um/a deles/as ficará com uma cópia.

Cametá, 12 de Novembro de 2016

  
\_\_\_\_\_  
Nome do/a entrevistado/a

  
\_\_\_\_\_  
Nome do/a pesquisador/a

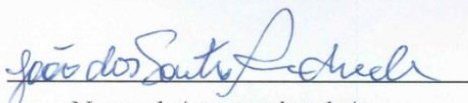
### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO- (TCLE)

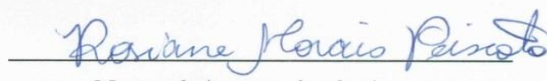
Estou desenvolvendo a pesquisa de Mestrado intitulada: A Participação dos Movimentos Sociais do Campo na Construção do Plano Municipal de Educação de Abaetetuba, sob orientação da Prof.ª. Dr.ª. Mara Rita Duarte de Oliveira, vinculada ao PPGEDUC/CUTINS/UFPA da Universidade Federal do Pará (UFPA). O trabalho tem por objetivo analisar as contribuições da participação dos Movimentos Sociais do Campo no processo de construção do Plano Municipal de Educação no município de Abaetetuba com foco no progresso do Sistema Educacional do território. Este documento procura dar a você informações e pedir sua participação nessa pesquisa. Para participar do estudo é preciso ser entrevistado (a). Para a obtenção de um registro adequado da entrevista poderão ser utilizados gravadores, fotografias ou outros recursos tecnológicos necessários, caso seja de sua autorização. Fica assegurado o seu direito de solicitar quaisquer esclarecimentos sobre esta pesquisa, agora ou mais tarde, podendo inclusive se recusar a participar ou interromper sua participação em qualquer momento. Caso se sinta desconfortável com algum questionamento, pode negar-se a respondê-lo ou fazê-lo noutra oportunidade ou local que preferir.

Sua participação na pesquisa é livre e voluntária em todo o processo. Sempre que considerar oportuno você pode entrar em contato, através do e-mail da pesquisadora [rosianepeixoto1@hotmail.com](mailto:rosianepeixoto1@hotmail.com) e/ou com o/a orientadora da dissertação através do e-mail [mrdoma@ufpa.br](mailto:mrdoma@ufpa.br). As informações prestadas neste estudo serão tratadas com sigilo. Os nomes dos participantes não serão divulgados em nenhuma hipótese em não havendo sua autorização. O relatório final da pesquisa, bem como a socialização dos resultados em revistas científicas, periódicos, congressos ou simpósios apresentarão os dados em seu conjunto de modo que não será possível a identificação dos entrevistados (as), se for o caso.

Li e sou consciente da natureza da pesquisa descrita neste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e aceito participar. Para tanto assino este documento juntamente com a pesquisadora para a confirmação do compromisso assumido por ambas as partes, sendo que cada um/a deles/as ficará com uma cópia.

Cametá, 17 de Abril de 2017

  
Nome do/a entrevistado/a

  
Nome do/a pesquisador/a

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO- (TCLE)

Estou desenvolvendo a pesquisa de Mestrado intitulada: A Participação dos Movimentos Sociais do Campo na Construção do Plano Municipal de Educação de Abaetetuba, sob orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Mara Rita Duarte de Oliveira, vinculada ao PPGEDUC/CUTINS/UFPA da Universidade Federal do Pará (UFPA). O trabalho tem por objetivo analisar as contribuições da participação dos Movimentos Sociais do Campo no processo de construção do Plano Municipal de Educação no município de Abaetetuba com foco no progresso do Sistema Educacional do território. Este documento procura dar a você informações e pedir sua participação nessa pesquisa. Para participar do estudo é preciso ser entrevistado (a). Para a obtenção de um registro adequado da entrevista poderão ser utilizados gravadores, fotografias ou outros recursos tecnológicos necessários, caso seja de sua autorização. Fica assegurado o seu direito de solicitar quaisquer esclarecimentos sobre esta pesquisa, agora ou mais tarde, podendo inclusive se recusar a participar ou interromper sua participação em qualquer momento. Caso se sinta desconfortável com algum questionamento, pode negar-se a respondê-lo ou fazê-lo noutro momento ou local que preferir.

Sua participação na pesquisa é livre e voluntária em todo o processo. Sempre que considerar oportuno você pode entrar em contato, através do e-mail da pesquisadora [rosianepeixoto1@hotmail.com](mailto:rosianepeixoto1@hotmail.com) e/ou com o/a orientadora da dissertação através do e-mail [mrdoma@ufpa.br](mailto:mrdoma@ufpa.br). As informações prestadas neste estudo serão tratadas com sigilo. Os nomes dos participantes não serão divulgados em nenhuma hipótese em não havendo sua autorização. O relatório final da pesquisa, bem como a socialização dos resultados em revistas científicas, periódicos, congressos ou simpósios apresentarão os dados em seu conjunto de modo que não será possível a identificação dos entrevistados (as), se for o caso.

Li e sou consciente da natureza da pesquisa descrita neste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e aceito participar. Para tanto assino este documento juntamente com a pesquisadora para a confirmação do compromisso assumido por ambas as partes, sendo que cada um/a deles/as ficará com uma cópia.

Cametá, 17 de Abril de 2017

Marcia Barbara de Paiva Cardoso

Nome do/a entrevistado/a

Rosiane Moraes Peixoto

Nome do/a pesquisador/a

## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO- (TCLE)

Estou desenvolvendo a pesquisa de Mestrado intitulada: A Participação dos Movimentos Sociais do Campo na Construção do Plano Municipal de Educação de Abaetetuba, sob orientação da Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Mara Rita Duarte de Oliveira, vinculada ao PPGEDUC/CUTINS/UFPA da Universidade Federal do Pará (UFPA). O trabalho tem por objetivo analisar as contribuições da participação dos Movimentos Sociais do Campo no processo de construção do Plano Municipal de Educação no município de Abaetetuba com foco no progresso do Sistema Educacional do território. Este documento procura dar a você informações e pedir sua participação nessa pesquisa. Para participar do estudo é preciso ser entrevistado (a). Para a obtenção de um registro adequado da entrevista poderão ser utilizados gravadores, fotografias ou outros recursos tecnológicos necessários, caso seja de sua autorização. Fica assegurado o seu direito de solicitar quaisquer esclarecimentos sobre esta pesquisa, agora ou mais tarde, podendo inclusive se recusar a participar ou interromper sua participação em qualquer momento. Caso se sinta desconfortável com algum questionamento, pode negar-se a respondê-lo ou fazê-lo noutra momento ou local que preferir.

Sua participação na pesquisa é livre e voluntária em todo o processo. Sempre que considerar oportuno você pode entrar em contato, através do e-mail da pesquisadora [rosianepeixoto1@hotmail.com](mailto:rosianepeixoto1@hotmail.com) e/ou com o/a orientadora da dissertação através do e-mail [mrdoma@ufpa.br](mailto:mrdoma@ufpa.br). As informações prestadas neste estudo serão tratadas com sigilo. Os nomes dos participantes não serão divulgados em nenhuma hipótese em não havendo sua autorização. O relatório final da pesquisa, bem como a socialização dos resultados em revistas científicas, periódicos, congressos ou simpósios apresentarão os dados em seu conjunto de modo que não será possível a identificação dos entrevistados (as), se for o caso.

Li e sou consciente da natureza da pesquisa descrita neste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e aceito participar. Para tanto assino este documento juntamente com a pesquisadora para a confirmação do compromisso assumido por ambas as partes, sendo que cada um/a deles/as ficará com uma cópia.

Cametá, 18 de Abril de 2017.

Maria Graeme de Alcantara Lima

Nome do/a entrevistado/a

Rosiane Duarte Peixoto

Nome do/a pesquisador/a

## TERMO DE CONSENTIMENTO DADOS

Estou desenvolvendo a pesquisa de Mestrado intitulada: A Participação dos Movimentos Sociais do Campo na Construção do Plano Municipal de Educação de Abaetetuba, sob orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Mara Rita Duarte de Oliveira, vinculada ao PPGEDUC/CUTINS/UFPA da Universidade Federal do Pará (UFPA). O trabalho tem por objetivo analisar as contribuições da participação dos Movimentos Sociais do Campo no processo de construção do Plano Municipal de Educação no município de Abaetetuba com foco no progresso do Sistema Educacional do território. Este documento procura dar a você informações e pedir sua participação nessa pesquisa. Para participar do estudo é preciso ser entrevistado (a). Para a obtenção de um registro adequado da entrevista poderão ser utilizados gravadores, fotografias ou outros recursos tecnológicos necessários, caso seja de sua autorização. Fica assegurado o seu direito de solicitar quaisquer esclarecimentos sobre esta pesquisa, agora ou mais tarde, podendo inclusive se recusar a participar ou interromper sua participação em qualquer momento. Caso se sinta desconfortável com algum questionamento, pode negar-se a respondê-lo ou fazê-lo noutra momento ou local que preferir.

Sua participação na pesquisa é livre e voluntária em todo o processo. Sempre que considerar oportuno você pode entrar em contato, através do e-mail da pesquisadora [rosianepeixoto1@hotmail.com](mailto:rosianepeixoto1@hotmail.com) e/ou com o/a orientadora da dissertação através do e-mail [mrdoma@ufpa.br](mailto:mrdoma@ufpa.br). As informações prestadas neste estudo serão tratadas com sigilo. Os nomes dos participantes não serão divulgados em nenhuma hipótese em não havendo sua autorização. O relatório final da pesquisa, bem como a socialização dos resultados em revistas científicas, periódicos, congressos ou simpósios apresentarão os dados em seu conjunto de modo que não será possível a identificação dos entrevistados (as), se for o caso.

Li e sou consciente da natureza da pesquisa descrita neste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e aceito participar. Para tanto assino este documento juntamente com a pesquisadora para a confirmação do compromisso assumido por ambas as partes, sendo que cada um/a deles/as ficará com uma cópia.

Cametá, 28 de Abril de 2017

Maria Inerema de Alcantara Lima

Nome do/a entrevistado/a

Rosiane Maria Peixoto

Nome do/a pesquisador/a



### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO- (TCLE)

Estou desenvolvendo a pesquisa de Mestrado intitulada: A Participação dos Movimentos Sociais do Campo na Construção do Plano Municipal de Educação de Abaetetuba, sob orientação da Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Mara Rita Duarte de Oliveira, vinculada ao PPGEDUC/CUTINS/UFPA da Universidade Federal do Pará (UFPA). O trabalho tem por objetivo analisar as contribuições da participação dos Movimentos Sociais do Campo no processo de construção do Plano Municipal de Educação no município de Abaetetuba com foco no progresso do Sistema Educacional do território. Este documento procura dar a você informações e pedir sua participação nessa pesquisa. Para participar do estudo é preciso ser entrevistado (a). Para a obtenção de um registro adequado da entrevista poderão ser utilizados gravadores, fotografias ou outros recursos tecnológicos necessários, caso seja de sua autorização. Fica assegurado o seu direito de solicitar quaisquer esclarecimentos sobre esta pesquisa, agora ou mais tarde, podendo inclusive se recusar a participar ou interromper sua participação em qualquer momento. Caso se sinta desconfortável com algum questionamento, pode negar-se a respondê-lo ou fazê-lo noutra momento ou local que preferir.

Sua participação na pesquisa é livre e voluntária em todo o processo. Sempre que considerar oportuno você pode entrar em contato, através do e-mail da pesquisadora [rosianepeixoto1@hotmail.com](mailto:rosianepeixoto1@hotmail.com) e/ou com o/a orientadora da dissertação através do e-mail [mrdoma@ufpa.br](mailto:mrdoma@ufpa.br). As informações prestadas neste estudo serão tratadas com sigilo. Os nomes dos participantes não serão divulgados em nenhuma hipótese em não havendo sua autorização. O relatório final da pesquisa, bem como a socialização dos resultados em revistas científicas, periódicos, congressos ou simpósios apresentarão os dados em seu conjunto de modo que não será possível a identificação dos entrevistados (as), se for o caso.

Li e sou consciente da natureza da pesquisa descrita neste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e aceito participar. Para tanto assino este documento juntamente com a pesquisadora para a confirmação do compromisso assumido por ambas as partes, sendo que cada um/a deles/as ficará com uma cópia.

Cametá, 08 de março de 2017.

Rosiane Peixoto

Nome do/a entrevistado/a

Rosiane Peixoto

Nome do/a pesquisador/a